

UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROCESSOS E MANIFESTAÇÕES
CULTURAIS
NÍVEL MESTRADO

LETÍCIA MAYER BORGES

“A POLÍTICA É UM INCIDENTE”:
representação da sociedade em *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis

Novo Hamburgo

2023

LETÍCIA MAYER BORGES

**“A POLÍTICA É UM INCIDENTE”:
representação da sociedade em *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Processos e Manifestações Culturais, pelo Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juracy Assmann Saraiva

Coorientador: Prof. Dr. Ernani Mügge

Novo Hamburgo

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Borges, Leticia Mayer

“A política é um incidente”: representação da sociedade em Esaú e Jacó, de Machado de Assis / Leticia Mayer Borges – 2023.

107 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juracy Assmann Saraiva

Coorientador: Prof. Dr. Ernani Mügge

Dissertação (Mestrado) – Universidade Feevale – Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais, Novo Hamburgo, 2023.

1. Esaú e Jacó. 2. Machado de Assis. 3. Representação. 4. Cultura. 5. Sociedade. I. Saraiva, Juracy Assmann, orient. II. Mügge, Ernani, coorient. III Título.

CDU 869.0.09
CDD 801.3

Bibliotecária responsável
Lizete Flores da Silva CRB10/2724

LETÍCIA MAYER BORGES

**“A POLÍTICA É UM INCIDENTE”:
representação da sociedade em *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Processos e Manifestações Culturais, pelo Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale

Aprovado em 31 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Atílio Bergamini Júnior – Universidade Federal do Ceará

Daniel Conte – Universidade Feevale

Juracy Assmann Saraiva – Universidade Feevale

Ernani Mügge – Universidade Feevale

MEMORIAL

Meu nome é Letícia Mayer Borges e tenho 25 anos. Sou graduada em Letras - Habilitação Português, pela UNISINOS e fui bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq, durante dois anos, na Universidade Feevale. Atualmente estou concluindo o mestrado em Processos e Manifestações Culturais, na Feevale, com taxa estudantil PROSUC/CAPES.

Desde criança tinha o sonho de ser professora e meus pais, mesmo tendo apenas Ensino Fundamental completo, sempre apoiaram minhas decisões e me incentivaram na medida em que era possível. Meus familiares não eram leitores de textos literários, mas eu sempre fui uma devoradora de livros. Aprendi a ler aos cinco anos numa caixa de leite, ajudada por meu pai. Dali para frente, li tudo o que podia em casa, dos livros de mecânica do pai, aos livros de receitas da mãe.

No Ensino Fundamental, vivia na biblioteca da escola, organizando prateleiras e escolhendo minhas próximas histórias. O universo dos livros me parecia mais amigável do que a realidade e acho que foi neles que aprendi a ser contestadora e a querer mudar o mundo.

Em 2014, quando estava no segundo ano do Ensino Médio, minha professora de Língua Portuguesa e Literatura, Profa. Dra. Tatiane Kaspari, convidou-me para participar de um projeto intitulado *Texto Literário: espaço de reflexão crítica e de formação de sujeito* como bolsista de Iniciação Científica Júnior pelo Programa de Iniciação em Ciências, Matemática, Engenharias Criativas e Letras – PICMEL, financiado pela FAPERGS e pela CAPES e coordenado pela Profa. Dra. Juracy Assmann Saraiva. Nesse projeto, aprendi muito sobre metodologia científica, ensino de Literatura e sobre o protagonismo do leitor. Passei a ter contato com teorias e práticas acadêmicas muito antes de estar, de fato, na academia. Frequentei eventos e produzi, junto com as colegas de projeto, trabalhos que repercutem até hoje na minha produção. Por exemplo, a oficina *Texto Literário: os roteiros de leitura e o protagonismo do leitor*, que ministramos, em novembro de 2015, no evento Manifeste-se, produzido pelo PPG de Processos e Manifestações Culturais, na Universidade Feevale. Além disso, ajudei a escrever o capítulo “Roteiro de leitura: A aliança”, no livro *Texto Literário: resposta ao desafio da formação de leitores*, que foi organizado pelos professores Juracy Assmann Saraiva, Ernani Mügge e Tatiane Kaspari.

No ano de 2016, muitas coisas mudaram na minha vida. Além de ter ingressado na universidade, fui nomeada Auxiliar de Educação Infantil, no município de Bom Princípio. Tive que aprender a conciliar os estudos do curso de Letras com o trabalho na área da educação e, com certeza, aprendi e cresci muito nos dois âmbitos. Participei de cursos, eventos e formações tanto na área da Literatura quanto na área da Educação. Não me desliguei totalmente do grupo de pesquisa do qual fazia parte no Ensino Médio e, em 2019, voltei a ser Bolsista de Iniciação Científica, dessa vez financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, CNPq.

Passei a integrar o projeto *Machado de Assis: menções à arte musical e dramática como vínculo entre produção e recepção*, orientado pela Profa. Dra. Juracy Assmann Saraiva e, aos poucos, fui apreendendo, desenvolvendo e aprimorando estudos da obra machadiana que permeiam teorias literárias e metodologias de ensino. Participei de eventos em várias universidades do estado e ajudei na revisão do livro *Machado de Assis: Intérprete da sociedade brasileira*, produzido pelo grupo de pesquisa de minha orientadora.

No ano de 2020, junto com a pandemia, tive outros grandes desafios. Trabalhei, a convite, novamente, da professora Tatiane Kaspari, na criação e elaboração do curso *Palavra Brincada: infância, literatura e contação de histórias*, disponível na plataforma Moodle, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS. Na pesquisa, continuei como bolsista IC no projeto *Ficção de Machado de Assis: teatralidade e sua representação por meio de recursos da arte dramática* e concluí minha caminhada na graduação com a realização do meu trabalho de conclusão de curso. Orientada pela Profa. Dra. Eliana Inge Pritsch, concebi o trabalho intitulado *Machado de Assis e a representação da mulher negra e escrava: o desprestígio social versus a importância literária*.

Na infância, quando era perguntada “como imaginaria minha vida daqui a cinco anos” sempre respondia que seria professora. Mal sabia eu que a lista só aumentaria, professora, pesquisadora, mestre, doutora... Como criança, jamais imaginaria a proporção que meu amor pela leitura tomaria. Como adulta, sou muito grata aos meus pais por não terem me deixado desistir, aos meus colegas de graduação e de pesquisa por me ajudarem nesse percurso e aos professores que cruzaram o meu caminho e me prepararam para estar onde estou hoje. Sou grata às orientadoras que tive por todos os produtos resultantes do trabalho de pesquisa, os quais me dão muito orgulho.

Espero poder concluir o mestrado e continuar aprendendo, me orgulhando e dando orgulho aos que torcem por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos de um trabalho são, para mim, como tatuagens acadêmicas. O clichê que coroa uma caminhada. Uma marca que, assim como a tinta na pele, celebra a importância de um momento passado. É certo que farei uma tatuagem em pele para registrar a conquista do título de mestre, mas aqui está a de papel.

À minha família: meu pai, minha mãe, meu irmão e minha irmã que, por mais que não me entendam completamente, acreditam em mim e sentem muito orgulho de todas as minhas pequenas e grandes conquistas.

Ao Luis Carlos e sua família que, devido a todas as dificuldades de conciliar tempo e dinheiro, nesse período, me acolheram em sua casa com muito carinho e respeito.

Às amigas, cúmplices, colegas, professoras, Márcia Rohr Welter e Tatiane Kaspari. Minha gratidão e minha admiração por vocês são infinitas.

Às colegas de grupo de pesquisa, vulgo *Elfas Acadêmicas*, Marcinha (novamente), Gabriela Hoffmann Lopes, Jéssica Daiane Levandovski Thewes e Amanda Santos da Silveira Fernandes por dividirem a sala da *Jura*, as dúvidas e a vida acadêmica comigo.

À minha amiga, prima, vizinha, colega de estudos e de trabalho, Fernanda Christ, pela cumplicidade, desde 1998. Estendo esse agradecimento às minhas amigas Gabriele Henz Fontanari, Franciele Mayer e Isadora Bonfanti, por me aturarem e apoiarem diariamente.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale pelos aprendizados e vivências.

Aos professores Dr. Daniel Conte e Dr. Atílio Bergamini Júnior por comporem as bancas de qualificação e de defesa desta dissertação e pelos apontamentos cuidadosos.

À minha amada orientadora, Dr.a Juracy Assmann Saraiva, que, desde 2014, acredita no meu trabalho e divide a vida e o sonho comigo. Esta dissertação não existiria sem ela e a pesquisadora que sou hoje também não.

Ao meu coorientador, Dr. Ernani Mügge, pela disponibilidade e pelo acolhimento.

Por fim, agradeço também à CAPES, pela taxa estudantil que possibilitou a consolidação do sonho do Mestrado.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a representação da sociedade no romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. O escritor é contemporâneo a grandes mudanças políticas vividas no Brasil, no século XIX, visto que a sociedade de seu tempo passou pelo fim do regime escravocrata, pela derrocada do regime monárquico, pelos conflitos do regime republicano. Tendo em vista o ângulo temático, o estudo tem por base a biografia intelectual de Machado de Assis e teorias que enfocam a cultura e a literatura; ele retoma concepções de representação, arte e política, para transferi-las ao objeto de análise. O procedimento metodológico caracteriza-se como indutivo e de caráter exploratório, pois se dá a partir de revisão bibliográfica, e a análise concentra-se em três tópicos principais: cultura, história, literatura. Conclui-se que o romance, como objeto de arte e fruto de uma determinada cultura, traz representações que remetem a um determinado cenário histórico-social, e a interpretação da obra promove uma maior compreensão do processo de representação da sociedade na narrativa machadiana e do próprio contexto que ela institui, iluminando aspectos da vida brasileira. Além disso, o estudo conclui que Machado é um observador obstinado da sociedade da segunda metade do século XIX, a qual ele expõe por meio de metáforas, mas, em *Esaú e Jacó*, essas transcendem o localismo para representar o dualismo humano, dividido entre forças conservadoras e progressistas.

PALAVRAS-CHAVE: *Esaú e Jacó*. Machado de Assis. Representação. Cultura. Sociedade.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the representation of society in the novel *Esau and Jacob*, by Machado de Assis. The writer is contemporary with the great political changes experienced in Brazil in the 19th century, as the society of his time went through the end of the slave regime, the overthrow of the monarchical regime, the conflicts of the republican regime. Considering the thematic angle, the study is based on the intellectual biography of Machado de Assis and theories that focus on culture and literature; he resumes concepts of representation, art and politics, to transfer them to the object of analysis. The methodological procedure is characterized as inductive and exploratory in nature, as it is based on a bibliographical review, and the analysis focuses on three main topics: culture, history, literature. It is concluded that the novel, as an art object and the fruit of a certain culture, brings representations that refer to a certain historical-social scenario, and the interpretation of the work promotes a greater understanding of the process of representation of society in Machado's narrative and of the context that it establishes, illuminating aspects of Brazilian life. In addition, the study concludes that Machado is a stubborn observer of the society of the second half of the 19th century, which he exposes through metaphors, but, in *Esau and Jacob*, these transcend localism to represent human dualism, divided between forces conservative and progressive.

KEYWORDS: *Esau and Jacob*. Machado de Assis. Representation. Culture. Society.

SUMÁRIO

1 MACHADO DE ASSIS: UM OBSTINADO OBSERVADOR DA SOCIEDADE.....	12
2 CULTURA E LITERATURA.....	18
2.1 CULTURA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO	18
2.1.1 Identidade	24
2.2 REPRESENTAÇÃO, ARTE E LITERATURA.....	29
3 SOCIEDADE E CONFLITOS POLÍTICOS.....	34
3.1 O TEXTO LITERÁRIO COMO ARGUMENTO	34
3.2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS SUBJACENTES À NARRATIVA	35
3.3 PERSONALIDADES HISTÓRICO-POLÍTICO BRASILEIRAS	46
3.4 FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL.....	50
4 COTEJO DE PERSONAGENS COM ELEMENTOS HISTÓRICOS	54
4.1 PEDRO E PAULO: O CONTRASTE POLÍTICO DOS IGUAIS	54
4.2 SANTOS E NATIVIDADE: A ELITE E O CAPITAL	56
4.3 D. CLÁUDIA E BATISTA: O INTERESSE COMO CENTRO	57
4.4 AIRES E CUSTÓDIO: O ISENTO E O INDIFERENTE	60
4.5 FLORA: INDIVÍDUO SUPERIOR ÀS CIRCUNSTÂNCIAS.....	62
5 POLÍTICA E SOCIEDADE EM MACHADO DE ASSIS	66
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXO A – MENÇÕES À POLÍTICA EM <i>ESAÚ E JACÓ</i> (LISTA DE EXPLICAÇÕES RETIRADAS DO SITE <i>MACHADODEASSIS.NET</i>)	74
EVENTOS HISTÓRICOS MENCIONADOS NA OBRA.....	74
PESSOAS CÉLEBRES HISTORICAMENTE MENCIONADAS NA OBRA.....	80
LUGARES IMPORTANTES POLITICAMENTE MENCIONADOS NA OBRA.....	90
PARTIDOS POLÍTICOS MENCIONADOS NA OBRA.....	102

1 MACHADO DE ASSIS: UM OBSTINADO OBSERVADOR DA SOCIEDADE

A representação da política na sociedade brasileira do século XIX no romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, é o tema desta dissertação, o qual se justifica pela qualidade estética de *Esaú e Jacó*; pelo fato de esse romance ter sido pouco explorado por estudos críticos; pela relevância do enfoque político presente na obra. Além disso, o romance comprova o papel das artes como representação do contexto sócio-histórico, exigindo uma análise de caráter interdisciplinar, que articula cultura e linguagem, o que atende aos objetivos da proposta de estudo e do Programa de Pós-Graduação do qual faz parte. Paralelamente, o tema da dissertação também se justifica por valorizar o mais importante escritor brasileiro do século XIX, cuja trajetória intelectual foi construída sobre a convicção de que a literatura é uma forma de representação, de análise e de crítica da realidade social, cujo espaço e tempo são reconstruídos pelo leitor.

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 21 de junho de 1839, no Rio de Janeiro, filho de Francisco José de Assis e da portuguesa Maria Leopoldina Machado de Assis. Seu pai era brasileiro, mulato, pintor e dourador de paredes; sua mãe, portuguesa de origem açoriana provavelmente prestava serviços de costura onde moravam, na Quinta do Livramento, situada no alto do morro de mesmo nome.

Em 1849, Machado perdeu a mãe vítima da tuberculose. Os biógrafos pouco sabem acerca de sua infância e muitas narrativas diferentes e fantasiosas foram criadas em torno desse período. Segundo Valentim Faccioli

o período de 1850 a 1854 apresenta uma lacuna quase total na biografia de Machado de Assis. Não poucas vezes essa lacuna foi preenchida com suposições provenientes de matéria ficcional [...] não está comprovado que o menino Joaquim Maria tenha frequentado escolas. É possível que sim, irregularmente, sem que disso ficasse documento (FACIOLI, 1982, p. 15).

Ainda segundo Faccioli, Machado de Assis foi autodidata em muitos aspectos e, a partir de 1854, começou a trabalhar na tipografia de Paula Brito e publicou poemas no jornal *Marmota Fluminense*; dois anos depois, foi admitido como tipógrafo na Imprensa Nacional, exercendo o ofício até 1858, ano em que passou a colaborar com textos nos jornais *O Paraíba* e *Correio Mercantil*. No ano seguinte, na revista *O Espelho*, publicou artigos de crítica teatral. “A convite de Quintino Bocaiuva, passa a colaborar, sob vários pseudônimos, no liberal *Diário do Rio de Janeiro*, no qual, além

de crítico de teatro, será cronista parlamentar, junto ao Senado do Império; colabora também na *Semana Ilustrada*” (SENNÁ, 2008, p. XXXVI).

A década de 1860 registra a introdução de Machado de Assis no campo das letras: em 1862, foi nomeado censor teatral no Conservatório Dramático Brasileiro, cabendo-lhe aprovar ou não a encenação de peças em teatros cariocas, tendo o privilégio de ter ingresso livre nos teatros; em 1863, passou a colaborar com *O Futuro* e com o *Jornal das Famílias*, periódico no qual foram publicados diversos de seus contos, e lançou sua primeira obra como dramaturgo, *Teatro de Machado de Assis*, volume composto pelas comédias “O protocolo” e “O Caminho da Porta”; no ano seguinte, 1864, publicou seu primeiro livro de versos, *Crisálidas*. Em 1867, foi nomeado ajudante do diretor de publicação do Diário Oficial; em 1869 casou-se com Carolina Augusta Xavier de Novais, na capela particular da casa do Conde de São Mamede, no Cosme Velho.

“A década de 1870 constitui um vetor na obra de Machado de Assis que congrega experiências intelectuais precedentes e faz emergir o paradigma estético que ganharia forma em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*” (SARAIVA, 2020, p. 25). *Contos Fluminenses*, a primeira coletânea do gênero, é publicada em 1870, e *Ressurreição*, o primeiro romance, em 1872, com o selo da Garnier. Nessa década, dentre as coletâneas, veio a público *Histórias da Meia-Noite*, em 1873 – após os contos terem circulado, entre 1870 e 1873, no *Jornal das Famílias* – e, no âmbito da poesia, *Falenas*, em 1870, e *Americanas*, em 1875. No período, a ênfase recaiu sobre a ficção, cuja produção teve continuidade com os romances *A mão e a luva*, de 1874, *Helena*, de 1876, impressos ambos em *O Globo*¹; *Iaiá Garcia*, de 1878, publicado no jornal *O Cruzeiro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de 1880, que saiu em forma de fascículos na *Revista Brasileira*.

Machado de Assis, além de escritor e crítico teatral, atuou muitos anos como funcionário público. Trabalhando na Secretaria do Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Machado de Assis era responsável por garantir a execução da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre que determinava que os escravos, nascidos a partir daquela data, fossem considerados libertos a partir dos

¹ O romance *A mão e a luva* foi impresso, em 1874, na Tipografia do Globo para a editora Gomes de Oliveira & C.; *Iaiá Garcia*, em 1878, na Tipografia do Cruzeiro para G. Vianna & C. Editores; o primeiro deles foi reeditado pela Garnier, em 1907, e o segundo, em 1898.

21 anos. Para isso era necessário cadastrar os escravos para que o governo tivesse ciência de sua data de nascimento.

Em 1881, Machado lançou o quinto romance, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que revolucionou a literatura brasileira; nesse mesmo ano, ocupou a função de oficial de gabinete do Ministro da Agricultura (SENNA, 2008, p. XXXVIII). No ano seguinte, publicou a coletânea de contos *Papéis Avulsos* e, em 1884, a coletânea de contos de *Histórias sem data*. Um ano antes, mudara-se para a Rua Cosme Velho, número 18, residência que ocupou, junto com Carolina, até sua morte. No ano de 1888, data da Abolição da Escravatura, o escritor foi nomeado, por decreto imperial, Oficial da Ordem da Rosa. No ano seguinte, quando ocorreu a Proclamação da República, passou a ocupar uma diretoria na Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Em 1891, Machado publicou o romance *Quincas Borba*, cinco anos depois, a coletânea de contos *Várias Histórias*. O ano de 1897 é marcado pela fundação da Academia Brasileira de Letras, que Machado presidiu por mais de uma década. Em 1899, publicou o romance *Dom Casmurro* e a coletânea de contos *Páginas Recolhidas*. Em 1904, no dia 20 de outubro, faleceu Carolina, dias antes de completarem 35 anos de casados. No mesmo ano, publicou o romance *Esaú e Jacó* e, dois anos depois, a coletânea *Relíquias de Casa Velha* (SENNA, 2008, p. XL). Em 1908, publicou seu último romance, *Memorial de Aires*, e, na madrugada de 29 de setembro, Machado de Assis faleceu, aos 69 anos de idade, em sua casa, vindo a ser enterrado na mesma sepultura de Carolina, no cemitério de São João Batista.

A progressão da biografia intelectual de Machado de Assis permite que nela se situe a produção de *Esaú e Jacó*, publicado em 1904, o oitavo e penúltimo romance do escritor e o primeiro a ser publicado no século XX. A obra é marcada pela complexidade narrativa, que leva o leitor a perguntar: quem narra? Aires ou um narrador anônimo? Essa complexidade se estende ao tratamento do tema, em que a rivalidade entre os irmãos gêmeos Pedro e Paulo – este liberal e republicano, aquele conservador e monarquista, rivalidade também explicitada no título da obra, *Esaú e Jacó*, em referência aos irmãos rivais da história bíblica – expõe um enredo do qual emerge a própria história do Brasil. Consequentemente, Machado de Assis renova o processo de narrar e apresenta uma alegoria² das disputas políticas brasileiras, que

² A palavra "alegoria" vem de *allegoría* (HANS apud MARGUTTI, 2016), que significa "dizer outro", falar sobre algo em vez de outra coisa, como um tipo estendido de metáfora. A alegoria usa elementos

vão da queda do Império à Proclamação da República, por meio da história dos gêmeos irreconciliáveis.

Apesar de sua qualidade estética, *Esaú e Jacó* é um dos romances de Machado menos estudado por pesquisadores e professores na construção de suas dissertações ou teses, seja por sua complexidade, seja pela ausência de grandes protagonistas. Ao buscar pelo título “*Esaú e Jacó*” no campo de pesquisa da plataforma Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, encontram-se 35 dissertações e 27 teses sobre o romance; na busca por “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”, há 137 dissertações e 52 teses; digitando “*Dom Casmurro*”, aparecem 150 dissertações e 44 teses, o que mostra que a obra desperta menos interesse em estudiosos de Machado de Assis.

Por último, este trabalho tem o intuito de trabalhar com conceitos capazes de evidenciar a relação de complementaridade entre cultura e linguagem e demonstrar a o quanto a perspectiva interdisciplinar é proveitosa. A conceituação de elementos chave, tanto para os estudos da área da cultura, quanto para a construção da representação de sociedade no romance, permite discutir a importância da interpretação da linguagem para a interpretação do mundo. Assim, a dissertação tangenciará concepções de cultura, representação e linguagem, para articular literatura, história, política e sociedade, atendendo diretamente ao propósito do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, da Universidade Feevale, conforme descrito na página do PPG no site da instituição:

O Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais tem como foco promover estudos avançados que se orientem para os processos e manifestações culturais. Tais estudos justificam-se pela importância que os referenciais históricos e as reflexões estéticas – percebidos como parte de uma memória fundante que se concretizou por meio de atos de comunicação, enunciados em diferentes linguagens – assumem na constituição de identidades coletivas regionais e nacionais, caracterizando a área de concentração, denominada Processos e Manifestações Culturais que foi pensada a partir de uma visão interdisciplinar que permite a diálogo e associa os saberes específicos da História, Comunicação e Literatura e que encontra contribuição complementar das áreas da Filosofia e da Arte (PROCESSOS, [s/d]).

A pesquisadora Olga Pombo afirma que a interdisciplinaridade consiste em “uma tentativa de romper o carácter estanque das disciplinas” (POMBO, 2005, p. 5), que fragmentaram os conhecimentos com a criação das especialidades. A

concretos para evocar significados abstratos. Emprega-se o termo alegoria nesse sentido, pois entende-se que a narrativa de *Esaú e Jacó* representa a sociedade brasileira, particularmente sob o ângulo da política, transcendendo, portanto, a história narrada.

“interdisciplinaridade é o lugar onde se pensa hoje a condição fragmentada das ciências e onde, simultaneamente, se exprime a nossa nostalgia de um saber unificado” (POMBO, 2005, p. 6). Longe de desprezar a especialidade, o interdisciplinar pretende ultrapassar a barreira das disciplinas e entender cultura e arte de maneira ampla e “compreender que o progresso do conhecimento não se dá apenas pela especialização crescente, como estávamos habituados a pensar. A ciência começa a aparecer como um processo que exige também um olhar transversal” (POMBO, 2005, p. 10).

Além disso, conforme os estudos do professor Jayme Paviani em seu trabalho intitulado “Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina”, “não existe um ensinar ou aprender puros, sem uma dimensão ao mesmo tempo social política, ética, estética, religiosa” (PAVIANI, 1993, s/p). Esses múltiplos aspectos fazem-se presentes na produção da obra literária e em sua recepção, uma vez que contribuem para sua significação, colocando cultura e linguagem em diálogo interdisciplinar, de modo que “onde esperávamos encontrar o simples, está o complexo, o infinitamente complexo” (POMBO, 2005, p. 10), que vai exigir uma participação ativa do receptor do texto.

Orientada por uma perspectiva interdisciplinar, a dissertação traz o seguinte problema de pesquisa: considerando a estreita ligação entre o universo ficcional de *Esaú e Jacó* e eventos históricos da sociedade brasileira na passagem do século XIX para o século XX, é possível compreender aspectos da realidade brasileira por meio da interpretação de sua representação na narrativa de Machado?

Para interpretar, em *Esaú e Jacó*, a representação de aspectos da sociedade brasileira do final do século XIX e do início do século XX e estabelecer seu confronto com a realidade, este trabalho, que é de natureza bibliográfica, organiza-se em três capítulos: o primeiro, investiga concepções acerca de cultura e de representação e define a importância de seu papel na arte, em geral, e na literatura, em particular, para a compreensão do real; o segundo, identifica a representação de elementos socioculturais em *Esaú e Jacó* e busca compreender a realidade do Brasil, mimetizada no romance; o terceiro, pretende interpretar aspectos da política do século XIX, instituídos em *Esaú e Jacó*, e confrontá-los com a representação das personagens na narrativa.

Em síntese, esta dissertação trata de um tema inerente à produção de um dos maiores escritores brasileiros do século XIX e sua principal contribuição para a área da Cultura e da Literatura está no diálogo interdisciplinar entre as áreas e na dicotomia

que é instaurada pela comparação temporal que este trabalho realiza. A linha de pesquisa da qual este trabalho faz parte, Linguagem e processos comunicacionais, também é beneficiada pela análise da linguagem da narrativa de Machado de Assis e por sua correlação com a fortuna crítica do escritor.

2 CULTURA E LITERATURA

Esta dissertação trabalha com a apropriação de conceitos para a análise de um objeto em específico e revela o processo de construção de uma pesquisadora em Processos e Manifestações Culturais. Por essa razão, este capítulo se preocupa com entendimentos que atravessam as noções de cultura e literatura. A cultura, não como uma manifestação de uma cultura superior ou inferior, mas como o entendimento de crenças, artes, tradições, costumes de um povo em determinada região, e a identidade como a manifestação individual ou social dessa cultura por seus membros. Ambas, cultura e identidade, são constituídas por elementos simbólicos que conferem à representação, seja em palavras, seja em outros signos, a capacidade de instaurar a significação dessa cultura. A partir dessa compreensão, visualiza-se a arte como forma de expressão da subjetividade do indivíduo e da potencialidade da representação da linguagem, e a literatura como objeto marcado pela linguagem e pela representação da identidade de uma determinada sociedade que está em interação com a cultura.

2.1 CULTURA, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

A definição de cultura é complexa e foi se transformando ao longo dos anos de seu estudo. Para discutir concepções de cultura e definições que a palavra engloba, retomam-se textos de antropólogos como José Luiz dos Santos e Roque Laraia e da pesquisadora Lucia Santaella, expoente nos estudos da Semiótica. Na vida em sociedade, a cultura de um determinado local é influenciada pelas relações das pessoas que convivem nesse espaço; por meio dessas relações, a política atua sobre as estruturas de poder.

Ao considerar, num primeiro momento, a etimologia da palavra cultura, Lucia Santaella em seu texto “O que é cultura” revela a origem latina da palavra: “Cultura, em todos os seus sentidos, social, intelectual ou artístico é uma metáfora derivada da palavra latina *cultura*, que, no seu sentido original, significava o ato de cultivar o solo” (SANTAELLA, 2003, p. 29, grifo da autora). José Luiz dos Santos contribui com essa definição, “cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar” (SANTOS, 2006, p. 27, grifo do autor). A relação entre cultivar o solo e a sociedade tem a ver

com o caráter de cuidado com o qual é preciso se ter com a cultura, investir tempo e atenção para que dê frutos, sejam eles alimento para o corpo ou para a alma. A noção de alma também é relacionada à cultura por pensadores clássicos, “Cícero, por exemplo, já usava a expressão *cultura anima*, cultura da alma, identificando-a com a filosofia ou a aprendizagem em geral” (SANTAELLA, 2003, p. 29, grifo da autora). Santos reforça essa definição, afirmando que “Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma” (SANTOS, 2006, p. 27). Até poetas aceitaram o desafio de definir a palavra: “A cultura é como a vida. Sua tendência é crescer, desenvolver-se, proliferar, porque é muito mais espessa a vida que se desdobra em mais vida, como uma fruta é mais espessa que sua flor’ (João Cabral)” (apud SANTAELLA, 2003, p. 29). Seja em textos teóricos, seja em textos líricos, a relação de cultura com solo, alma e vida é justificável, “Também como a vida, quando encontra condições favoráveis ao seu desenvolvimento, a cultura se alastra, floresce, aparece, faz-se ostensivamente presente” (SANTAELLA, 2003, p. 29).

A cultura também é associada com o fato de ser uma criação humana. A cultura foi criada e é aprendida, pode ser ensinada e modificada, “Há consenso sobre fato de que cultura é aprendida, que ela permite a adaptação humana ao seu ambiente natural, que ela é grandemente variável e que se manifesta em instituições, padrões de pensamento e objetos materiais” (SANTAELLA, 2003, p. 30). Essa distinção entre o que é e o que não é feito pelo ser humano simboliza a dualidade da vida humana entre “o habitat natural e seu ambiente social” (SANTAELLA, 2003, p. 31).

A partir do agrupamento de conceitos, as definições de cultura foram reduzidas, por Lucia Santaella, a duas que se complementam, sendo a cultura, de modo restrito, vista como “a descrição da organização simbólica de um grupo, da transmissão dessa organização e do conjunto de valores apoiando a representação que o grupo se faz de si mesmo, de suas relações com outros grupos e de sua relação com o universo natural” (SANTAELLA, 2003, p. 32).

Visualizando a concepção de cultura de modo amplo, Santaella afirma que

a cultura se refere aos costumes, às crenças, à língua, às ideias, aos gostos estéticos e ao conhecimento técnico, que dão subsídios à organização do ambiente total humano, quer dizer, a cultura material, os utensílios, o habitat e, mais geralmente, todo o conjunto tecnológico transmissível, regulando as relações e os comportamentos de um grupo social com o ambiente (SANTAELLA, 2003, p. 32).

O sentido lato, mais próximo dos conceitos antropológicos “descreve todos os aspectos característicos de uma forma particular de vida humana” (SANTAELLA, 2003, p. 34). O sentido estrito, que é uma noção é das humanidades, “tem o objetivo de interpretar e transmitir às gerações futuras o sistema de valores em função dos quais os participantes em uma forma de vida encontram significado e propósito” (SANTAELLA, 2003, p. 34).

Pesquisadores como Kant, Coleridge e Matthew Arnold, distanciam as noções de cultura e civilização. Referindo aspectos como a moralidade para considerar a cultura algo mais próximo da alma e mais natural. O antropólogo Raymond Williams aproxima o conceito de cultura do conceito de civilização, considerando-os sinônimos, mesmo que, etimologicamente, os termos sejam distantes, pois, “enquanto cultura derivou do sentido de crescimento natural, a palavra civilização foi derivada de uma condição social real, aquela do cidadão (*civis*, no latim)” (SANTAELLA, 2003, p. 35, grifo da autora). Lucia Santaella esclarece ambos os conceitos e registra que

a cultura representa essencialmente as condições morais do indivíduo, enquanto a civilização significa as convenções da sociedade. Invariavelmente, a primeira está também associada a valores espirituais, a segunda a valores materiais (SANTAELLA, 2003, p. 35).

José Luiz dos Santos, em seu livro *O que é cultura*, define os estudos de cultura como uma preocupação contemporânea que visam compreender a estrutura e funcionamento da sociedade para projetar o futuro, para “em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro” (SANTOS, 2006, p. 7). O estudo da cultura é capaz de focar as realidades humanas e entender por que e como se modificam, e “a história registra com abundância as transformações por que passam as culturas, seja movidas por suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mais frequentemente por ambos os motivos” (SANTOS, 2006, p. 7). Nesse sentido, os fatos políticos representam o contexto sócio-histórico por meio dos contatos e conflitos entre grupos diferentes e no âmbito de uma mesma sociedade.

Ao estudar cultura constata-se a diversidade dos grupos sociais e a complexidade das relações entre esses grupos (SANTOS, 2006, p. 7). A variedade de aspectos culturais entre os agrupamentos humanos em contraste faz com que o estudo da cultura possa contribuir “no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas” (SANTOS,

2006, p. 8). Compreender a sociedade brasileira sob esse ângulo, permite estabelecer as razões, por exemplo, da equivocada compreensão de que negros e indígenas não detinham marcas culturais por meio dos quais pudessem afirmar sua identidade.

Sob essa perspectiva, o povo negro, trazido como mercadoria para o Rio de Janeiro, foi alvo da violência física e também da violência histórico-cultural visto que, foi retirado de sua nação, proibido de falar sua língua, separado de sua família, destituído de sua cultura e, ao chegar no Brasil, deparou-se com outras pessoas que também haviam sofrido esse mesmo abuso. Conforme Mary Karasch (2000, p. 36), além da sobrevivência, um dos desafios “para um escravo no Rio era criar uma vida com sentido em meio a indivíduos díspares que compartilhavam poucos valores, criar um grupo a partir do caos de muitos”. Famílias, culturas e comunidades precisavam ser estruturadas, sem contar com a ancestralidade e os costumes com os quais haviam sido criadas em seu local de origem.

No entanto, nem mesmo quando as discussões sobre a definição do termo “cultura,” chegaram a certo consenso, os estudiosos fugiram da tentativa de classificar e ordenar povos de acordo com seus aspectos culturais, “As concepções de evolução linear foram atacadas com a ideia de que cada cultura tem sua própria verdade e que a classificação dessas culturas em escalas hierarquizadas era impossível, dada a multiplicidade de critérios culturais” (SANTOS, 2006, p. 14).

Essa tentativa de hierarquização ou classificação de uma cultura como superior a outra foi utilizada como justificativa para preconceitos e, num sentido mais amplo, dominação e exploração de povos. Conforme Santos,

Tais esforços de classificação de culturas não implicavam apenas a justificação do domínio das sociedades capitalistas centrais, que naqueles esquemas globais apareciam no topo da humanidade, sobre o resto do mundo. Ideias racistas também se associaram àqueles esforços; muitas vezes os povos não europeus foram considerados inferiores, e isso era usado como justificativa para seu domínio e exploração (SANTOS, 2006, p. 14).

Da mesma forma que o combate contra violências e exploração se sustenta com a reflexão sobre esses assuntos e não a omissão, torna-se necessário reforçar que a multiplicidade de culturas não é fator de divisão da raça humana, mas sim “A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza” (SANTOS, 2006, p. 15).

Quando o observador olha para as outras culturas, o ponto de vista definido é o dele, assim como “os critérios que se usa para classificar uma cultura são também culturais. Ou seja, segundo essa visão, na avaliação de culturas e traços culturais tudo é relativo” (SANTOS, 2006, p. 16). Conforme declara o antropólogo Roque Laraia, “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (LARAIA, 2007, p. 67).

Essa lente cultural faz com que se olhe para o outro com estranheza, esse comportamento “nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isto, discriminamos o comportamento desviante” (LARAIA, 2007, p. 67).

Ver o mundo a partir da lente de sua cultura pode fazer o indivíduo considerar seu modo de viver melhor e natural, “tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais. [...] É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão” (LARAIA, 2007, p. 72).

Além das diferenças culturais entre grupos sociais diferentes, uma mesma sociedade pode apresentar realidades culturais internas diferentes, já que existem vários gêneros, várias idades, várias regiões de um mesmo país, várias origens de imigração distintas. Para compreender o país em que se vive é preciso considerar essa diversidade interna.

Seja no estudo de culturas diferentes, seja no estudo das culturas internas de uma mesma sociedade

mostrar que a diversidade existe não implica concluir que tudo é relativo, apenas entender as realidades culturais no contexto da história de cada sociedade, das relações sociais dentro de cada qual e das relações entre elas. Nem tudo que é diverso o é da mesma forma. Não há razão para querer imortalizar as facetas culturais que resultam da miséria e da opressão. Afinal, as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir (SANTOS, 2006, p. 20).

Em relação ao conceito de cultura, Santos garante falar “de maneira mais genérica, preocupado com tudo o que caracteriza uma população humana” (SANTOS, 2006, p. 22). No entanto, reconhece a existência de duas concepções principais atualmente: cultura como um todo e cultura como conhecimento. A primeira concepção “diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo

ou nação" ou então de grupos no interior de uma sociedade" (SANTOS, 2006, p. 24); a segunda se refere "ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social" (SANTOS, 2006, p. 24).

A evolução do conceito de cultura até o significado mais moderno foi motivada, principalmente, por suas razões: conhecimento e poder. Segundo Santos, "Assim a moderna preocupação com cultura nasceu associada tanto à necessidade de conhecimento quanto às realidades da dominação política" (SANTOS, 2006, p. 31).

Em se falando de Brasil, a cultura própria dos nativos, que já habitavam o território, antes de ser um país, foi desprestigiada no contato com os europeus; da mesma forma, os povos que foram trazidos e escravizados também foram despidos de sua cultura. Santos elucida

as culturas de povos e nações que habitavam suas terras antes da conquista europeia foram sistematicamente tratadas como mundos à parte das culturas nacionais que se desenvolveram. A importância delas para essas culturas nacionais só costuma ser reconhecida na medida em que contribuem para esta última, em que fornecem elementos e características que dão a esta caráter particular, tais como comidas, nomes, roupas, lendas. Da mesma forma são tratadas as contribuições culturais das populações que vieram para cá como imigrantes de outras partes do mundo, ou que para cá foram trazidas como escravas (SANTOS, 2006, p. 33).

O pesquisador Roque de Barros Laraia em seu livro *Cultura: um conceito antropológico* refere que o indivíduo não é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura, uma vez que sua participação é limitada (LARAIA, 2007, p. 80). A limitação decorre do fato de o indivíduo estar integrado a determinados grupos por fatores determinantes como classe social e econômica, idade, gênero, profissão.

No entanto, para estar inserido culturalmente em uma sociedade, o indivíduo precisa compartilhar um pouco do conhecimento de sua cultura, para que consiga se relacionar com os demais integrantes desse grupo social. "Todos necessitam saber como agir em determinadas situações e, também, como prever o comportamento dos outros" (LARAIA, 2007, p. 82).

As culturas apresentam uma lógica interna, que deve ser conhecida para que o indivíduo se sinta inserido. Segundo Santos, "devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos" (SANTOS, 2006, p. 8). Em consonância, Roque Laraia complementa que

Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente, a tendência mais comum é de considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo. A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence (LARAIA, 2007, p. 87).

A cultura é dinâmica, e qualquer cultura está em processo de mudança, seja interna ou externa, seja por dinâmica do próprio sistema, seja por contato com outro sistema cultural (LARAIA, 2007, p. 95). Essas mudanças podem durar um período, ou acontecerem bruscamente, razão por que “o tempo constitui um elemento importante na análise de uma cultura” (LARAIA, 2007, p. 99). A estrutura de um sistema cultural, assim como o próprio indivíduo, teme e anseia a mudança, “as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras” (LARAIA, 2007, p. 99). Entender que a única constância é a mudança, além de auxiliar no entendimento da própria cultura, contribui para que se olhe com menor estranhamento para todas as outras culturas (LARAIA, 2007, p. 101).

Dessa forma, para a realização desta dissertação, define-se a cultura como conjunto de manifestações culturais, costumes, tradições e crenças de uma determinada comunidade, que são manifestadas na linguagem, podendo ganhar forma no texto literário. Com efeito, *Esaú e Jacó*, como objeto cultural, presentifica, por meio da linguagem, o imaginário social do final do século XIX, e as ações das personagens, o espaço-tempo da narrativa e o discurso do narrador representam a sociedade fluminense e, nela, as relações da classe burguesa com a política.

2.1.1 Identidade

A concepção de cultura e a de mudança articulam-se com o problema das identidades. No livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall lança luz sobre o tema da identidade e como ela tem lidado com as mudanças sociais da pós-modernidade. Segundo o teórico, a noção de identidade está em crise. As velhas identidades “que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2005, p. 7). A fragmentação da identidade do indivíduo faz parte de uma ampla mudança social.

O conceito de identidade é complexo, e a tendência da fragmentação tem tornado as identidades ainda mais ambíguas. Conforme Hall,

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito (HALL, 2005, p. 9).

Os estudos de cultura trabalham com três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo é uma concepção individualista em que o sujeito é considerado indivisível, singular e único, “pessoa humana como indivíduo totalmente centrado unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior [...] permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele” (HALL, 2005, p. 10). O sujeito sociológico é uma concepção interativa e, segundo ela, o sujeito está em correlação com a sociedade, num movimento de internalização e externalização. Sob esse ângulo, havia a “consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos a cultura” (HALL, 2005, p. 11). Por último, o sujeito pós-moderno é uma concepção problemática, “está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2005, p. 12).

As identidades entram em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais, e o próprio processo de identificação tornou-se mais provisório, variável e problemático. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. “É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2005, p. 13).

As identificações são deslocadas continuamente e a própria ideia de uma identidade “unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2005, p. 13). A contemporaneidade situa-se diante de uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis – ao menos temporariamente. Esse caráter de mudança constante e rápida é característico da modernidade tardia (HALL, 2005, p. 14), em que as sociedades da modernidade tardia, são caracterizadas pela

“diferença”, pela variedade de diferentes “posições de sujeito” e identidades. De acordo com Hall

Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articuladas. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta (HALL, 2005, p. 17).

O pesquisador francês Patrick Charaudeau, em seu texto “Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional” define a identidade como um “tomar consciência” de si, pois, ao mesmo tempo, promove “a tomada de consciência de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer)” (CHARAUDEAU, 2009, s/p). Para que isso aconteça, é necessário que exista diferença entre o “eu” e o “outro”. Segundo Charaudeau, é “ao perceber o outro como diferente, que pode nascer, no sujeito, sua consciência identitária. A percepção da diferença do outro constitui de início a prova de sua própria identidade, que passa então a ‘ser o que não é o outro’” (CHARAUDEAU, 2009, s/p). A construção da identidade a partir desse processo de alteridade acaba por criar um paradoxo, ao mesmo tempo que a diferença faz com que o eu conheça a existência do outro, ele “desconfia deste outro e sente necessidade ou de rejeitá-lo, ou de torná-lo semelhante para eliminar a diferença” (CHARAUDEAU, 2009, s/p).

Em relação à construção da identidade, Patrick Charaudeau, que é conhecido, principalmente, por seus estudos do discurso, segmenta a identidade em dois polos diferentes: a identidade social e a identidade discursiva. A primeira consiste na “necessidade de ser reconhecida pelos outros. Ela é o que confere ao sujeito seu ‘direito à palavra’, o que funda sua legitimidade” (CHARAUDEAU, 2009, s/p). A segunda apresenta a especificidade de “ser construída pelo sujeito falante para responder à questão: ‘Estou aqui para falar como?’. Assim sendo, depende de um duplo espaço de estratégias: de ‘credibilidade’ e de ‘captação’” (CHARAUDEAU, 2009, s/p). Ou seja, o indivíduo existe em relação a um outro e isso o legitima identitariamente por meio da linguagem; no entanto, a maneira com que esse indivíduo se comunica em sociedade determina sua identidade discursiva. O pesquisador conclui afirmando que “O sujeito falante deve, pois, defender uma imagem de si mesmo (um ‘ethos’) que lhe permita, estrategicamente, responder à questão: “como fazer para ser levado a sério?” (CHARAUDEAU, 2009, s/p). Ao

considerar a identidade social em relação à política surge a questão da soberania instaurada pela legitimidade da posição do sujeito,

Apesar disso, a legitimidade através da soberania institucional não é uma: varia em função da “posição” e dos “papéis” que os atores são levados a assumir nas situações de troca social nas quais estão engajados, o que faz com que variem os discursos que proferem (CHARAUDEAU, 2009, s/p).

A formação de uma cultura e das identidades a ela correlatas decorre do processo de representação. Stuart Hall em seu texto “O papel da representação” explicita o porquê da importância do conceito de representação para os estudos da cultura: “a representação conecta o sentido e a linguagem à cultura” (HALL, 2016, p. 31). Representar significa se expressar através da linguagem para alguém sobre algo no mundo. Por mais que o conceito pareça simples, o processo da representação não é. Representação é “uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31). Por mais que a linguagem possa representar objetos, ela não é esses objetos.

A representação é a maneira pela qual a linguagem é utilizada para produzir conceitos, e isso “permite nos *referirmos* ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (HALL, 2016, p. 34, grifo do autor). Segundo Hall, para que esse processo ocorra com sucesso, são mobilizados dois *sistemas de representação* diferentes: “Primeiro, há o ‘sistema’ pelo qual toda ordem de objetos, sujeitos e acontecimentos é correlacionada a um conjunto de conceitos ou representações mentais” (HALL, 2016, p. 34). Logo, “o significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem ‘representar’ ou ‘se colocar como’ o mundo” (HALL, 2016, p. 34).

Esse sistema de representação de conceitos não mantém os seus itens separados, ou seja, a tendência é que os conceitos se organizem para “estabelecer relações complexas entre eles” (HALL, 2016, p. 35).

Esses conceitos organizados e classificados em nosso primeiro sistema de representação constituem uma espécie de “mapa conceitual” e é a partir de mapas conceituais parecidos que se pode considerar que duas pessoas pertencem “à mesma cultura” (HALL, 2016, p. 36). Entretanto, mesmo que, na mente dessas duas pessoas,

os conceitos sejam parecidos, de nada adianta se elas não compartilharem o mesmo código linguístico, ou seja, a linguagem constitui o segundo sistema de representação (HALL, 2016, p. 36). De acordo com Hall,

O termo geral que usamos para palavras, sons ou imagens que carregam sentido é signo. Os signos indicam ou representam os conceitos e as relações entre eles que carregamos em nossa mente e que, juntos, constroem os sistemas de significado da nossa cultura. Signos são organizados em linguagens. A existência de linguagens comuns nos possibilita traduzir nossos pensamentos (conceitos) em palavras, sons ou imagens, e depois usá-los, enquanto linguagem, para expressar sentidos e comunicar pensamentos a outras pessoas (HALL, 2016, p. 37).

Os dois sistemas de representação, o mapa conceitual e a linguagem, criam juntamente com o objeto em si, a representação. Os sentidos são “efetivamente intercambiados” quando os sujeitos “compartilham um mapa conceitual relativamente parecido, elas também devem compartilhar uma maneira semelhante de interpretar os signos de uma linguagem” (HALL, 2016, p. 38). Da mesma forma que os conceitos não são as coisas, “Imagens e signos visuais, mesmo quando carregam uma semelhança próxima às coisas a que fazem referência, continuam sendo signos: eles carregam sentido e, então, têm que ser interpretados” (HALL, 2016, p. 39).

A representação, assim como a própria cultura e até mesmo a linguagem, é uma criação humana. O conceito e a ação desse conceito foram criados pela sociedade e mantidos pelos humanos há tanto tempo que parecem “naturais”, conforme Hall,

O sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, e muito menos na palavra. Somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável. *O sentido é construído pelo sistema de representação.* Ele é construído e fixado pelo código, que estabelece a correlação entre nosso sistema conceitual e nossa linguagem (HALL, 2016, p. 41, grifos do autor).

O sentido atribuído aos conceitos e à linguagem de um determinado grupo cultural é o resultado “não de algo fixo na natureza, mas de nossas convenções sociais, culturais e linguísticas, então o sentido não pode nunca ser *finalmente* fixado” (HALL, 2016, p. 45, grifo do autor). Na verdade, os sentidos são temporariamente fixados e mudam ao longo do tempo, os indivíduos da sociedade cultural atribuem e modificam os sentidos dos sistemas de representação, “O principal ponto é que o sentido não é inerente às coisas, ao mundo. Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significativa – uma prática que *produz* sentido, que *faz os objetos significarem*” (HALL, 2016, p. 46, grifos do autor).

Há três teorias ou abordagens diferentes acerca da representação do sentido pela linguagem: reflexiva, intencional e construtivista. Essas abordagens podem ser simplificadas a partir de três perguntas:

A linguagem simplesmente reflete um significado que já existe no mundo dos objetos, pessoas ou eventos (reflexiva)? A linguagem expressa somente o que o falante, o escritor ou pintor quer dizer, o significado intencional pretendido por ele ou ela (intencional)? Ou o significado se constrói na linguagem e por meio dela (construtivista)? (HALL, 2016, p. 32).

A abordagem reflexiva entende a linguagem como um espelho em que se reflete o sentido que existe no mundo, “o sentido é pensado como repousando no objeto, pessoa, ideia ou evento no mundo real” (HALL, 2016, p. 47).

A abordagem intencional é o oposto da reflexiva, o sentido não repousa no objeto, mas é imposto pelo agente da linguagem, ou seja, “As palavras significam o que o autor pretende que signifiquem” (HALL, 2016, p. 48). Essa abordagem se justifica pelo fato de que os indivíduos realmente usam “a linguagem para convencer ou comunicar coisas que são especiais ou únicas” (HALL, 2016, p. 48).

A terceira abordagem é chamada de construtivista e “reconhece esse caráter público e social da linguagem” (HALL, 2016, p. 48). Retirando o sentido do objeto e da intencionalidade da fala, essa abordagem defende que “as coisas não significam: nós construímos sentido, usando sistemas representacionais - conceitos e signos” (HALL, 2016, p. 48).

É através dos sistemas de representação que os indivíduos se comunicam e compreendem o mundo. Ao compartilhar do mesmo sistema de conceitos e sistema de linguagem os indivíduos podem compartilhar compreensões de mundo.

Por meio da representação da sociedade e de sua relação com a política no texto machadiano, pode-se criar hipóteses sobre traços identitários da elite da sociedade presente em *Esaú e Jacó* e, em oposição, inferir a representação da classe popular. Esse passo, por sua vez, conduz ao estabelecimento de correlações entre a sociedade brasileira do século XIX, representada na narrativa, e a sociedade contemporânea, sob o ângulo da política.

2.2 REPRESENTAÇÃO, ARTE E LITERATURA

O pesquisador Alfredo Bosi em seu livro *Reflexões sobre a arte* apresenta três concepções decisivas sobre o processo artístico: arte como construção, arte como

conhecimento e arte como expressão. Bosi também delimita dois aspectos fundamentais da arte: a *objectualidade* e o *efeito psicológico*, aquele como o fato de a arte ser algo “material,” e este a maneira como “uma obra é percebida, sentida e apreciada pelo receptor, seja ele visitante de um museu ou espectador de um filme” (BOSI, 1986, p. 7).

Para Bosi “a arte é um fazer. A arte é um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se *transforma* a matéria oferecida pela natureza e pela cultura. Nesse sentido, qualquer atividade humana, desde que conduzida regularmente a um fim, pode chamar-se artística” (BOSI, 1986, p. 13, grifo do autor). Se a arte é produção, o fazer artístico é associado à transformação e essa é capaz de dar forma ao que não existia.

A produção de uma arte é capaz de criar, além do objeto, uma nova realidade que pertença a esse objeto, que pode, inclusive, ser diferente da realidade de referência. Para Bosi, “Haveria uma *verdade estética* própria da representação, e que não precisa coincidir com a verdade objetiva” (BOSI, 1986, p. 15, grifo do autor). A arte é também associada à noção de jogo e, como a verdade estética, também pressupõe a liberdade de criar coisas novas:

A liberdade de invenção e as regras que o jogo estético cria fazem parte do fazer artístico. Além disso, as escolhas realizadas pelo artista estão relacionadas com a intuição artística aliada aos conhecimentos técnicos da arte, “A escolha de uma palavra, e não de outra, de um traço, e não de outro, responde ora a determinações do estilo da época (a face cultural do gosto), da ideologia e da moda, ora a necessidades profundas de raiz afetiva ou a uma percepção original da realidade” (BOSI, 1986, p. 25).

O trabalho do artista lida com a dualidade entre a mimesis e a obra, uma criação que transita entre dois planos: “o *plano do conhecimento do mundo* (ainda a mimesis) e o *plano da construção original de um outro mundo* (a obra)” (BOSI, 1986, p. 36, grifos do autor). A verdadeira arte alinha os conhecimentos práticos do artista e sua imaginação, no entanto “A unidade harmônica da obra vem da *concepção* que a preside; a esta subordinam-se os recursos técnicos de que o artista dispõe” (BOSI, 1986, p. 37, grifo do autor). A técnica é importante e primorosa, mas sem a verdade do artista não é nada: “A verdadeira mimesis é o processo mental e manual que leva à mais perfeita representação e à mais forte sensação do universo imaginado: ‘um bom quadro, fiel e igual ao sonho que o gerou’” (BOSI, 1986, p. 37).

A arte é também expressão. Diante disso, Bosi pergunta: “Como falar de *expressão artística* sem atentar para a fenomenologia do corpo? Para a visada do olhar? E para a intencionalidade do gesto?” (BOSI, 1986, p. 50, grifo do autor), e ele acrescenta que a arte traz, em cada detalhe, sentido e sentimento.

Para a concepção de arte como expressão é preciso considerar os conceitos de força e de forma. Segundo Bosi,

A ideia de expressão está intimamente ligada a um nexos que se pressupõe existir entre uma *fonte de energia* e um *signo* que a veicula ou a encerra. Uma força que se exprime e uma forma que a exprime.

Força e forma remetem-se e compreendem-se mutuamente (BOSI, 1986, p. 50, grifos do autor).

A força busca formas para expressar seus sentidos e a forma revela sentidos que estavam adormecidos e resgata “não-sentidos”. A forma, os motivos, as cores, os temas não são considerados “puros”, pois estão repletos de sentido. Para Bosi,

É a *integração de variáveis que produz efeitos de sentido*. Para a expressão afetiva, para a “atmosfera” de um texto, concorrem tanto os elementos mínimos como as unidades maiores de significação, as palavras, as frases, as figuras e os seus modos de combinação (BOSI, 1986, p. 51, grifos do autor).

É possível concluir que, a partir da relação entre construir, conhecer, exprimir, a arte não é apenas cópia de algo da natureza ou algo culturalmente instituído, mas sim a criação do novo com uma possível, mas não exclusiva, inspiração no real.

A literatura, sendo uma forma de arte, também atende às especificidades apresentadas por Bosi sobre a conceitualização de arte como construção, conhecimento e expressão. O texto literário é uma instância regida tecnicamente, construída por um autor com o propósito de ser consumida pelo interlocutor. A obra literária como objeto social pode constituir um objeto de conhecimento, a partir do qual, o leitor conhece e reflete acerca de uma realidade parecida ou destoante da sua. E a participação ativa do leitor na compreensão e interpretação de um texto promove uma multiplicidade de sentidos, já que todos os conceitos, os métodos e os signos de um texto apresentam intencionalidade e sentido.

A partir disso, o pesquisador alemão Wolfgang Iser, em seu texto *O jogo do texto*, discorre acerca de elementos de uma teoria que é idealizada por ele, a Teoria dos Efeitos. Essa teoria compreende a leitura como um ato que interconecta autor, texto e leitor intimamente e essa relação passa “a ser concebida como um processo em andamento que produz algo que antes inexistia” (ISER, 1979, p. 105). O resultado

desse processo consiste em um “material a partir do qual algo novo é modelado. O novo produto, entretanto, não é predeterminado pelos traços, funções e estruturas do material referido e contido no texto” (ISER, 1979, p. 105).

Para exemplificar essa tríade e a relação criada entre os itens participantes, o pesquisador usa a alegoria de um jogo, no qual “Os autores jogam com os leitores e o texto é o campo do jogo” (ISER, 1979, p. 107). Intencionalmente, o autor parte do mundo existente e cria algo para que a consciência do leitor interaja. Dessa forma “o texto é composto por um mundo que ainda há de ser identificado e que é esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e, por fim, a interpretá-lo” (ISER, 1979, p. 107). A interação do leitor com o texto através dessas operações de imaginar e interpretar preenche pontos de indeterminação deixados pelo autor e que apelam para a experiência de leitura do interlocutor, dessa forma, modificando o universo apresentado inicialmente, ou seja, “não importa que novas formas o leitor traz à vida: todas elas transgridem - e, daí, modificam - o mundo referencial contido no texto” (ISER, 1979, p. 107).

O texto ficcional, como um objeto de comunicação, prevê que autor e leitor estabeleçam um contrato, que é baseado e reforçado pela verossimilhança já que “o mundo textual há de ser concebido, não como realidade, mas como se fosse realidade. Assim o que quer que seja repetido no texto não visa a denotar o mundo, mas apenas um mundo encenado” (ISER, 1979, p. 107).

Da mesma forma que para a construção da identidade é necessária a diferença, para o jogo do texto a diferença também é crucial para que ele possa colocar-se em movimento (ISER, 1979, p. 108). A partir dos “espaços vazios” deixados pelo autor que o leitor preenche com sua leitura, os jogos chegam a determinados resultados e, se as diferenças são superiores à capacidade de interpretação do leitor ou se “as diferenças não são transpostas ou mesmo removidas, o jogo chega ao fim” (ISER, 1979, p. 108). Wolfgang Iser também acredita que “o jogo preserva a diferença que procura erradicar” (ISER, 1979, p. 109), pois, se o texto não causa estranhamento no leitor, ou não exige dele uma capacidade ativa de decodificação e inter-relação, provavelmente não será capaz de prender o interlocutor na leitura.

O significado do texto, a partir do resultado desse processo realizado ativa e conscientemente pelo leitor, é uma espécie de suplemento, ou de significação suplementar, ou seja, o significado não existe, por completo, antes do jogo entre autor/texto/leitor. E esse significado pode apresentar diferentes nuances que

dependem da capacidade leitora dos indivíduos no momento da leitura, ou seja, na recepção.

O movimento do leitor para preencher as lacunas do texto e voltar-se sobre si e para sua própria realidade promove a existência de um esquema, que é constituído pelos processos de acomodação e assimilação. Enquanto o esquema de acomodação copia o objeto, o esquema de assimilação “modela o objeto de acordo com as necessidades individuais” (ISER, 1979, p. 111). O movimento realizado pelo leitor durante a leitura permite que o jogo se converta em um modo de ele visualizar a si mesmo e essa “extensão é um traço básico e sempre fascinante da literatura. Inevitavelmente, se põe a questão por que dela necessitamos” (ISER, 1979, p. 118).

A literatura, além de ser capaz de representar diferentes culturas e realidades, a partir do universo ficcional, provoca o leitor a refletir e a intervir no universo real. Nesse movimento de dentro para fora, do individual para o social, o leitor modifica a realidade na mesma medida em que se identifica como sujeito de uma sociedade e dono de uma identidade moldada culturalmente.

O romance de Machado de Assis, lido no século XXI, lança luz sobre as mudanças políticas ocorridas no final do século XIX e ajuda a construir um paralelo desse período com sua representação na narrativa. O papel ativo do leitor na interpretação da representação de sociedade promove o movimento de retorno ao passado para refletir acerca do papel da sociedade nas mudanças políticas e, ao mesmo tempo, convida a olhar o presente e refletir sobre a realidade sociopolítica e seus desdobramentos futuros.

O próximo capítulo visa apresentar os elementos da vida sociopolítica brasileira, que são representados em *Esaú e Jacó*, e, a partir deles, desvelar a crítica machadiana sobre acontecimentos do momento de produção da obra. As temáticas estão divididas em três subcapítulos: “Aspectos socioeconômicos subjacentes à narrativa”, que apresenta os acontecimentos históricos descritos na narrativa e sua representação na vida das personagens; “Personalidades políticas brasileiras”, que elenca os políticos, militares e homens públicos que são apresentados durante a descrição dos acontecimentos; e “Formação dos partidos políticos no Brasil”, que discorre sobre a formação dos três primeiros partidos políticos brasileiros e sua atuação na vida pública do século XIX.

3 SOCIEDADE E CONFLITOS POLÍTICOS

O romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis, é o que apresenta maior proximidade entre o momento de sua produção e o período da diegese ou da história narrada que ele representa. A obra foi publicada em 1904 e menciona, inter-relacionados às ações das personagens, acontecimentos históricos que se situam entre 1870 e 1895. Portanto, o olhar do autor abrange em torno de vinte e cinco anos da história brasileira, e sua proximidade em relação aos fatos que integram a narrativa permite-lhe traduzir seu conhecimento da sociedade o qual ele mescla à ficção, instituindo uma reflexão e uma crítica sobre a realidade sociocultural representada. Por essa razão, Brito Broca, crítico literário e historiador brasileiro, define o romance como aquele “em que o autor, através das personagens, mais se ocupa de política” (BROCA, 1957, p. 84).

3.1 O TEXTO LITERÁRIO COMO ARGUMENTO

Esaú e Jacó é constituído por episódios que envolvem, principalmente, duas famílias da burguesia oitocentista do Rio de Janeiro: os Santos e os Batistas. A narrativa inicia com a ida de Natividade, esposa de Santos, e sua irmã Perpétua ao morro do Castelo consultar uma Cabocla sobre o futuro de seus filhos gêmeos – Pedro e Paulo – que contavam um ano de idade. As previsões da esotérica garantem que eles serão grandes e, sem explicar essa grandeza, ela afirma que está atrelada a “coisas futuras”. A mãe fica contente com a previsão mesmo sem entender aquilo a que a Cabocla se refere.

De forma indireta, o início da narrativa introduz os protagonistas que, como *Esaú e Jacó*, personagens bíblicas, rivalizam entre si desde o ventre materno. Ambos os irmãos nutrem grande afeto pela filha do casal Batista, Flora, cujos pais são Dona Cláudia e Batista. As duas famílias cultivam uma amizade com o ex-diplomata, José Marcondes Aires, conhecido pelo título de Conselheiro, o qual analisa o desenvolvimento dos jovens e tenta motivá-los a uma amizade recíproca. Entretanto, a natureza oposta de ambos os leva a trilhar caminhos distintos na profissão e na política, embora transfiram seu interesse amoroso a uma mesma pessoa, Flora, o que mais um motivo de discórdia.

Portanto, os acontecimentos da narrativa principiam pelo nascimento de Pedro e Paulo e finalizam com a ascensão deles à Câmara dos deputados. Alguns *flashbacks* sobre a vida dos casais e de Aires contribuem com a composição da narrativa, e a vida das personagens é atravessada por acontecimentos socioeconômicos e políticos que o Brasil vivenciou no final do século XIX e início do século XX, os quais passam a ser sintetizados neste capítulo.

3.2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS SUBJACENTES À NARRATIVA

De 1870 a 1904, o Brasil sofreu mudanças que marcaram a sociedade e cujos reflexos se fazem sentir nos dias atuais. Dentre elas, citam-se a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que garantia liberdade aos filhos recém-nascidos, de mulheres escravizadas; a Questão Religiosa que, entre 1873 a 1875, colocando em conflito a religião católica e a maçonaria, desgastou o poder monárquico; a criação da Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885, que declarou livres os escravos que tinham mais de 60 anos; a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, extinguindo o trabalho escravo no Brasil; a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, que resultou na derrubada da Monarquia e na instauração de novo regime político no Brasil; a implantação da primeira Constituição da República, em 24 de fevereiro de 1891, a qual concedeu grande autonomia aos estados em sua organização política, resguardados os princípios básicos da Constituição; o surgimento de revoltas populares regionais: a Revolta Federalista no Rio Grande do Sul, em 1893; em 6 de setembro do mesmo ano, a Revolta da Armada; a Revolta de Canudos na Bahia, em 1897; e, no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina, em 1904.

Em *Esaú e Jacó*, há um recorte dessas três décadas, o qual remonta a aspectos da história do Brasil, e esses perpassam os **domínios da política**, da **economia**, da **saúde**, sendo referidos em eventos da diegese.

No âmbito da política e da estrutura do país, são mencionados a Guerra do Paraguai, que durou de 1864 até 1870; o Ministério Rio Branco, que durou de 1871 a 1875; o Ministério Sinimbu que durou de 1878 a 1880; a Emancipação dos Escravos em 13 de maio de 1888; a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889; o Governo Provisório que durou de novembro 1889 a fevereiro de 1891; o Golpe de Estado em 3 de novembro de 1891; a Revolta da Armada, ou Rebelião da Esquadra,

em 6 de setembro de 1893; o Estado de Sítio em 10 de setembro de 1893 e as Paradas Militares que aconteciam nas datas da Proclamação da Independência (7 de setembro) e do aniversário de D. Pedro II (2 de dezembro) no Rio de Janeiro.

Um importante fato histórico mencionado é a Guerra do Paraguai, que iniciou em 11 de novembro de 1864, quando ocorreu o primeiro ato das hostilidades, e se estendeu até 1º de março de 1870. Na América espanhola, o conflito ficou conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, porque envolveu Brasil, Argentina e Uruguai, que se uniram contra o Paraguai. Durante os mais de cinco anos de lutas, o Império enviou “cerca de 139 mil homens, dos quais uns 50 mil morreram. Destes, a maior parte não pereceu em combate, mas, sim, devido a doenças e aos rigores do clima” (DORATIOTO, 2002, p. 462).

A explicação da guerra tem versões diferentes nas historiografias brasileira e espanhola. No Brasil, é explicado que

O conflito resultou da megalomania e dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano López. Membros das Forças Armadas – especialmente do exército – encaram os episódios da guerra como exemplos da capacidade militar brasileira, exaltando os feitos heroicos de Tamandaré, de Osório e, em especial, de Caxias. Nas escolas brasileiras, pelo menos até alguns anos atrás, admirávamos esses heróis e olhávamos com desdém para a figura sisuda do barbudo Solano (FAUSTO, 2015, p. 178).

No Paraguai, no entanto, a visão sobre essa guerra é totalmente negativa, e os historiadores consideram que vizinhos poderosos atacaram um pequeno país independente.

A repercussão da guerra no Brasil estende-se desde a perda de vidas a aspectos políticos e econômicos. Em relação a esses, o Tesouro Real calculou um gasto de 614 mil contos de réis, despesa que deveria ter sido indenizada pelo Paraguai, no entanto o governo paraguaio foi desobrigado do ônus posteriormente, conforme explica Doratioto:

Essa dívida não foi paga mas também não foi cancelada nas décadas seguintes, pois, como explicou o barão do Rio Branco muitos anos depois, ela era uma garantia da independência do Paraguai, já que intimidava a Argentina de tentar anexá-lo. Em caso de anexação, Buenos Aires teria que responsabilizar-se por esse débito de guerra. A dívida foi perdoadada somente por Getúlio Vargas, no início dos anos de 1940, como resposta a idêntica iniciativa da Argentina (DORATIOTO, 2002, p. 465).

No romance, a referência à guerra do Paraguai ocorre porque Perpétua, irmã de Natividade, perdeu o marido nesse conflito armado, que teve reflexos diretos na derrocada do regime monárquico. O fato de o maior acontecimento bélico em que o

Brasil se envolveu no século XIX – que demonstrou a fragilidade militar brasileira, deixou mais de 50 mil mortos e uma dívida impagável junto à Inglaterra, a qual minou as finanças do país; que acentuou a instabilidade política do regime monárquico; que estabeleceu uma dívida do Paraguai em relação ao Brasil e a imagem desse como um país opressor – ser apenas mencionado na narrativa conduz à suposição de que a decisão do escritor é paralela à omissão e à alienação da grande maioria da população brasileira em relação à guerra e às suas consequências.

Na narrativa, a instabilidade política também é referida por meio das menções à Revolta da Armada, de 6 de setembro de 1893, um movimento militar de oposição ao marechal Floriano Peixoto, que eclodiu no Rio de Janeiro e motivou a instalação do Estado de Sítio. O evento é mencionado no capítulo “CVI Ambos quais?” quando é associado à enfermidade de Flora e a notícias são trazidas por Aires:

Quando Pedro e Paulo voltaram a Andaraí, a enferma estava acordada, e o médico, sem dar grandes esperanças, mandou fazer aplicações, que declarou enérgicas. Todos tinham sinais de lágrimas. De noite, Aires apareceu trazendo notícias de agitação na cidade (ASSIS, 2010, p. 188).

Também é lembrado no capítulo “CXIV Consultório e banca” quando a discórdia entre os gêmeos é comparada a outros movimentos políticos de resistência:

No meio dos sucessos do tempo, entre os quais avultavam a rebelião da esquadra e os combates do Sul, a fuzilaria contra a cidade, os discursos inflamados, prisões, músicas e outros rumores, não lhes faltava campo em que divergissem. Nem era preciso política (ASSIS, 2010, p. 197).

A síntese dos acontecimentos, feita pelo narrador, traz a dimensão dos conflitos que assolavam o país durante os governos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto: no Rio de Janeiro, entre 1891 e 1894, a Marinha promoveu uma revolta contra o autoritarismo de Deodoro e, depois, contra o descumprimento de Floriano em relação ao acordo de convocar novas eleições; no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895, republicanos, que divergiam quanto ao poder a ser concedido ao governo central, se digladiavam em uma brutal guerra civil.

Os ministérios Rio Branco e Sinimbu são mencionados por Dona Cláudia quando se refere à filha, dizendo: “Flora nasceu no ministério Rio Branco, e foi sempre tão fácil de aprender, que já no ministério Sinimbu sabia ler e escrever correntemente” (ASSIS, 2010, p. 65). O ministério Rio Branco tinha um apelo conservador, “durou de 1871 a 1875 e era chefiado pelo visconde do Rio Branco (José Maria da Silva

Paranhos, 1819-1880)” (MACHADODEASSIS.NET). Já o ministério Sinimbu, de apelo político liberal, “durou de 1878 a 1880 e era chefiado pelo visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansanção, 1810-1906)” (MACHADODEASSIS.NET). A observação refere a capacidade intelectual de Flora que, aos seis anos já era alfabetizada, e evidencia o forte interesse da mulher de Batista pela política que, com ela, relaciona até mesmo o desenvolvimento cognitivo da filha. A personagem constitui, assim, imagem simbólica do perfil dos agentes políticos, como se depreende a partir da apresentação que faz da filha (capítulo “XXXI Flora”). Entretanto, ao trazer em um mesmo contexto discursivo – o comentário de D. Cláudia – as duas linhas políticas que se opunham no poder e nele se alternavam, Machado de Assis chama a atenção para um componente da história que marcou o Segundo Reinado e que se estenderia como característica da realidade nacional até a atualidade.

A Abolição da escravatura, fato marcante na história brasileira, é o único evento em que a narrativa expõe a concordância dos irmãos, sob o ângulo da política. Essa atitude se faz presente no capítulo “XXXVII Desacordo no acordo”, quando ambos se referem à beleza de Flora, e também é expressamente referida pelo narrador, que se posiciona quanto à libertação dos escravos, acrescentando os adjetivos *grave* e *gravíssima* ao termo *questão*:

Não esqueça dizer que, em 1888, uma questão *grave* e *gravíssima* os fez concordar também, ainda que por diversa razão. A data explica o fato: foi a emancipação dos escravos. Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os (ASSIS, 2010, p. 74, grifo nosso).

Entretanto, o acordo entre Pedro e Paulo é parcial, já que concordam em libertar os escravos, mas, enquanto este faz um discurso combativo em que projeta a necessidade de libertar não só os escravizados, mas todos os homens, aquele endossa plenamente o ato que impõe uma mudança na estrutura da sociedade brasileira. Com efeito, os gêmeos aprovam o fim do escravismo, mas tem pontos de vista diferentes sobre o evento, uma vez que lhe conferem significações distintas:

A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução. Ele mesmo o disse, concluindo um discurso em São Paulo, no dia 20 de maio: "A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco" (ASSIS, 2010, p. 74).

As causas para o início e o fim da escravidão são parecidas e estão ligadas à economia, conforme Gomes (2009, p. 25): “a escravidão negra nas Américas se

configurou um sistema inerente ao modo de produção colonial e atrelado indissoluvelmente ao colonialismo mercantilista europeu”. Também Lília Moritz Schwarcz (1996, p. 11) refere o fator econômico a que se vincula a exploração de homens escravizados, afirmando que “presente já na Antiguidade, o cativo humano é recriado junto com o capitalismo comercial e o movimento de expansão colonial, e tem no Brasil um local privilegiado”. O regime foi instalado no Brasil porque era preciso mão de obra e força de trabalho para que impérios agrários se formassem e terminou porque, para que a economia se fortalecesse, era preciso ter mais consumidores livres na sociedade. Para, Paula Beiguelman em *Formação Política do Brasil*, “sendo o capitalismo o sistema baseado no trabalho livre, e tendo a abolição se acompanhado de um crescimento da economia em complexidade, o processo de destruição do escravismo é assimilado ao da implantação do capitalismo” (BEIGUELMAN, 1976, p. 224).

Ainda que de modo sutil, a obra de Machado vincula a abolição da escravatura ao clima de instabilidade política do Segundo Império, cujo auge está representado, em *Esaú e Jacó*, com a Proclamação da República. Essa é narrada a partir da percepção do Conselheiro Aires que, em sua caminhada matinal pelo Passeio Público, presencia movimentações de civis e militares, conforme o narrador expõe:

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas (ASSIS, 2010, p. 116).

O Passeio Público, como o nome pressupõe, era um ambiente de interação da população, localizado no centro da cidade,

do fim do século XVIII até o início do XX, foi um elegante ponto de encontro da população carioca. Os quiosques, marca da Belle Époque do Rio de Janeiro, que se encontravam dentro do Passeio Público, eram ponto de venda de diversos produtos de consumo (MACHADODEASSIS.NET).

Naquele espaço, Aires não pôde descobrir muita coisa sobre o acontecido, visto que constatou apenas “poucas palavras e sumidas”, circunstância que representa o alheamento político de grande parte da população, embora as pessoas se mostrassem assustadas pela presença dos militares e pelo suspense da situação. Para conseguir informações, Aires se dirige à rua do Ouvidor, marcada pela presença de comerciantes, de intelectuais, de banqueiros, de membros ociosos da pequena

burguesia fluminense, onde, possivelmente, haveria pessoas mais interessadas nos acontecimentos recentes da política local. Entretanto, Aires só encontrou “notícias desencontradas”, embora a rua do Ouvidor fosse o centro comercial e intelectual do Rio de Janeiro, em que

ficavam as lojas elegantes da época, como charutarias, sapatarias, joalherias, lojas de roupas etc., assim como a sede do Jornal do Commercio, da Gazeta de Notícias e de outros periódicos. Nela situava-se também a livraria Garnier, casa editora de grande parte da obra de Machado de Assis e ponto de encontro da intelectualidade nas últimas décadas do século XIX (MACHADODEASSIS.NET).

Mais tarde, Aires recebe informações sobre a mudança do governo por meio de seu amigo Custódio, que vai até ele com um problema em relação à sua confeitaria, problema motivado pelo fato político:

- Mas o que é que há? - perguntou Aires.
- A república está proclamada.
- Já há governo?
- Penso que já; mas diga-me, V. Exa. ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço (ASSIS, 2010, p. 121).

Custódio possuía um estabelecimento chamado “Confeitaria do Império” e, diante da proclamação da República, vive o dilema de manter a tradição do nome de seu negócio e de sofrer represálias dos partidários da República, ou de modificar o nome e perder uma identidade já reconhecida pelos clientes. Aires, para ajudar o amigo, sugere-lhe diversas possibilidades, mas Custódio desacredita na mudança e não confia na permanência do regime que foi instaurado. Assim, o proprietário recusa a sugestão de mudar o nome para “Confeitaria da República”, com medo de sofrer agressões ou boicotes dos contrários ao novo regime; abandona a sugestão de “Confeitaria do Governo”, pois sabe que qualquer situação possui uma oposição; não adere à sugestão de grafar a data “Fundada em 1860”, que acabaria por explicitar que, no contexto da inauguração da confeitaria, fora levado em consideração o regime dessa data; e descarta a opção de registrar, em letras miúdas, “Confeitaria do Império das Leis” por temer que de longe não ficasse legível. A opção que ele aceita, mesmo que contrariado, é colocar o próprio nome: “Confeitaria do Custódio”. O empresário ainda brinca com o acontecido dizendo que: “Talvez convenha esperar um ou dois dias, a ver em que param as modas” (ASSIS, 2010, p.123), novamente questionando a permanência da República enquanto regime político do Estado brasileiro.

Entretanto, os efeitos do golpe de estado que introduzira o regime republicano no país são mais sentidos na casa dos Batistas. Cláudia e o marido pensam no futuro do país e em suas próprias posições políticas, as quais haviam sido maleáveis durante toda a narrativa, adaptando-se às circunstâncias do momento. Dona Cláudia, cujo enunciado é interpolado ao discurso do narrador, encontra uma forma de consolar o marido e a si mesma com a nova situação política, refletindo que “Antes de tudo, o golpe de Estado podia ser um benefício. Serve-se muita vez a liberdade parecendo sufocá-la” (ASSIS, 2010, p. 136).

A família Santos também se ressentem diante da instalação do novo regime: Santos por causa de seus investimentos, Pedro por causa da instabilidade que experimenta. Entretanto, Paulo orgulha-se devido à satisfação de ver seus sonhos de republicano se tornarem realidade. Também Natividade sente a aclamação de Deodoro em sua vida, já que tem receio pela integridade do filho progressista – que seria capaz de afrontar algum monarquista insatisfeito –, e teme que os irmãos, que tanto discordam, acabem brigando. A ansiedade de Natividade é assim expressa pelo narrador: “Paulo saiu, logo depois do jantar, prometendo vir cedo. A mãe, receosa de o ver metido em barulhos, não queria que ele saísse; mas outro receio fê-la consentir, e este era que os dous irmãos brigassem finalmente” (ASSIS, 2010, p. 127).

O Governo Provisório, tempo de transição entre o Império e a República, é citado duas vezes na narrativa e está relacionado à personagem Flora, primeiro em um momento em que ela está ao piano, logo depois de ter sonhado com uma figura que unia Pedro e Paulo em um só, “Não havia governo definitivo. [...] Quando muito, ia haver um governo provisório. Flora não entendia de formas nem de nomes” (ASSIS, 2010, p. 132). Em um segundo momento, o governo provisório é lembrado durante a narração da participação da jovem no primeiro baile da República, com sua família e com Paulo, em que ela deseja que Pedro também estivesse presente, o que a remete ao Baile da Ilha Fiscal, último da Monarquia, em que estava com Pedro, almejando que Paulo se unisse a eles. O narrador expõe o episódio de forma sucinta, enfatizando, porém, a incômoda posição de Batista:

D. Cláudia colheu as rosas do último baile do ano, primeiro da República, e adornou a filha com elas. Flora obedeceu e aceitou-as. Pai de família antes de tudo, Batista acompanhou a esposa e a filha ao baile. Também lá foi Paulo, pela moça e pelo regímen. Se, em conversa com o ex-presidente de província, disse todo o bem que pensava do Governo Provisório, não lhe ouviu palavras de acordo nem de contestação (ASSIS, 2010, p. 133).

A relação de Flora com o governo provisório e com os irmãos, parece evidenciar a alegoria que a personagem representa, tentando mesclar dois opostos em um, assim como o próprio governo provisório, que, ao realizar a passagem de um regime político para outro, estabelece um meio termo, uma mediação, uma fusão.

O Estado de Sítio, da mesma forma que o Governo Provisório, também é relacionado à Flora. Essa circunstância política concentra a tomada de decisões apenas no presidente ou ditador, visto que suspende as atividades de outros poderes. O momento da história brasileira, em que o marechal Floriano decretou, em 10 de setembro de 1893, o Estado de Sítio, como reação à Revolta da Armada, é correlacionado ao enterro de Flora:

Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio. Bem pensado, a morte não é outra coisa mais que uma cessação da liberdade de viver, cessação perpétua, ao passo que o decreto daquele dia valeu só por setenta e duas horas. Ao cabo de setenta e duas horas, todas as liberdades seriam restauradas, menos a de reviver.

Quem morreu, morreu. Era o caso de Flora; mas que crime teria cometido aquela moça, além do de viver, e porventura o de amar, não se sabe a quem, mas amar? Perdoai estas perguntas obscuras, que se não ajustam, antes se contrariam. A razão é que não recordo este óbito sem pena, e ainda trago o enterro à vista... (ASSIS, 2010, p. 189).

O narrador explicita, na narração do enterro de Flora, a articulação da morte com o Estado de Sítio, elementos que constituem a base de uma metáfora, cuja semelhança se estabelece na negação da liberdade. O Estado de Sítio expressa a ausência das liberdades individuais, que rompe com o direito de ir e vir, com a inviolabilidade do lar e com a livre manifestação de ideias; a morte de Flora representa a negação da liberdade de viver, de existir. O tom sarcástico do narrador ao dizer “Quem morreu, morreu”, chama a atenção, porque remete a morte de civis e militares, que perderam a vida para preservar seus direitos de cidadãos ou para preservar a ordem instituída, qual seja, o governo republicano. Nesse sentido, o posicionamento do narrador assemelha-se ao de Custódio, para quem o prejuízo decorrente da execução de uma nova tabuleta para sua confeitaria é mais importante do que o motivo que exige sua troca. Para o narrador, a morte não tem importância, como não tem importância a mudança de regime, pois em qualquer um haverá um Pedro, conservador, e um Paulo, revolucionário, e tudo continuará da mesma forma.

As perspectivas ideológicas que perpassam o período, compreendido pela narrativa, também são explicitadas pelos gêmeos, Pedro e Paulo. Os protagonistas

embasam seus posicionamentos políticos em acontecimentos históricos anteriores ao seu nascimento. Pedro imagina-se ministro e presidente do conselho de um império, e se visualiza em um palácio que é exemplo de representação nacional, como descrito no trecho: “Pedro, à sua parte, construía a meio caminho como um palácio para a representação nacional, outro para o imperador, e via-se a si mesmo ministro e presidente do conselho” (ASSIS, 2010, p. 73). Paulo imagina-se em uma república e cita, como exemplo, repúblicas novas ao mencionar “uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América” (ASSIS, 2010, p. 73). Na França, a “Assembleia Constituinte Francesa, em 21 de setembro de 1792, proclamou a República Francesa e, no dia seguinte, se auto instituiu como tribunal para instruir o processo contra Luís XVI, o monarca deposto” (MACHADODEASSIS.NET); nos Estados Unidos “A independência e a fundação de seu primeiro governo independente e republicano (1776) foram encaradas como modelos a serem seguidos por todos os povos com aspirações à independência e à democracia” (MACHADODEASSIS.NET). Distinguem-se, pois, os gêmeos a partir dos de suas convicções e desejos: Pedro, um conservador, e Paulo, um progressista.

Raymundo Faoro, historiador e cientista político brasileiro, descreve essas influências externas “a partir da ideologia [do liberalismo político que] articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, França e Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes enganadas com a devoção sem exame aos modelos” (FAORO, 2001b, p. 567).

Como descrito nos capítulos XXIII e XXIV, as diferenças políticas dos irmãos são evidenciadas desde sua juventude. No capítulo “Quando tiverem barbas”, os rapazes são perguntados sobre sua idade, e as respostas explicitam o ponto de vista conservador de Pedro e o revolucionário de Paulo, esse vinculando a data de seu aniversário à queda de D. Pedro I, e aquele, à ascensão de D. Pedro II:

Paulo respondeu:

- Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

- Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

As respostas foram simultâneas, não sucessivas, tanto que a pessoa pediu-lhes que falasse cada um por sua vez. A mãe explicou:

- Nasceram no dia 7 de abril de 1870.

Pedro repetiu vagarosamente:

- Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

E Paulo, em seguida:

- Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono (ASSIS, 2010, p. 52).

No capítulo “XXIV Robespierre e Luís XVI”, ambos visitam a loja de um vidraceiro, que também vendia retratos e gravuras. Pedro escolhe um retrato do monarca francês, Luís XVI, e Paulo, a gravura do revolucionário, Robespierre. Ambos expressam, por meio do simbolismo das imagens, seu posicionamento político:

Pedro viu pendurado um retrato de Luís XVI, entrou e comprou-o por oitocentos réis; era uma simples gravura atada ao mostrador por um barbante. Paulo quis ter igual fortuna, adequada às suas opiniões, e descobriu um Robespierre. Como o lojista pedisse por este mil e duzentos, Pedro exaltou-se um pouco (ASSIS, 2010, p. 55).

A **economia brasileira** é delineada de modo sutil, na narrativa de *Esaú e Jacó*, mas, essa sutileza não anula o olhar crítico de Machado de Assis. Dois fenômenos de natureza econômica são mencionados: a Febre das Ações, que aparece no capítulo “IV A missa do coupé”; e o Encilhamento, que “foi o nome pelo qual ficou conhecida a política econômica de Rui Barbosa, ministro da Fazenda durante o Governo Provisório” (MACHADODEASSIS.NET), descrito em três capítulos: “LXXIII Um eldorado”, “LXXIV A alusão do texto” e “LXXVII Hospedagem”, no qual o acontecimento é apresentado como “lançar uma companhia” (ASSIS, 2010, p. 144).

Em se tratando de economia, é importante ressaltar que a veia liberal, que tinha acontecimentos franceses e americanos como exemplo, não afeta apenas a política, mas também a economia da sociedade brasileira. Segundo Faoro, “No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas” (FAORO, 2001b, p. 567). Essas influências liberais na economia são a causa do enriquecimento de Santos, pai de Pedro e Paulo, com o caso da Febre das Ações, de 1855, especulação financeira que ocorreu durante o governo chefiado pelo marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, e com o Encilhamento, que facilitou o enriquecimento de Nóbrega. Além dele, a família Santos e a família Batista são exemplos dessa classe social que surge no país e atinge posições de poder, o que lhes dá o direito ao voto. Segundo Almeida, “cada um a seu modo, Santos pelo enobrecimento, Batista através da burocracia do Estado, Nóbrega pela ostentação – tem o mesmo objetivo, o poder. O que os diferencia é o grau de consciência e as estratégias que se utilizam para alcançar o objetivo” (ALMEIDA, 2008, p. 38).

A política financeira de Rui Barbosa foi a causa do “enriquecimento repentino e injustificado de indivíduos e de empresas, cujas fontes de renda nem sempre podiam ser explicadas. A ideia de que a economia se movimentava a partir de oportunidades únicas, que não podiam ser desperdiçadas, caracterizava o período” (SARAIVA, 2022, p. 7) e as personagens de *Esaú e Jacó*. O enriquecimento da pequena burguesia promovido politicamente pelo capitalismo predatório foi possibilitado pela instabilidade do Estado, que gerou a troca dos regimes políticos e, dessa forma, estabeleceu uma nova classe social, com importância política.

A **saúde** tem efeitos na sequencialidade das ações de *Esaú e Jacó*, como se verifica pela doença de Flora e de sua morte, mas o grande problema sanitário, que atinge o Rio de Janeiro no final do século XIX, é apenas nomeado:

Já então este ex-ministro estava aposentado. Regressou ao Rio de Janeiro, depois de um último olhar às cousas vistas, para aqui viver o resto dos seus dias. Podia fazê-lo em qualquer cidade, era homem de todos os climas, mas tinha particular amor à sua terra, e porventura estava cansado de outras. Não atribuía a esta tantas calamidades. A *febre amarela*, por exemplo, à força de a desmentir lá fora, perdeu-lhe a fé, e cá dentro, quando via publicados alguns casos, estava já corrompido por aquele credo que atribui todas as moléstias a uma variedade de nomes. Talvez porque era homem sadio (ASSIS, 2010, p. 66).

O trecho anterior transcreve a única passagem do texto sobre saúde pública, ao citar a febre amarela como uma calamidade daquele tempo e mostrar Aires como alguém que defende seu país no exterior, mas que se mostrava resignado com a situação nacional e se abstinha de comentá-la em seu território.

A Febre Amarela é uma das calamidades públicas que assolou o território brasileiro no século XIX. Sidney Chalhoub em seu livro *Cidade febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial* apresenta a forma como a doença influenciou políticas higienistas na Corte e fortaleceu o preconceito de raça e de classe social no período. Segundo o pesquisador, no Rio de Janeiro, só no ano de 1850, a doença provocou um elevado número de óbitos e contribuiu para fomentar uma discussão sobre os fatores climáticos e as práticas sociais que provocavam a insalubridade na Corte. Depois desse ano, a doença visitou o Rio de Janeiro diversas vezes e assumiu a forma de epidemia grave em 1873 e 1876. Nos últimos anos do século XIX, a febre amarela continuou presente na capital brasileira, oscilando entre a forma endêmica e epidêmica (CHALHOUB, 1996).

No decorrer da década de 1870, a febre amarela tornou-se a questão de saúde pública no Brasil, não mais apenas na Corte. As perdas promovidas pela enfermidade

havia constituído um dos principais obstáculos à realização do projeto político que estava gradativamente se impondo a estrutura do setor produtivo brasileiro:

a ideia era enfrentar as incertezas do processo de emancipação dos escravos inundando o mercado de trabalho com imigrantes europeus. Apesar de o apogeu da imigração europeia para o país só ter ocorrido duas décadas mais tarde, já por ocasião da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871 – sinal inequívoco de que a escravidão um dia chegaria ao fim, até mesmo no Brasil (CHALHOUB, 1996, p. 103).

A atitude de Aires, enquanto diplomata, de silenciar uma realidade tão crítica para a vida social não só do Rio de Janeiro, mas do país como um todo, é questionável. Ela, por um lado, reafirma a ideia dos higienistas, quando colocam a culpa da doença nos hábitos de vida dos escravos e das comunidades mais pobres. Por outro lado, corresponde ao seu desejo de não querer associar a doença à imagem negativa do Brasil no exterior. Além disso, mostra o distanciamento do diplomata em relação às classes subalternas das quais ele não faz parte e com a qual não se compromete. Desta forma, Aires reproduz o comportamento de Custódio e, preocupado apenas com sua própria situação, expõe o comportamento individualista de sua classe, em detrimento dos direitos de todos os cidadãos.

3.3 PERSONALIDADES HISTÓRICO-POLÍTICO BRASILEIRAS

O romance menciona diversas personalidades da política brasileira do período, principalmente do Rio de Janeiro, já que a diegese se passa nesse estado que viveu, no fim do século XVIII e início do século XIX, muitas transformações importantes, tanto para a história regional, quanto para a nacional. Em 1763, tornou-se centro do vice-reino português; no período de 1808 até 1821, foi sede da corte portuguesa e, a partir da Independência, proclamada em 7 de setembro de 1822, passou a ser a capital do Império do Brasil.

Podem-se citar, entre essas personalidades, diversos políticos e militares: o ministro da Justiça é mencionado no capítulo “VII Gestação”, em um diálogo sobre a cabocla do Castelo, que se dá entre julho de 1869 e abril de 1870, do qual participam Santos, Natividade e Perpétua. Santos diz que a credence de visitar adivinhas pertence a “gente rele”, mas a cunhada Perpétua garante que até uma nomeação de juiz municipal foi anunciada pela vidente. Santos então ironiza: “Talvez o **ministro da**

Justiça goste da cabocla” (ASSIS, 2010, p. 28)³. Com seu comentário, o marido de Natividade parece zombar da capacidade do ministro da Justiça de exercer seu papel, supondo que ele precise recorrer a adivinhações de uma vidente para saber como proceder em sua função.

O Visconde de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque (1797-1863) que pertencia ao Partido Liberal e ocupou vários ministérios durante o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado, é lembrado no capítulo “XLVII São Mateus, IV, 1-10”, em que Batista, por meio do narrador, traz a informação de que, politicamente, liberais e conservadores eram iguais, só mudava o partido, “E lembrava-se do visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa” (ASSIS, 2010, p. 91).

O Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Sousa (1831-1889), que foi figura atuante no Segundo Reinado, destacando-se como grande empreendedor, é apresentado no capítulo “XLVIII Terpsícore”. Ele é o exemplo citado por Santos para justificar seu envolvimento tanto na política quanto na economia, pois o Barão de Mauá foi bem-sucedido nos dois âmbitos e Santos desejava o mesmo: “Natividade teimou que não, que a posição dele era comercial e bancária. Acrescentou que política era uma cousa e indústria, outra. Santos replicou, citando o barão de Mauá, que as fundiu ambas” (ASSIS, 2010, p. 93).

O Conde de Oeiras, também conhecido como Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, 1699-1782) foi, por longos anos, o todo poderoso primeiro-ministro do reino de Portugal, é mencionado no capítulo “LIII De confidências”, onde Batista mostra para Aires uma de suas relíquias políticas, “era uma carta do conde de Oeiras, escrita ao ministro de Portugal na Holanda” (ASSIS, 2010, p. 105). Portanto, a atitude de Batista, que mostra como troféu pessoal uma carta que não lhe fora destinada, contribui para demonstrar o exibicionismo da personagem, mas também sua posição de coadjuvante político, que não recebe cartas importantes e precisa gabar-se da posse de documentos de outras pessoas.

³ No site sobre a obra de Machado de Assis, encontra-se a seguinte explicação sobre a menção ao ministro da Justiça: “No enredo do romance, o diálogo se dá entre julho de 1869 e abril de 1870. Portanto, o “ministro da Justiça” só pode ser do gabinete conservador do visconde de Itaboraí, que subiu ao poder em 17/07/1868 e caiu em 29/09/1870. Ocuparam o cargo, sucessivamente, José Martiniano de Alencar, Joaquim Otávio Nébias e Manuel Vieira Tosta. A “graça” de Santos é uma alusão ao caráter possivelmente clandestino e ilegal da atividade desempenhada pela adivinha conhecida como cabocla do Castelo” (MACHADODEASSIS.NET).

O Visconde de Ouro Preto, o liberal Afonso Celso de Assis Figueiredo, que subira ao poder em 7 de junho de 1889, é citado em dois capítulos de *Esaú e Jacó*, “LIII De confidências” e “LXV Entre os filhos”. Na primeira menção, refere um cargo público que Batista conseguira e ficara sob a revisão do ministério de Ouro Preto,

Propriamente, a lembrança não foi do **ministério**; ao contrário, o ministério não se resolveu antes de saber se efetivamente fiz uma eleição contra os liberais, há anos; mas logo que soube que por não os perseguir é que fui demitido, aceitou a indicação de chefes políticos, e recebi pouco depois este bilhete (ASSIS, 2010, p. 107, grifo nosso).

Na segunda menção, o Visconde de Ouro Preto é lembrado pelo gêmeo progressista, Paulo, depois da Proclamação da República: “Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no Campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República” (ASSIS, 2010, p. 127).

O Marechal Deodoro da Fonseca é mencionado em vários capítulos de *Esaú e Jacó*, “LX Manhã de 15”, “LXVII A noite inteira”, “LXXI A comissão” e o “LXXII O regresso”. Todos eles tratam da mudança do regime político no Brasil.

Deodoro se tornou o primeiro presidente do Brasil República, com Floriano Peixoto na vice-presidência, em meio à crise econômica fruto do Encilhamento. O governo do “Generalíssimo de Terra e Mar” não foi tranquilo, pois houve suspeitas e descontentamentos sobre algumas de suas decisões políticas. Por outro lado, Deodoro não queria a República, mas comandou um golpe republicano, quando seu interesse estava em derrubar o gabinete de Ouro Preto, “de quem não gostava. De toda maneira, permitiu que os eventos se precipitassem sem seu comando, o qual aparentemente nunca existiu” (RANGEL; RANGEL, 2020, p. 14).

Segundo Boris Fausto,

Deodoro entrou em choque com o Congresso e atraiu suspeitas ao substituir o ministério, que vinha do governo provisório, por outro sob o comando de um tradicional político monárquico – o Barão de Lucena. Juntos tentaram reforçar o Poder Executivo, tendo como modelo o extinto Poder Moderador. Em 3 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso, prometendo para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição (FAUSTO, 2015, p. 217).

Na narrativa, a referência ao Barão de Ladário, José da Costa Azevedo (1823-1904), que foi deputado, senador da República e ministro da Marinha no último gabinete do Império, aparece no capítulo “LXI Lendo Xenofonte”. Ele é citado no momento em que Aires se informa melhor sobre os acontecimentos e descobre que

apenas um ministro se ferira no incidente: “Pouco depois passava pela rua do Catete a padiola que levava um **ministro**, ferido” (ASSIS, 2010, p. 118, grifo nosso). O episódio em que é apresentada a personalidade política do Barão de Ladário é descrito no livro *O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos: Advento da Ditadura Militar no Brasil – 1891* que reúne cartas e escritos de Ouro Preto sobre acontecimentos cotidianos da vida política no Brasil e, nesse caso especificamente, sobre os acontecimentos da manhã de 15 de novembro de 1888, que narra o seguinte:

Houve um momento em que julguei ia começar o desagravo da lei, ferindo-se o combate. Vi o sr. ajudante general [Floriano Peixoto] montar a cavalo, seguido do seu estado maior e ouvi tiros na frente do quartel.

Esses tiros, porém, haviam sido desfechados sobre o meu bravo e leal colega, o sr. barão de Ladário, que, acudindo também ao apelo do sr. visconde de Maracaju, vinha juntar-se aos seus companheiros. Ao apelar-se, intimado a render-se, resistiu, procedendo como era de esperar de um oficial general da marinha brasileira (OURO PRETO, 2017, p. 62).

A Proclamação da República no Brasil foi um golpe de Estado articulado por militares. Na descrição anterior, Ouro Preto, mostra que alguns políticos foram pegos de surpresa com o acontecimento e que o barão de Ladário foi punido por resistir à instauração do novo regime. Ladário como oficial da marinha não tinha conhecimento dos planos dos militares do exército, que era o caso de marechal Deodoro. Esses representantes de duas agremiações militares diferentes representam igualmente o caráter não homogêneo da instauração do novo regime no país. A república foi declarada por um pequeno grupo e obteve quase nenhuma resistência.

O Marechal Floriano Peixoto, (1839-1895) é citado nos capítulos “LXV Entre os filhos”, “LXXII O regresso” e “LXXVIII Visita ao marechal”. Ele era o ajudante-general do Exército no governo imperial, que, conforme já referido, alertou o Visconde de Ouro Preto sobre a movimentação nos quartéis, mas depois se juntou aos republicanos. Foi vice-presidente e, com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, em 23 de novembro de 1891, assumiu o poder. Enfraquecido por causa das polêmicas de seu governo, o marechal Deodoro da Fonseca foi substituído, pois dependia das Forças Armadas unidas, no entanto, isso não acontecia na realidade, para o historiador Boris Fausto, a explicação dessa troca está na “reação dos florianistas, da oposição civil e dos setores da Marinha” (FAUSTO, 2015, p. 219). Floriano tornou-se presidente do Brasil em 1891 e governou com mão de ferro até 1894. Sua importância na narrativa e a dos eventos de que participa se dá por serem um marco histórico, que conferem

verossimilhança ao narrado. Esses eventos dialogam com o receptor, particularmente, o leitor empírico do período do lançamento da obra.

O governo de Floriano é caracterizado por ser “uma República não identificada com as forças econômicas dominantes. Ele pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no Exército e na mocidade das escolas civis e militares” (FAUSTO, 2015, p. 219). O marechal representava os interesses militares, mas estava em desacordo com o marechal Deodoro da Fonseca e outras lideranças do exército; esperava mudanças e “aguardou o desenrolar dos acontecimentos e somente decidiu com clareza seu lado na noite do dia 14 para 15 de novembro” (RANGEL; RANGEL, 2020, p. 14). Quando assumiu a residência foi ainda mais duro do que Deodoro, “destituiu todos os eventuais aliados de Deodoro, inclusive governadores que o haviam apoiado. Debelou, com primores de violência, a Revolta da Armada e a chamada Revolta Federalista” (RANGEL; RANGEL, 2020, p. 14).

Os políticos, militares e diplomatas, citados na narrativa, não representam grande parcela da população brasileira do período, pois, conforme Faoro, ainda na República Velha, eleitor e elegível deveriam possuir, desde o berço, “uma posição que os qualifique para o mando e as deliberações” (FAORO, 2001b, p. 418). As pessoas que mandavam no país, atendendo aos interesses monárquicos ou republicanos, ainda eram homens (visto que, no período, as mulheres ainda não votavam), de classe alta, senhores de terras e herdeiros. Assim, “toda a luta política, nos últimos 200 anos, se resumirá na expansão do corpo deliberante, com o sacrifício do exclusivismo dos grupos aristocráticos” (FAORO, 2001b, p. 418).

A inclusão de mais pessoas no processo de tomada de decisões políticas só começaria com o surgimento dos partidos políticos, momento em que intelectuais e burgueses passam a integrar a camada de eleitores. Esse movimento de inclusão ajuda a diminuir a distância entre o Brasil real e o Brasil legal, já que, para a elite senhorial, “entre o país real e o país legal, só o segundo estaria apto a destilar a elite, o poder capaz de modernizar, civilizar e elevar o povo” (FAORO, 2001b, p. 426).

3.4 FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Neste subcapítulo, será apresentada a formação dos partidos no Brasil, cuja relevância na narrativa de Machado decorre da relação dos protagonistas com as

duas principais correntes políticas, existentes no país, no período compreendido pela diegese: o Partido Liberal e o Partido Conservador. O primeiro surgiu por volta de 1831 e o segundo, em torno de 1836. Raymundo Faoro cita ainda um terceiro partido, a Liga Progressista, constituída em 1862, por liberais dissidentes (FAORO, 2001b).

O Partido Conservador, apelidado de saquaremas, defendia um regime forte, com a autoridade concentrada no Imperador e com pouca liberdade para as províncias; a composição do partido reunia “magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses” (FAUSTO, 2015, p. 147). O Partido Liberal, apelidado de luzias, era favorável ao fortalecimento do Parlamento e de uma maior autonomia para as províncias; era composto pela “pequena classe média urbana, muito padres e proprietários rurais nas áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul” (FAUSTO, 2015, p. 147).

A chegada das correntes liberais no Brasil modificou o sistema político exigindo eleições diretas na corte, em 1869, bem como nas capitais das províncias e cidades com mais de dez mil pessoas, e eleições indiretas no interior (FAORO, 2001b). No entanto, o voto ainda não era um poder soberano do eleitor, uma vez que a forma com que os eleitores eram conduzidos às urnas era dominada e controlada por capatazes. Segundo Faoro,

A sucessão de instruções e leis não revela todo o drama: elas mal cobrem e dissimulam o fundo, entremostrando mais do que mostrando. Desde a reação civilizadora de 1837 até o último ato de 1889, o sistema representativo será a imensa cadeia do ‘cabresto’ e do comando da vontade do eleitor (FAORO, 2001b, p. 430).

Os homens que detinham o poder sobre os eleitores eram proprietários de terras, subdelegados e juizes que escolhiam quem seria o representante. O povo não elegia seus representantes considerando seus próprios interesses (FAORO, 2001b, p. 432), portanto a vida partidária estava longe de atender aos pressupostos democráticos, pois “a ausência de participação popular e a disputa pelo poder, mais ou menos organizada, puramente entre as elites [ficavam] enquadradas num sistema de consenso artificial. O jogo que se trava, nesse lago de águas mortas, não tem feição democrática” (FAORO, 2001a, p. 79).

Não somente senhores da esfera civil influenciavam o voto, visto que personalidades do Estado e da segurança pública interferiam nas escolhas da população. Assim, “obediente à polícia, o eleitor seria o instrumento do senhor

territorial, situação na verdade, procurada pelos liberais e muitos conservadores (FAORO, 2001b, p. 439). Neste contexto, liberais e conservadores abandonavam suas diferenças para juntos “fechar os olhos” e deixar a eleição ocorrer da forma esperada.

Para vencer a demagogia da Regência, a reação monárquica disciplinou os votantes, sob a escolta da polícia e da Guarda Nacional, com o predomínio do país legal, encastelados nas autoridades. Contra essa armadura só havia, vez ou outra, a resistência da oposição: liberal, refugiada nas localidades impotentes e nas ruas tumultuosas da cidade. Nesse sistema, o governo será tudo, não o governo dos proprietários e fazendeiros, mas o governo oficial, dos ministros que movimentam a força pública, gerenciada pelos presidentes da província. Os partidos acompanham a flutuação governamental, assumindo, tanto o conservador como o liberal, a partir de 1837, a ideologia conservadora (FAORO, 2001b, p. 437).

Com efeito, na história da política brasileira, um partido dito progressista está bem distante de uma organização que siga ideais de mudança e renovação, porque era constituído por políticos que se haviam desligado dos dois partidos iniciais. Raymundo Faoro escreve sobre o surgimento dessa Liga Progressista composta por antigos conservadores,

Num momento, os conservadores, em expressivo grupo – Sinimbu, Nabuco, Zacarias, Saraiva, Paranaguá e outros – procuram renovar o Império e fundam, em 1862, a Liga Progressista, que, desde logo, conquista o poder e assegura a vitória eleitoral. Convivem os velhos chefes conservadores, três deles predestinados à chefia do gabinete, com os liberais históricos, antes de, depois de 6 anos, com eles se fundirem, para uma curiosa renovação partidária, obtida com a transfusão de sangue velho, conservador. Entendia o grupo conservador que, mortas as disputas legadas pela Independência e pelo 7 de abril, que buscavam a legitimidade da soberania popular ou na Constituição, seria necessário abrir um rumo novo entre as ruínas dos partidos (FAORO, 2001b, p. 437).

O partido Liberal, por sua vez, representado por Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Afonso Celso, vai contra os princípios da liberdade do Estado e acaba tomando decisões conservadoras como o reconhecimento da autoridade imperial. “Em lugar de reanimar o Partido Liberal, sobre o solo conservador, reabre-se o pano ao desconhecido, sedento de reformas, e, ao afrouxar o edifício conservador, abala o próprio Império (FAORO, 2001b, p. 438).

Mesmo havendo conservadores e liberais e, depois, uma terceira frente política, os progressistas, os nomes dos partidos não diferenciavam as ações dos políticos, uma vez que todos faziam o que era possível para permanecer no poder, manejando interesses e ideias, prometendo e cumprindo favores e trocas, “os partidos amoldaram-se aos tempos novos, amenizando a compreensão para adequá-la a

‘arranjar’ empregos, favores e benefícios para os cabos eleitorais, as influências locais” (FAORO, 2001b, p. 444).

Mesmo que a menção dos partidos políticos na narrativa de *Esaú e Jacó* evidencie a derrocada do partido conservador, o crescimento e motivações do partido liberal e, rapidamente, o surgimento de uma liga progressista, a realidade política do período tangenciado pela diegese e pelo horizonte externo da narrativa não era estável. Os partidos se alternavam no poder e a situação de insegurança é mencionada por Batista, quando teme assumir um posicionamento liberal; é demonstrada em Custódio, que não quer perder dinheiro com a mudança do nome de seu estabelecimento, devido a rastros políticos no nome da confeitaria; é trazida também pelo adoecimento de Flora, que não suporta a ideia de mudanças de domicílio devido aos cargos políticos do pai. Faoro descreve essa alternância, não como uma perda de poder, mas como uma espera,

A oposição não seria o beco sem saída que se tornou na República, mas um período de expectativa, embora amarga. Um político - se deputado ou no exercício de um cargo dependente da confiança do governo -, ferido com a perda do governo, voltava às suas ocupações normais (FAORO, 2001a, p. 85).

A formação dos partidos políticos na narrativa e na realidade demonstram que a política brasileira não era uma prática democrática, não havia representação da população e os interesses de um grupo muito pequeno eram considerados. O voto era exclusividade de poucos e era controlado pela segurança pública e pelo Estado. A ideologia de conservadores e liberais era importante para segmentar os grupos políticos e era muito mais “uma arma para conquistar o poder, disfarce de apetites crus, do que um conjunto de decisões a realizar, cumprir e transformar em realidade” (FAORO, 2001a, p. 188). A alternância entre os partidos era uma tônica e, no fim, o que contava para a história era o discurso, a retórica de cada ideologia, “este é um mundo governado pela frase - a frase feliz, sem pai, bem cunhada, com alguma sombra de ideias. Política e frase, opinião pública e frase, pensamento e frase - tudo será a frase. É a frase que traduz a alma exterior das coisas, da realidade” (FAORO, 2001a, p. 193). Por não ser um exercício de todos os brasileiros, mas sim de um grupo minoritário, a política brasileira do período era apenas um ensaio de democracia.

4 COTEJO DE PERSONAGENS COM ELEMENTOS HISTÓRICOS

Para estabelecer um diálogo com a realidade, este capítulo promove uma comparação entre personagens de *Esaú e Jacó* e grupos da sociedade brasileira do período. A representação e a caracterização das personagens, mesmo sem que tenha sido elencada uma personagem como protagonista exemplar, apresenta o exemplo da crítica machadiana sobre a sociedade no fim do século XIX e sua identidade política na história do Brasil.

4.1 PEDRO E PAULO: O CONTRASTE POLÍTICO DOS IGUAIS

Pedro e Paulo nascem no dia 7 de abril de 1870. Natividade, a mãe, ansiosa quanto ao futuro de seus filhos, visita uma cabocla para que essa faça previsões sobre os meninos. A esotérica lhe garante: “serão grandes!” e quando a mãe questiona “em quê?”, escuta como resposta, apenas, “coisas futuras!”.

Pedro é definido na narrativa como mais guloso que Paulo e mais dissimulado também. A mãe desejava que o filho fosse médico, e ele estuda na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua opinião política, desde criança, aproxima-o de ideais mais conservadores, já que saudava a monarquia e sua mãe concordava com ele. Em relação à Flora, prefere escutá-la tocar piano a conversar com ela. Aires, amigo da família, define Pedro com uma citação da *Odisséia*, de Homero: “Musa, canta aquele herói astuto, que errou por tantos tempos, depois de destruída a santa Ílion...” (ASSIS, 2010, p. 87), enquanto o irmão Paulo chama-o de “velhaco”. Ao final da narrativa, com a República instituída e os gêmeos já adultos e deputados empossados, Pedro defende o regime republicano, pois era a favor do conservacionismo.

Paulo é definido na narrativa como mais guloso do que ninguém e mais agressivo do que Pedro. A mãe sonha vê-lo advogado, e ele estuda na Faculdade de Direito de São Paulo. Sua opinião política, desde criança, aproxima-o dos ideais liberais; ele saúda as lutas sociais, com que sua mãe não concorda, mas o defende. Em relação à Flora, prefere conversar com ela do que escutá-la ao piano. Aires define Paulo com uma citação da *Ilíada*, de Homero: “Musa, canta a cólera de Aquiles, filho de Peleu, cólera funesta aos gregos, que precipitou à estância de Plutão tantas almas válidas de heróis, entregues os corpos às aves e aos cães...” (ASSIS, 2010, p. 87), e o irmão Pedro chama-o de “furioso”. Ao final da narrativa, com a República instituída,

os gêmeos, já adultos e deputados empossados, Paulo se torna opositor ao regime republicano, pois é a favor da “inquietação”⁴.

A representação dos dois irmãos na narrativa enquanto seres políticos, marcada pelos acontecimentos finais da morte de Flora e de Natividade, demonstra que eles pouco se diferenciavam na atividade política, visto que, na “Câmara, o dissentimento político e a fusão pessoal cada vez os fazia mais admiráveis” (ASSIS, 2010, p. 207), agindo em consonância com o que afirma Faoro: “não havia barreiras ideológicas intransponíveis entre um partido e outro, entre conservadores e liberais, saquaremas e luzias” (FAORO, 2001a, p. 81).

Nas duas ou três vezes que votaram juntos em respeito ao pedido de conciliação da mãe, foram repreendidos "com grande escândalo dos respectivos amigos políticos. Tinham sido eleitos para se baterem e acabaram traindo os eleitores. Ouviram nomes duros, repreensões acerbas" (ASSIS, 2010, p. 207). Portanto, o cenário político esperava dos filhos de Natividade e Santos que se digladiassem e disputassem o poder. Por essa razão, a decisão de Pedro e Paulo de votar juntos se necessário, mesmo que tivessem sido eleitos por partidos políticos diferentes, não é bem-vista pelos integrantes dos partidos e pelos eleitores, conforme o comentário de Faoro:

A quebra da fidelidade partidária tinha suas sanções, que os partidos se esforçavam em manter vivas. Pedro e Paulo, irmãos e gêmeos, eleitos por partidos contrários, votavam, algumas vezes, no mesmo sentido, o dever de votar com o partido, ou, de modo mais familiar, o dever de votar com os amigos, seria respeitado, só transgredido discretamente e raras vezes. Ele podia levar ao banimento na próxima eleição, com o afastamento do nome da chapa eleitoral (FAORO, 2001a, p. 82).

A representação de Pedro e Paulo como gêmeos, que discordam desde o útero, ajuda a pensar os iguais em contraste; apesar de suas faces idênticas, ideais e interesses eram divergentes. No entanto, mesmo na diferença, ambos almejam o poder e representam a força política de um país em que o voto depende do dinheiro e de acordos com base em interesses. Os protagonistas, ainda que difiram em suas profissões, médico e advogado, e em seus posicionamentos ideológicos, conservador,

⁴ A oposição dos gêmeos ainda é um fator representado na sociedade atual do país se considerarmos seus posicionamentos sob o prisma da economia. Pedro como representante do lado da “direita”, que é favorável ao livre mercado; Paulo, representante do lado da “esquerda”, que é favorável à intervenção do Estado na economia.

e progressista, são apresentados como exemplo daquilo que os agentes políticos vislumbram, apesar de suas diferenças: o poder acima de tudo.

4.2 SANTOS E NATIVIDADE: A ELITE E O CAPITAL

A análise da relação entre a narrativa e a economia contribui para a compreensão da sociedade representada em *Esaú e Jacó*, e esse aspecto é evidenciado pela família Santos que enriquece em decorrência de dois fatos econômicos: a Febre das Ações e o Encilhamento (referidos no item 3.2.2).

Os nomes das personagens de Santos e Natividade, como na maioria dos textos machadianos, são carregados de simbologia e dizem muito sobre a personalidade, a função e a crítica apresentada por meio delas na narrativa. A importância de Natividade é a de gerar os filhos de Santos, e o termo natividade remete a nascimento. Como representante da função procriadora da mulher, a personagem, desde o início da narrativa, é referida pelo nome, procedimento que lhe atribui os traços de abençoada, santificada. Por sua vez, o nome do marido de Natividade, Agostinho, reafirma o traço da religiosidade, mas, quando recebe o título de barão, ele tem revelado seu nome completo: Sr. Agostinho José dos Santos, o que sugere sua dignidade, a qual não estaria expressa no uso de Agostinho somente.

Por causa de fenômenos financeiros, Santos acaba enriquecendo e enriquecendo sua família, impregnando-se seu nome da conotação de pessoa abençoada, que sabe aplicar seu dinheiro. No entanto, em nenhum momento, é explicitada a forma como Santos ganhou dinheiro, tanto durante a Febre das Ações, quanto no Encilhamento, que são apenas mencionados rapidamente na narrativa, embora a explicação histórica denuncie o caráter irônico dos nomes escolhidos por Machado e a forma duvidosa da composição da fortuna do marido de Natividade.

O Encilhamento recebeu este nome por causa de sua associação com corridas de cavalos, e ele evidenciava a disputa entre as ações de empresas do Rio de Janeiro, bem como a ideia de jogatina (FAUSTO, 2015, p. 217). Tal episódio de especulação financeira ocorreu durante o primeiro ano da República e foi apresentado, em 17 de janeiro de 1890, como um pacote do então primeiro-ministro da Fazenda, Rui Barbosa, cuja nova política econômica previa um salto para a “modernidade” ambicioso e irreversível (SCHWARCZ, 2012). Diante da proposta, a reação do mercado foi de “absoluto deslumbramento” (SCHWARCZ, 2012, p. 180).

Segundo Schwarcz,

O efeito combinado de tantas inovações foi o de que as movimentações na bolsa logo adquiriram características de "bolha especulativa", sendo este o momento em que se estabeleceu a designação "Encilhamento" para o episódio, que em tudo parece se encaixar nos paradigmas estabelecidos para manias, pânico e crises financeiras. Como em tantos outros casos do Brasil e no exterior, o Encilhamento não é algo que surge no vazio, ou que se explique por um surto de ambição e ganância, mas, em geral, é um fenômeno coadjuvante de forças maiores. (SCHWARCZ, 2012, p. 181)

Nesse contexto, em que muita gente enriquece, mas muita gente também perde dinheiro, a narrativa insinua uma suspeita sobre a riqueza de Santos, mas sem denunciar explicitamente a origem espúria de seu dinheiro. Entretanto, revela-se, na representação do investidor e do banqueiro, que se torna barão, a influência do capital e o uso de recursos escusos na conquista do sucesso, e não do próprio mérito. Assim, o narrador reporta "mudanças sustentadas pelo enriquecimento repentino e injustificado de indivíduos e de empresas, cujas fontes de renda nem sempre podiam ser explicadas" (SARAIVA, 2022, p. 7) fazendo-o por meio de uma descrição hiperbólica, que sugere sua natureza fantasiosa:

Cascatas de ideias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de contos de réis. Todos os papéis, aliás ações, saíam frescos e eternos do prelo. Eram estradas de ferro, bancos, fábricas, minas, estaleiros, navegação, edificação, exportação, importação, ensaques, empréstimos, todas as uniões, todas as regiões, tudo o que esses nomes comportam e mais o que esqueceram. Tudo andava nas ruas e praças, com estatutos, organizadores e listas. [...]. Nasciam as ações a preço alto, mais numerosas que as antigas crias da escravidão, e com dividendos infinitos (ASSIS, 2010, p. 138).

A ascensão da família Santos ajuda a compor o retrato de grande parte da burguesia da segunda metade do século XIX que, consolidando-se a partir de um capital de origem duvidosa, assume o poder do voto e do mando no país, sem promover mudanças político-sociais.

4.3 D. CLÁUDIA E BATISTA: O INTERESSE COMO CENTRO

A elucidação de comportamentos políticos do final do século XIX é expressa pelo posicionamento das personagens Pedro e Paulo, bem como pela família Batista. Embora assumam cargos de natureza política no desenvolvimento da trama da

narrativa, Batista, o patriarca da família, é conhecido apenas pelo sobrenome, reforçando a importância das “famílias” ao invés do indivíduo.

Novamente a escolha do nome e a forma de tratamento das personagens agrega significado à sua representação. Batista, assim como Santos, é tratado apenas pelo sobrenome, e não há, na narrativa, nenhuma menção ao seu nome completo o que mostra o apagamento de sua individualidade, embora também lhe seja atribuído um nome bíblico. Diferentemente da família Santos, o poder e os interesses da família Batista não estão diretamente atrelados ao mundo financeiro, mas estão voltados para a política: os pais de Flora são um casal ativo politicamente e sempre estiveram próximos de quem está no poder. Raymundo Faoro em *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, referindo-se a D. Cláudia afirma que, para a personagem, “a chave do êxito e do poder está na proximidade do imperador, nas cercanias do paço” (FAORO, 2001a, p. 74).

A esposa de Batista é referida exclusivamente como D. Cláudia, sendo figurativizada com traços individualizantes, embora represente os interesseiros do mundo da política. A relação marido-mulher expõe sua maior autoridade que é explicitada na forma de tratamento “dona” e na voz de comando que assume dentro de sua família. Ela exerce sua vontade e sua opinião política, influenciando as escolhas do marido e, também, observa, condiciona e intervém nas ações da filha.

A família Batista é conservadora nos costumes, e o patriarca se considera conservador, mas, como não entende as mudanças políticas do período, passa, segundo Faoro, por um “mordente conflito diante das seduções de D. Cláudia. A perplexidade mostra os laços que prendiam um soldado graduado, ex-presidente de província, ao partido e as impaciências pela longa espera da virada de posições” (FAORO, 2001a, p. 83). A esposa entende que, para permanecer no poder, não é possível continuar sendo conservador, uma vez que os ideais liberais são, no momento, muito mais propícios às suas pretensões. Para convencê-lo a mudar de posição diante da queda do gabinete conservador, ela declara para o marido que ele não é nada mais que um “liberalão”, e, usando sua influência, molda as preferências de Batista, cujas ações visam perpetuar a família no poder e ocupar um espaço politicamente relevante. D. Cláudia remove, do marido, um véu que não está atrelado ao conservadorismo, mas sim ao medo da mudança: “nenhum escrúpulo de opinião o prende aos conservadores; prende-o somente a timidez. Quando a esposa o

desmascara, ao espanto inicial segue-se uma reação tão rompante na superfície quanto frouxa no fundo” (BROCA, 1957, p. 86). Para Faoro,

Batista, o conservador, suporta valentemente o ostracismo, na esperança de que o partido volte ao governo. Quando a sutil D. Cláudia quer levá-lo ao campo contrário -"Batista, você nunca foi conservador!" - empalidece e recua, assombrado, sentindo-se ingrato e perjuro (cap. XLVII). Se os políticos podiam expressar ideias independentes, sem atemorizar os eleitores e sem provocar-lhes as censuras, não podiam se afastar do grupo de poder ou de oposição. Sem a fidelidade, nos tempos prósperos e no ostracismo, não havia carreira (FAORO, 2001a, p. 176).

Ao afirmar que o marido era um “liberalão, nunca foi outra coisa” (ASSIS, 2010, p. 90), Cláudia é censurada e Batista teme que alguém escute isso, mas a mulher ainda o encoraja a buscar amigos pessoais no ministério que possam intervir e garantir que ele permaneça atuante. No entanto, o “difícil era apenas o ato de passar de um lado a outro, com a quebra da lealdade aos chefes, ato a que D. Cláudia queria induzir o Batista, com as mais severas resistências deste” (FAORO, 2001a, p. 186). Assim, quando divaga sobre a possibilidade de os conservadores voltarem ao poder, Batista é repreendido pela esposa, que lhe diz que a espera poderá durar dez anos ou se estender ao fim do século, quando ele já não seria lembrado.

Dessa forma, apesar de não se conformar com as mudanças políticas, Batista “sente a necessidade de tornar à vida ativa” (BROCA, 1957, p. 85), necessidade que o narrador descreve por uma imagem visual e tátil, afirmando que “nele a política era menos uma opinião que uma sarna; precisava coçar-se a miúdo e com força” (ASSIS, 2010, p. 64).

Os interesses políticos também se refletem sobre a filha do casal, Flora, que sendo mulher, não tem voz na política, mas é incentivada pela mãe para ser letrada e se fazer visível. Flora conhece música, participa dos eventos políticos da sociedade, como os bailes da Ilha Fiscal e da República, faz parte dos saraus domésticos sendo integrante da oligarquia na qual eles convivem. No entanto, a filha também é testemunha do enfraquecimento das convicções do pai, pois, sabendo da mudança de regime do governo, fica feliz com a perspectiva de permanecer no Rio de Janeiro. “Flora não teve tempo, porém, para regozijar-se, pois não se sabe como o pai, repentinamente, surge republicano, com facilidade idêntica à que o levava a passar de conservador a liberal” (BROCA, 1957, p. 89).

A perspicácia de D. Cláudia durante o regime imperial garantira diversos cargos ao marido e anos de poder e influência política, porém, com o surgimento do regime

republicano, as interferências da esposa de Batista passaram a não ter efeito junto aos novos donos do poder: “desta vez, D. Cláudia errara. Errara Batista em concordar com ela. O regime ainda não consolidado favorecia as modificações súbitas e inesperadas” (BROCA, 1957, p. 90), para as quais eles não estavam preparados,

Se o “cinismo de D. Cláudia acertava, no Império, quando tudo se articulava dentro de um sistema perfeitamente delimitado; fracassava, agora, no terreno incerto dos primeiros meses da República” (BROCA, 1957, p. 90).

Com efeito, a visita do marido ao Marechal não impressiona nem lhes garante o cargo em que os Batista tinham interesse e ficar próximo ao paço não era mais suficiente. O fim do casal na narrativa, demonstra, de forma sarcástica, que os oportunistas também fracassam, com frequência, nos períodos de convulsão política.

4.4 AIRES E CUSTÓDIO: O ISENTO E O INDIFERENTE

Aires e Custódio representam as pessoas que escolhem ficar de fora das decisões políticas. O Conselheiro, por ser um diplomata que só quer agradar a seus amigos, “tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia” (ASSIS, 2010, p. 37). Além disso, “Aires não tinha aquele triste pecado dos opiniáticos; não lhe importava ser ou não aceito” (ASSIS, 2010, p. 199). De fato, não manifestava abertamente opiniões políticas ou polêmicas, por essa razão, escolhe a isenção.

Custódio, o dono da Confeitaria do Império (da República? Do Catete? Do Custódio?) é apresentado na narrativa como um comerciante amigo de Aires e sua participação no romance resume-se ao episódio da tabuleta, que, para Brito Broca, é

uma das expressões mais perfeitas da sátira machadiana [...] Machado, no desenrolar do romance, nos mostra o grande acontecimento da Proclamação da República somente através de um detalhe insignificante. As tropas desfilaram pela cidade, o Imperador partia para o exílio, mudara o regime, milhares de destinos tinham sido traumatizados. Para o sr. Custódio, dono de uma confeitaria, todo esse drama se resumia no seguinte: no problema de uma tabuleta (BROCA, 1957, p. 91).

A tabuleta é mencionada pela primeira vez no capítulo XLIX – “Tabuleta velha”, mas sua alegoria, relacionada à política, é desenvolvida nos capítulos LXII, denominado “Pare no d.”, e no capítulo LXIII, “Tabuleta nova”. Os três capítulos apresentam interações entre o Conselheiro Aires e Custódio.

Aires era a pessoa a quem Custódio recorria para tirar dúvidas e em um dia chegou “assombrado” para conversar com o Conselheiro que, jocosamente, perguntou: “Que é isso, Sr. Custódio? disse-lhe Aires. O senhor anda a fazer revoluções?” (ASSIS, 2010, p. 119). Custódio então contou o fato que o deixara tão alterado. Mandara pintar uma nova tabuleta para sua confeitaria, pois a antiga estava desbotada, e o pintor recomendara nova pintura em nova madeira. O nome do estabelecimento era “Confeitaria do Império” e, em uma visita ao pintor, Custódio vira que o trabalho estava na letra “d” e o “o” e a palavra “Império” estavam apenas em giz e não em tinta. Custódio recomendou pressa, pois desejava estrear sua nova tabuleta o mais rápido possível, mas recebera a notícia de uma revolução e rumores sobre uma possível república. Rapidamente, enviara um recado ao pintor em que dizia “pare no d.”.

Mais tarde, ao chegar na casa do pintor para conferir o serviço, lê “‘Confeitaria do Império’”. Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete...” (ASSIS, 2010, p. 120). Custódio teme pela integridade de sua tabuleta e de seu estabelecimento e tenta argumentar com o pintor sobre o motivo pelo qual não atendera à solicitação do bilhete, este por sua vez lhe responde: “O senhor tinha pressa, e eu acordei às cinco e meia para servi-lo. Quando me deram as notícias, a tabuleta estava pronta” (ASSIS, 2010, p. 120). O dono da confeitaria ainda pragueja: “Diabos levassem a revolução!” (ASSIS, 2010, p. 120), mas já era tarde, tabuleta pintada e império caído.

Em sua explanação, Custódio questiona Aires sobre a razão por que a insurgência da república o afetaria, já que ele não tinha relação com política: “E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública...” (ASSIS, 2010, p. 121). Além disso, caracterizava-se como um homem de bem e correto. Numa tentativa de acalmar o amigo, Aires sugere:

— Mas pode pôr “Confeitaria da República”...
— Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro (ASSIS, 2010, p. 121).

Custódio, caracterizando a política como algo instável, teme uma reviravolta que poderia, novamente, trazer problemas devido ao nome de seu estabelecimento.

Outra vez, sugerindo uma solução ao amigo, “Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, — ‘Confeitaria do Governo” (ASSIS, 2010, p. 121), explicando que esse título poderia agradar tanto imperialistas, quanto republicanos. Custódio invalida a sugestão do amigo, afirmando que nem todos os cidadãos concordariam com a situação, alegando que as “oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos” (ASSIS, 2010, p. 122). Em uma última tentativa, Aires sugere que o nome da confeitaria remeta ao próprio nome do amigo, Custódio.

Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas.
— Sim, vou pensar, Excelentíssimo. Talvez convenha esperar um ou dois dias, a ver em que param as modas, disse Custódio agradecendo (ASSIS, 2010, p. 123).

Para Custódio, que representa o próprio povo, a política não suscita interesse, e o regime político é apenas uma denominação vazia que pode ser trocado, já que, por detrás dele, a realidade continua a mesma, sem modificações que afetem o *status quo*.

Burlesca na aparência, a figura do sr. Custódio toma proporções trágicas, quando atentamos melhor o olhar e a enxergamos a fundo [...] Mas não será também, como querem outros, a imagem da nossa falta de caráter, da ausência de convicções políticas e dessa irremovível inclinação para o adesismo que entre nós prevalece, e desde os bons tempos de Machado de Assis não tem feito mais do que acentuar-se? (BROCA, 1957, p. 92).

A citação de Brito Broca referenda a falta de interesse de Custódio pela situação política do Brasil, pois ele teme o prejuízo em pintar e repintar a tabuleta de seu estabelecimento e a possível represália dos clientes que discordem do regime descrito pelo nome da confeitaria. A indiferença de Custódio pela decisão quanto ao regime político representa o alheamento do próprio povo brasileiro que ignora decisões que afetam o destino do país, ou, até mesmo, sua dissociação do que é importante apenas para o indivíduo e o que constitui um bem maior para a sociedade.

4.5 FLORA: INDIVÍDUO SUPERIOR ÀS CIRCUNSTÂNCIAS

Flora nasce em agosto de 1871, e sua mãe, política ferrenha, define a idade da filha e seu progresso intelectual a partir de momentos políticos, “Flora nasceu no

ministério Rio Branco, e foi sempre tão fácil de aprender, que já no ministério Sinimbu sabia ler e escrever correntemente” (ASSIS, 2010, p. 65). O sonho do casal era ter um menino, e o narrador, apegado a uma visão fatalista dos acontecimentos, culpa o intangível pelo nascimento de uma mulher: “o céu negou-lhes essa consolação dinástica” (ASSIS, 2010, p. 65). Flora é o contrário deles, e também seu nome não se integra à semântica do divino, pois presentifica o nome da deusa da primavera e das flores, introduzindo uma concepção profana da vida. A filha, igualmente, não se parece com os pais no temperamento: “Nem a paixão de D. Cláudia, nem o aspecto governamental de Batista distinguia a alma ou a figura da jovem Flora” (ASSIS, 2010, p. 65).

Aires define Flora como “inexplicável”, e, apaixonada pelos gêmeos, Pedro e Paulo, vive o dilema de decidir com qual deles deve se unir amorosamente. Diante desse conflito, muito antes de escolher entre um deles, seu maior desejo é uni-los em um só. A indecisão da jovem e a impossibilidade de alcançar a perfeição por meio da reunião dos contrários são a causa de sua morte, estendendo-se essa impossibilidade ao sentido da narrativa, o qual traduz, para além de um contexto histórico espacialmente situado, o conflito humano da eterna e irrealizável busca da plenitude.

Os acontecimentos políticos que envolvem a família Santos e a Batista, bem como sua indecisão quanto à escolha amorosa, preocupam Flora que se refugia na música e busca, nessa expressão artística, um consolo para sua aflição. Entretanto, correlacionado à situação política, o processo de fuga é associado, pelo narrador, à inexistência de um governo definitivo:

Também se pode achar na sonata de Flora uma espécie de acordo com a hora presente. Não havia governo definitivo. A alma da moça ia com esse primeiro albor do dia, ou com esse derradeiro crepúsculo da tarde - como queiras - em que nada é tão claro ou tão escuro que convide a deixar a cama ou acender velas. Quando muito, ia haver um governo provisório. Flora não entendia de formas nem de nomes (ASSIS, 2010, p. 132).

Como não entende “de formas nem de nomes”, Flora deixa-se consumir pela dúvida, e seu processo de aniquilação simboliza a derrocada do regime monárquico, associando-se sua morte à instauração do Estado de Sítio no país. O fim das liberdades individuais é representado pelo fim da liberdade de viver de Flora, enquanto a descrição de sua morte é marcada pela convergência dos opostos, que ela efetiva na pergunta feita à Natividade, quando essa explica que ambos os filhos quiseram

entrar no quarto: “Ambos quais?” Embora a pergunta pudesse remeter ao delírio, o narrador desfaz essa hipótese valendo-se da opinião de Aires, que a rejeita.

A descrição da morte de Flora sustenta-se sobre a metáfora da tarde que se esvai rápida, deixando as saudades de um dia em que sol e céu se integram em beleza. A associação à tarde, portanto, à natureza, complementa-se com a comparação do rosto da jovem com uma escultura:

Flora acabou como uma dessas tardes rápidas, não tanto que não façam ir doendo as saudades do dia; acabou tão serenamente que a expressão do rosto, quando lhe fecharam os olhos, era menos de defunta que de escultura. As janelas, escancaradas, deixavam entrar o sol e o céu (ASSIS, 2010, p. 189).

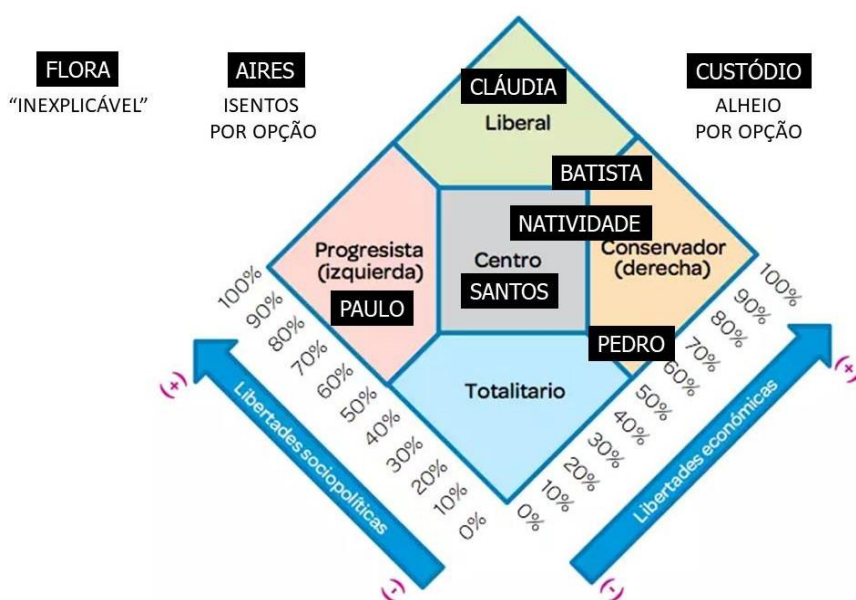
Flora é a alegoria de um país que ignora o que está acontecendo politicamente e até, de certa forma, desassocia acontecimentos, pois, apesar de conviver com pais afetos à política e interessar-se por rapazes politicamente atuantes, ela escolhe “fazer-se de desentendida”, não toma partido e não estabelece sua escolha em relação aos irmãos, Pedro, conservador, e Paulo, progressista. Em decorrência da dúvida, ela não só agoniza mentalmente, mas também em saúde. Todavia, a doença de Flora também pode ser associada a um fato histórico, ocorrido no país e no mundo, como é o caso da febre amarela. Quando é descrita a enfermidade da filha de Batista, o narrador menciona uma febre e um desfalecer em vida, sintomas dessa doença (ver item 3.2.3 Aspectos referentes à saúde).

Flora representa o Brasil, país que está se definindo politicamente, que flerta com dois regimes e não decidiu o que é melhor para si, o lado conservador, representado pelo governo imperial, ou o sistema republicano, que deveria atender ao desejo de progresso e mudanças, movimentos que vêm do mundo e se refletem no Brasil. Assim, o que acontece na narrativa em termos políticos reflete e amplia o que se passa no mundo e se estabelece no território brasileiro.

O desejo da moça é conciliar dois amores em uma só pessoa. Na presença de Pedro, deseja Paulo; junto à Paulo, anseia pelo irmão e, por vezes, compõe uma figura fantasiosa, capaz de dar forma à sua aspiração. A representação dessa impossibilidade remonta ao cenário político em que o ideal seria mesclar dois regimes políticos, em que não se deseja a mudança, mas em que também não interessa a estagnação.

Como forma de uma síntese final para a posição política das personagens de *Esau e Jacó*, segue abaixo uma versão do Diagrama de Nolan⁵ que consiste em um quadrado dividido em quatro quadrantes, com cada amostra da população atribuída a um deles. A versão escolhida, apresenta um quinto quadrante central, em forma de losango, para indicar uma posição centrista. Os gêmeos Pedro e Paulo se localizam em lados opostos: Pedro, no lado conservador e próximo do totalitarismo, considerando seus desejos monárquicos; Paulo, no lado progressista, defendendo liberdades sociopolíticas. O casal Santos se localiza mais ao centro, no entanto, Natividade pende para o conservadorismo ao afirmar que sua opinião política é a mesma do filho conservador. Os Batistas se localizam perto do liberalismo, mas Batista, influenciado por sua mulher, define-se como conservador. Custódio, Aires e Flora estão fora do diagrama, pois se abstêm de opiniões políticas durante a narrativa. Aires como intelectual e diplomata, amigo de pessoas da elite, não se manifesta politicamente, sendo isento por opção. Custódio, representando a burguesia e o povo, desacredita da política e pensa que ela não influencia sua vida, sendo alheio por opção. Flora, filha de integrantes da política, apaixonada por personagens que estão envolvidos com a política, escolhe abster-se dos debates sobre o assunto.

ORIENTAÇÃO POLÍTICA DOS PERSONAGENS DE *ESAU E JACÓ*



FONTE: Elaborado pelas autoras

⁵ O Diagrama de Nolan foi desenvolvido pelo psicólogo Bob Altemeyer em 1969, a partir das ideias do sociólogo Theodor W. Adorno e popularizado pelo libertário norte-americano David Nolan. <https://www.monolitonimbus.com.br/wp-content/uploads/2015/12/diagramaNolan.png>

5 POLÍTICA E SOCIEDADE EM MACHADO DE ASSIS

Após a análise da representação de aspectos da vida social brasileira do final do século XIX e do início do século XX, em *Esaú e Jacó*, e estabelecido seu confronto com aspectos da realidade empírica, conclui-se que, mesmo que não apresente protagonistas memoráveis, a narrativa faz parte das obras em que Machado de Assis critica o contexto em que vive. Embora haja, na narrativa, menções a eventos e a pessoas reais, a crítica de Machado não se direciona a elas, uma vez que sua presença, no âmbito da história, é uma forma de garantir verossimilhança ao narrado. Paralelamente, a correlação da ficção com a história demonstra a capacidade de observação e análise do escritor criador de narradores que estabelecem um retrato fidedigno da vida cotidiana no período da troca do regime monárquico para o republicano. Contudo, essa opção pela verossimilhança não anula a importância da fantasia que alimenta a concepção da obra.

Nesse sentido, *Esaú e Jacó* expõe a importância da literatura e da arte, em geral, a partir da representação de aspectos culturais na narrativa e da legitimação da linguagem, como meio de inserção do indivíduo na sociedade. Os pesquisadores Juracy Assmann Saraiva, Tatiane Kaspari e Ernani Mügge, em seu artigo “Identidade e literatura: ponte construída pela linguagem” apresentam a noção de que a “linguagem, em um movimento contínuo e circular, integra o sujeito ao tecido social e a ele confere a sensação de pertencimento” (SARAIVA; KASPARI; MÜGGE, 2017, p. 37). Expressão da linguagem, a literatura exerce uma função inerente à da cultura ao enfatizar “o fato de que o sujeito se constitui na sua interação com o outro e com a memória que este outro presentifica” (SARAIVA; KASPARI; MÜGGE, 2017, p. 38).

Revelando a subjetividade de indivíduos pela linguagem, sejam eles autores ou leitores, “a interação entre subjetividades, entre a vida e a linguagem não se esgota e continua a se propagar entre sujeitos, conferindo-lhes a capacidade de se comprometer uns com os outros” (SARAIVA; KASPARI; MÜGGE, 2017, p. 38). Conseqüentemente, cultura e literatura são capazes de estabelecer um vínculo forte de pertencimento, fazendo com que os leitores se sintam parte do universo ficcional de seus autores. Dessa forma, os textos literários “expõem-se não apenas como documento ou mostra de uma realidade abstrata, mas como uma experiência concreta, vivenciada por meio da leitura” (SARAIVA; KASPARI; MÜGGE, 2017, p. 50).

A análise de *Esaú e Jacó* constituiu-se em uma experiência concreta capaz de cumprir o propósito da literatura de revelar “uma cartografia heterogênea que exhibe a pluralidade da cultura brasileira e, conseqüentemente, de suas variadas identidades” (SARAIVA; KASPARI; MÜGGE, 2017, p. 50). Essas são figurativizadas por personagens como os irmãos gêmeos, em constante oposição; como Santos e Batista, agentes políticos, lutando por seus interesses; como Flora, a alegoria da nação brasileira e da incompletude humana, em constante embate consigo mesma. Conseqüentemente, a narrativa evidencia, por meio da linguagem, elementos importantes da formação da identidade dos sujeitos e sociedade.

Para compreender a realidade da nação brasileira, mimetizada no romance, e identificar a representação de elementos socioculturais em *Esaú e Jacó*, interessa saber que a política faz parte da cultura de um povo e é “o resultado de um longo processo histórico, durante o qual ela se firmou como atividade na vida social dos homens” (MAAR, 1994, p. 28). A política, assim como a cultura, não é estática e sua atividade é influenciada por diversos fatores a ela externos e “continua em movimento, aberta a novas transformações” (MAAR, 1994, p. 28).

Segundo afirma Hannah Arendt (2002, s/p), a “política baseia-se na pluralidade dos homens” e, por essa razão, falar em política em uma sociedade, não é apenas entender como o governo funciona ou como os partidos políticos exercem seu poder, mas entender quais as estruturas socioculturais que foram responsáveis por gerar, alterar e modificar a política para os moldes que ela tem hoje. Para Maar, “pensar a política atualmente já não significa limitar seu estudo do Estado ou dos partidos, como acontecia no século passado, mas repensar as necessidades do passado que levaram a constituir essas instituições” (MAAR, 1994, p. 29).

Sobre esse tema, interessa pensar como o indivíduo, que faz parte da sociedade em uma determinada cultura, se posiciona em relação aos acontecimentos sociopolíticos e culturais de seu tempo, “O governo, a presença do Estado, as eleições, os partidos estão aí, exigindo um mínimo de posicionamento de cada um” (MAAR, 1994, p. 44).

“As concepções políticas são enraizadas culturalmente” (MAAR, 1994, p.85) assim como a literatura, que emerge da cultura e reflete sobre a vida cotidiana das pessoas, por meio da representação de manifestações culturais. Logo, a política expõe-se como uma faceta da cultura e, por ser uma das motivações que levam os indivíduos a agir para alcançar seus objetivos, é um dos temas de Machado de Assis.

No artigo “O Teatro Político nas Crônicas de Machado de Assis”, Alfredo Bosi apresenta alguns elementos da crítica política presente nas crônicas e nas obras machadianas em geral. Para Bosi, o escritor, com seus narradores irônicos, construía alegorias e personagens caricatos para assim traduzir seu posicionamento crítico nas obras. Com efeito, a crítica não está explícita e a própria opinião de Machado sobre a política não se volta para nomes de políticos, mas para a classe deles.

“Havia em Machado de Assis um gosto acentuado de contar histórias de políticos. Não são poucas as crônicas em que falou de parlamentares do passado ou seus contemporâneos” (BOSI, 2004, p. 1), mas o escritor não queria que sua obra tivesse uma relação estrita com a história, nem como inspiração, nem como instrumento. Segundo Bosi, “Tudo indica, porém, que Machado não acreditava nem esperava nada (ou quase nada) nem da Política nem da História, escritas aqui com iniciais maiúsculas para diferenciá-las do verdadeiro objeto do cronista: políticos e suas histórias” (BOSI, 2004, p. 1).

Entretanto, mesmo que participasse da vida política de seu tempo, Machado não se interessava em representar os indivíduos que detinham cargos políticos, mas tinha interesse em apreender a *persona*, o papel que estava sendo encenado,

a leitura de Machado tem a ver com os gestos, os ritos, os gritos, as palmas, os silêncios, a vida, paixão e morte dos indivíduos, o ciclo mesmo da existência pelo qual uns vão, outros voltam e todos partem definitivamente. Interessava-lhe, artista que era, o estilo dos atores políticos; atraíam-no as suas aparições efêmeras, ora risíveis, ora patéticas, mas não algum possível sentido da Política e da História, que não cabe nas suas crônicas como dificilmente se depreende de seus romances e contos (BOSI, 2004, p. 2).

Como se verifica na explanação de Bosi, a constituição de elementos da política na obra machadiana não se propõe como um documento da História, para que sejam exaltados grandes feitos ou indivíduos, pois “Machado nada espera da política enquanto intervenção efetiva na esfera pública. A política que transforma ou inova não encontra lugar nas suas crônicas que preferem ver a precariedade nas ações e a vacuidade nas palavras dos homens políticos” (BOSI, 2004, p. 29).

O escritor se preocupa em instituir, em suas obras, uma realidade ficcional cujo diálogo com a realidade empírica se faz presente, mas sempre reserva um espaço para as lacunas, para o ambíguo, sendo preciso ler o texto em suas entrelinhas, analisar as referências a lugares e pessoas, refletir sobre sua significação simbólica, interpretar as menções intertextuais e compactuar com sua ironia. Com efeito,

Machado obriga o leitor a praticar o jogo do texto, proposto por Iser, e metaforizado pelo narrador de *Esaú e Jacó* na imagem do jogo de xadrez.

Para Bosi,

O trabalho do intérprete de Machado hoje é também da ordem da reflexão. Basta saber se o leitor dialético, que acaso tenha sobrevivido ao século 20, fará passiva e incondicionalmente sua a imagem do Brasil tal como aparece espelhada, pensada e interpretada pelo cronista (BOSI, 2004, p. 32).

Em *Esaú e Jacó*, a “história de políticos” fundamenta-se na rivalidade entre irmãos, na dualidade de polos irreconciliáveis, no sofrimento das personagens por não ultrapassarem seus conflitos e na alegoria de uma tabuleta, cuja nomeação parece mais importante do que a definição do cenário político e social do país.

Ao interpretar aspectos da política do século XIX, instituídos em *Esaú e Jacó*, e confrontá-los com a representação das personagens na narrativa, constata-se que o grupo social, nela representado, se mostra alheio às questões sociais e absorto em seus problemas individuais. Segundo Bosi, “o resultado da aplicação do ceticismo machadiano à política brasileira é rico e paradoxal. A flecha satírica fere e atravessa as mazelas locais alcançando alvos similares além de nossas fronteiras: *il mondo casca!*” (BOSI, 2004, p. 34).

Essa crítica de Machado de Assis não se dirige a personagens, mas a categorias sociais. Ela se volta à família Santos, que enriqueceu devido a políticas econômicas questionáveis; à família Batista, que não define uma bandeira partidária única por hipocrisia, apenas para seguir no poder, não importando o regime estabelecido; aos irmãos Pedro e Paulo, que alimentam uma rixa embora suas posições ideológicas se alterem de acordo com as instâncias superiores de poder. A crítica também se volta a Aires e a Custódio, aquele porque, tendo propriedade para falar sobre os acontecimentos, escolhe omitir-se para não afetar sua posição ou seus interesses individuais, este porque prefere ignorar os acontecimentos políticos e optar por seus interesses individuais.

Considerando, por fim, a estreita ligação entre o universo ficcional de *Esaú e Jacó* e eventos históricos da sociedade brasileira, na passagem do século XIX para o século XX, é possível compreender aspectos da realidade por meio da interpretação de sua representação na narrativa de Machado. Todavia, *Esaú e Jacó* não é um reflexo do Brasil, mas sim de uma elite que mandava no país nesse período. Por isso, ler Machado de Assis, sob o ângulo da política, principalmente nessa narrativa, mostra

o quanto ele olhava criticamente para a realidade social brasileira. Machado de Assis se mostra um observador interessado, simultaneamente fiel e crítico, entretanto, o tratamento que confere à linguagem, em que o simbolismo se destaca, permite transferir a leitura de *Esaú e Jacó* para outros contextos, o que lhe garante permanente atualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lenivaldo Gomes de. *Esaú e Jacó e a transformação dos valores e costumes na época do encilhamento*. *Contexto* (UFES): Dossiê Machado de Assis, n. 15, Vitória, 2008, p. 37-48.
- ARENDRT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/Material%20Complementar/O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica%20Hannah%20Arendt.pdf
- BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BOSI, Alfredo. O Teatro Político nas Crônicas de Machado de Assis. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. V. 41, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1957.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. *In.*: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FACIOLI, Valentim. Várias histórias para um homem célebre (Biografia intelectual) *In.*: BOSI, Alfredo; GARBUGLIO, José Carlos; CURVELLO Mario; FACIOLI, Valentim. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001a.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001b.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- GOMES, Heloisa Toller. *As marcas da escravidão: o negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- HALL, Stuart. O papel da representação. *In.*: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto. *In.*: LIMA, Luís Costa. *A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 105-118.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar: Rio de Janeiro, 2007.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARGUTTI, Vivian Bernardes. Narrativas alegóricas: do Barroco contemporaneidade. *Em Tese*, v. 2: 2016, maio-ago.

OURO PRETO. *Advento da ditadura militar no Brasil*. Edições do Senado Federal. Vol. 243. Brasília: Conselho Editorial - CEDIT, 2017.

PARTIDOS políticos do Brasil: do Império aos nossos dias. *Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues*. 9 de outubro de 2018. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/partidos-politicos-do-brasil-do-imperio-aos-nossos-dias/> Acesso em: 05 maio 2022.

PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade ou uma nova disciplina*. Caxias do Sul: EDUCS, 1993.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em revista*, v. 1, n. 1, 2005. p. 3-15. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082/2778> Acesso em: 05 maio 2021.

PROCESSOS e Manifestações Culturais. *Universidade Feevale*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.feevale.br/pos-graduacao/stricto-sensu/programa-de-pos-graduacao-em-processos-e-manifestacoes-culturais#processoseletivo> Acesso em: 28 abr. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGEL, Ronaldo Raemy; RANGEL, Gabriel Dolabela Raemy. Escritos do Visconde de Ouro Preto e outros Autores sobre o Golpe Republicano. *Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad*. V. 06, nº 03, set-dez., 2020.

SANTAELLA, Lucia. O que é cultura. *In.*: SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 29-49.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SARAIVA, Juracy Assmann. Cândido Neves e a permanência da escravidão. *Nau Literária*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.22456/1981-4526.126948. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/126948>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SARAIVA, Juracy Assmann. Teatralidade: diálogo entre arte e vida. In: SARAIVA, Juracy Assmann; ZILBERMAN, Regina (Org.) *Machado de Assis: intérprete da sociedade brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2020, p. 25-43.

SARAIVA, Juracy Assmann; KASPARI, Tatiane; MÜGGE, Ernani. Identidade e literatura: ponte construída pela linguagem. In.: SARAIVA, Juracy Assmann; MÜGGE, Ernani; KASPARI, Tatiane (Org.) *Texto Literário: resposta ao desafio da formação de leitores*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Questão racial no Brasil. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. REIS, Letícia Vidor de Souza. *Negras Imagens: Ensaio sobre Cultura e Escravidão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996, p. 153-177.

SENNA, Marta de. Cronologia. In.: ASSIS, Machado de. *Páginas recolhidas / Relíquias de casa velha*. Edição preparada por Marta de Senna. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008, p. XXXV-XLII.

ANEXO A – MENÇÕES À POLÍTICA EM ESAÚ E JACÓ (LISTA DE EXPLICAÇÕES RETIRADAS DO SITE MACHADODEASSIS.NET)

EVENTOS HISTÓRICOS MENCIONADOS NA OBRA

EVENTO	TRECHO	EXPLICAÇÃO
FEBRE DAS AÇÕES	[Santos] Vindo para o Rio de Janeiro, por ocasião da febre das ações (1855), dizem que revelou grandes qualidades para ganhar dinheiro depressa. (ASSIS, 2010, p. 22) IV A MISSA DO COUPÉ	A "febre das ações" foi como ficou conhecido o boom econômico acontecido durante o governo chefiado pelo marquês de Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão, que viveu de 1801 a 1856). Também chamado "ministério da conciliação" (1853-1856), reunia ministros conservadores (como o chefe do gabinete) e liberais.
GUERRA DO PARAGUAI	[Perpétua] Casara com um tenente de artilharia que morreu capitão na guerra do Paraguai . (ASSIS, 2010, p. 29) VIII NEM CASAL, NEM GENERAL	A Guerra do Paraguai durou de 1865 a 1870. Os aliados eram Brasil, Argentina e Uruguai, que se uniram no que ficou conhecido como Tríplice Aliança. O inimigo, derrotado ao final da guerra, era o Paraguai.
	- Sempre com a homeopatia e as suas histórias do Paraguai - acrescentou Pedro. (ASSIS, 2010, p. 85) XLIV O SALMÃO	As "histórias do Paraguai" são uma alusão à Guerra do Paraguai (1865-1870), travada entre Brasil, Uruguai e Argentina (a Tríplice Aliança, que foi vencedora), de um lado, e o Paraguai, de outro.
LEI RIO BRANCO	[Santos] la pensando nela e nos negócios da praça, nos meninos e na Lei Rio Branco , então discutida na Câmara dos Deputados; o banco era credor da lavoura. (ASSIS, 2010, p. 31) IX VISTA DE PALÁCIO	O visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos; 1819-1880) era o presidente do Conselho de Ministros, quando, em 28/9/1871, foi promulgada a lei mais conhecida como Lei do Ventre Livre, que garantia que fossem livres os filhos de escravos nascidos a partir dessa data.
MINISTÉRIO RIO BRANCO	- Flora nasceu no ministério Rio Branco , e foi sempre tão fácil de	O ministério Rio Branco (conservador) durou de

	aprender, que já no ministério Sinimbu sabia ler e escrever correntemente. (ASSIS, 2010, p. 65) XXXI FLORA	1871 a 1875 e era chefiado pelo visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos, 1819-1880).
MINISTÉRIO SINIMBU	- Flora nasceu no ministério Rio Branco, e foi sempre tão fácil de aprender, que já no ministério Sinimbu sabia ler e escrever correntemente. (ASSIS, 2010, p. 65) XXXI FLORA	O ministério Sinimbu (liberal) durou de 1878 a 1880 e era chefiado pelo visconde de Sinimbu (João Lins Vieira Cansanção, 1810-1906).
FEBRE AMARELA	A febre amarela , por exemplo, à força de a desmentir lá fora, perdeu-lhe a fé, e cá dentro, quando via publicados alguns casos, estava já corrompido por aquele credo que atribui todas as moléstias a uma variedade de nomes. (ASSIS, 2010, p. 66) XXXII O APOSENTADO	O primeiro registro de febre amarela no Brasil é de 1685, em Pernambuco. A primeira grande epidemia ocorrida na capital do Império, porém, deu-se em 1849, quando um navio norte-americano chegou a Salvador, procedente de Nova Orleans e Havana, infectando os portos e espalhando a febre por todo o litoral brasileiro. Durante o século XIX e o início do XX, sucederam-se várias epidemias de febre amarela.
ROMA NOVA	Paulo viu-se à testa de uma república, em que o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem, uma Roma nova , uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América. (ASSIS, 2010, p. 73) XXXVI A DISCÓRDIA NÃO É TÃO FEIA COMO SE PINTA	Roma foi, sucessivamente, um reino, uma república e um império. A personagem sonha com o período republicano, modelo para várias repúblicas na história ocidental.
CONVENÇÃO NACIONAL/ REPÚBLICA FRANCESA/ TERROR	Paulo viu-se à testa de uma república, em que o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem, uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América. (ASSIS, 2010, p. 73) XXXVI A DISCÓRDIA NÃO É TÃO FEIA COMO SE PINTA	"Convenção Nacional" é, no âmbito da Revolução Francesa, o nome dado à Assembleia Constituinte Francesa, que sucedeu oficialmente, em 21 de setembro de 1792, à Assembleia Legislativa. A Convenção proclamou a República Francesa no dia seguinte e se autoinstituiu como tribunal para instruir o processo contra Luís XVI, o monarca deposto.
	Recordou que o Terror ... Aires tirou-lhe o Terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele, sem	O Terror foi um período do governo da Revolução Francesa, entre a queda

	intenção de rimar, mas gostou que rimasse, para dar forma fixa à ideia. (ASSIS, 2010, p. 124) LXIV PAZ!	dos girondinos (1793) e a morte de Robespierre (1794), que se assinalou por um grande número de execuções.
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	Paulo viu-se à testa de uma república, em que o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem, uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América . (ASSIS, 2010, p. 73) XXXVI A DISCÓRDIA NÃO É TÃO FEIA COMO SE PINTA	A independência dos estados Unidos da América e a fundação de seu primeiro governo independente e republicano (1776) foram encaradas como modelos a serem seguidos por todos os povos com aspirações à independência e à democracia.
A EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS	Não esqueça dizer que, em 1888, uma questão grave e gravíssima os fez concordar também, ainda que por diversa razão. A data explica o fato: foi a emancipação dos escravos . Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os. (ASSIS, 2010, p. 74) XXXVII DESACORDO NO ACORDO	A abolição da escravatura no Brasil se deu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Regente, Princesa Isabel.
BAILE DA ILHA FISCAL	Nenhuma dessas cousas preocupava Natividade. Mais depressa cuidaria do baile da ilha Fiscal , que se realizou em novembro para honrar os oficiais chilenos. (ASSIS, 2010, p. 92) XLVIII TERPSÍCORE	O baile da ilha Fiscal (ilha que se situa na baía de Guanabara, próxima à atual praça Quinze de Novembro, no Rio de Janeiro) foi uma festa de gala oferecida pelo Império brasileiro aos oficiais do navio chileno Almirante Cochrane, em 9 de novembro de 1889. Passou a ser uma espécie de metáfora do fim do Império, porque a República foi proclamada dias depois, em 15 de novembro.
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA/ REVOLUÇÃO/ GOVERNO PROVISÓRIO	Em novembro, sabes que é dia . (ASSIS, 2010, p. 116) LIX NOITE DE 14	Trata-se da manhã do dia 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República no Brasil.
	LX MANHÃ DE 15 (ASSIS, 2010, p. 116)	
	Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução , ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. (ASSIS, 2010, p. 117) LX MANHÃ DE 15	A Proclamação da República, por Deodoro da Fonseca, se deu em 15 de novembro de 1889, no antigo campo da Aclamação (depois,

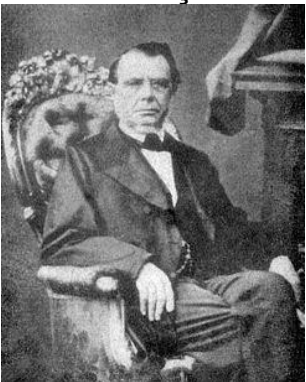
	<p>- Mas o que é que há? - perguntou Aires. - A república está proclamada. (ASSIS, 2010, p. 121) LXIII TABULETA NOVA</p>	<p>campo de Santana e, atualmente, praça da República). O marechal Deodoro (1827-1892) chefiou o Governo Provisório (1889-1891) e, depois, foi o primeiro presidente eleito do Brasil.</p>
	<p>Só às duas horas da tarde, quando Santos lhe entrou em casa, acreditou na queda do Império. (ASSIS, 2010, p. 124) LXIV PAZ!</p>	
	<p>Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no Campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS</p>	
	<p>Ao fim do jantar, bebeu à República, mas calado, sem ostentação, apenas olhando para o teto, e levantando o copo um tantinho mais que de costume. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS</p>	
	<p>O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra. (ASSIS, 2010, p. 117) LX MANHÃ DE 15</p>	<p>Quando da Proclamação da República, o imperador D. Pedro II estava, de fato, na cidade serrana de Petrópolis, de onde, ao ser notificado do golpe militar republicano, desceu imediatamente para o Rio de Janeiro, onde foi oficialmente informado de que o regime monárquico fora derrubado e de que ele, imperador, deveria deixar o Brasil, acompanhado de sua família.</p>
	<p>Quando muito, ia haver um governo provisório. (ASSIS, 2010, p. 132) LXIX AO PIANO</p>	<p>Imediatamente após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, instalou-se o chamado "Governo Provisório", chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que só foi eleito presidente da República depois da promulgação da Constituição republicana, em fevereiro de 1891.</p>
	<p>Se, em conversa com o ex-presidente de província, disse todo o bem que pensava do Governo Provisório, não lhe ouviu palavras de acordo nem de contestação. (ASSIS, 2010, p. 133) LXX DE UMA CONCLUSÃO ERRADA</p>	
	<p>- Você crê de veras que venhamos a ser grandes homens? - perguntara</p>	<p>A Proclamação da República, por Deodoro da</p>

	<p>Pedro a Paulo, antes da queda do Império. (ASSIS, 2010, p. 157) LXXXV TRÊS CONSTITUIÇÕES</p>	<p>Fonseca, se deu em 15 de novembro de 1889, no antigo campo da Aclamação (depois, campo de Santana e, atualmente, praça da República). O marechal Deodoro (1827-1892) chefio o Governo Provisório (1889-1891) e, depois, foi o primeiro presidente eleito do Brasil.</p>
	<p>Depois de 15 de novembro, Paulo retorquiu a pergunta, e Pedro respondeu como o irmão, emendando o resto: - Não sei; você pode vir a ser presidente da República. (ASSIS, 2010, p. 157) LXXXV TRÊS CONSTITUIÇÕES</p>	
	<p>Aires concluiu o que sabia, que sim, que ambos, e não trepidou em dizê-lo, acrescentando que a moça não era como a República, que um podia defender e outro, atacar; cumpria ganhá-la ou perdê-la de vez. (ASSIS, 2010, p. 163) XC O AJUSTE</p>	
<p>ESTADO DE SÍTIO/ GOLPE DE ESTADO</p>	<p>Quando o marechal Deodoro dissolveu o congresso nacional, em 3 de novembro (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO</p>	<p>O decreto nº 641, de 3 de novembro de 1891, dissolve o Congresso Nacional, convoca a nação para escolher novos representantes e toma outras providências. É decretado o estado de sítio na capital e em Niterói e, conseqüentemente, são suspensas as garantias constitucionais.</p>
	<p>Antes de tudo, o golpe de Estado podia ser um benefício. Serve-se muita vez a liberdade parecendo sufocá-la. (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO</p>	<p>Tendo eclodido a 1ª Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, em 23 de novembro de 1891, Deodoro renuncia, e o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assume o governo, apoiando-se nas Disposições Transitórias da Constituição de 1891. Mas a legitimidade do exercício definitivo do poder por Floriano vai ser logo posta em dúvida por seus adversários.</p>
	<p>Conservou-se calado, operando, fiel às instruções recebidas. Vinte dias depois, o marechal Deodoro passava o governo às mãos do marechal Floriano, o congresso era restabelecido e todos os decretos do dia 3, anulados. (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO</p>	<p>O estado de sítio, que durou 72 horas, foi decretado em 10 de setembro de 1893 pelo marechal Floriano, em reação à Revolta da Armada, sob o comando</p>
	<p>Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio. Bem pensado, a morte não é outra coisa mais que uma cessação da liberdade de viver, cessação perpétua, ao passo que o decreto</p>	


	daquele dia valeu só por setenta e duas horas. (ASSIS, 2010, p. 189) CVII ESTADO DE SÍTIO	do almirante Custódio de Melo.
ENCILHAMENTO	Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento , a grande quadra das empresas e companhias de toda espécie. Quem não viu aquilo não viu nada. (ASSIS, 2010, p. 138) LXXIII UM ELDORADO	"Encilhamento" foi o nome pelo qual ficou conhecida a política econômica de Rui Barbosa, ministro da Fazenda durante o Governo Provisório, logo após a Proclamação da República. A palavra "encilhamento" designa o ato de pôr os arreios no cavalo (encilhá-lo) imediatamente antes de uma corrida. Uma das versões que justificam a utilização desse nome afirma que, assim como o cavalo sai a galope ao ser dada a largada para a corrida após o encilhamento, os preços também dispararam nessa época, depois das medidas tomadas.
	Enfim, alvoreceu a famosa quadra do " encilhamento ". Esta foi a grande opa, a grande bacia, a grande esmola, o grande purgatório. (ASSIS, 2010, p. 140) LXXIV A ALUSÃO DO TEXTO	
	Natividade não pôde ir a bordo, e o marido estava ocupado em " lançar uma companhia " (ASSIS, 2010, p. 144) LXXVII HOSPEDAGEM	
CONSTITUIÇÃO	Praticamente, seria exigir muito de Pedro e Paulo que cuidassem mais da Constituição de 24 de fevereiro que da moça Batista. Pensavam em ambas, é verdade, e a primeira já dera lugar a alguma troca de palavras acerbas. A Constituição, se fosse gente viva e estivesse ao pé deles, ouviria os ditos mais contrários deste mundo. (ASSIS, 2010, p. 158) LXXXV TRÊS CONSTITUIÇÕES	A primeira constituição republicana do Brasil foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891.
PARADAS MILITARES	Ao cabo, a conversação valeu mais que este resumo, e a separação não custou pouco. Paulo ainda lhe pediu Offenbach, Pedro, uma descrição das paradas de 7 de setembro e 2 de dezembro - mas o diplomata achou meio de saltar ao presente e particularmente a Flora, que louvou como uma bela criatura. (ASSIS, 2010, p. 162) LXXXIX O DRAGÃO	Nas datas da Proclamação da Independência (7 de setembro) e do aniversário de D. Pedro II (2 de dezembro) havia paradas militares no Rio de Janeiro.
REVOLTA ARMADA	De noite, Aires apareceu trazendo notícias de agitação na cidade. - Que é? - Não sei; uns falam de manifestações ao marechal Deodoro, outros de conspiração contra o marechal Floriano. Há alguma cousa. (ASSIS, 2010, p. 188) CVI	Trata-se da Revolta da Armada, um movimento militar de oposição ao marechal Floriano Peixoto, que eclodiu no Rio de Janeiro a 6 de setembro de 1893.


	<p style="text-align: center;">AMBOS QUAIS?</p> <p>No meio dos sucessos do tempo, entre os quais avultavam a rebelião da esquadra e os combates do Sul, a fuzilaria contra a cidade, os discursos inflamados, prisões, músicas e outros rumores, não lhes faltava campo em que divergissem. Nem era preciso política. (ASSIS, 2010, p. 197) CXIV CONSULTÓRIO E BANCA</p>	
<p style="text-align: center;">COMBATES DO SUL</p>	<p>No meio dos sucessos do tempo, entre os quais avultavam a rebelião da esquadra e os combates do Sul, a fuzilaria contra a cidade, os discursos inflamados, prisões, músicas e outros rumores, não lhes faltava campo em que divergissem. Nem era preciso política. (ASSIS, 2010, p. 197) CXIV CONSULTÓRIO E BANCA</p>	<p>Depois da Proclamação da República, o governo federal deu bastante liberdade aos estados no tocante à sua organização política, resguardados os princípios básicos da Constituição (24 de fevereiro de 1891). Assim, alguns estados optaram por um sistema bicameral, isto é, reproduzindo o modelo da União, com Câmara e Senado. Outros, entre os quais o Rio Grande do Sul, preferiram uma única assembleia legislativa, modelo que acabou prevalecendo. Somente São Paulo manteve o sistema bicameral até 1930.</p>

PESSOAS CÉLEBRES HISTORICAMENTE MENCIONADAS NA OBRA


PERSONALIDADE	TRECHO	EXPLICAÇÃO
<p style="text-align: center;">MINISTRO DA JUSTIÇA</p> 	<p>- Talvez o ministro da Justiça goste da cabocla - explicou Santos. (ASSIS, 2010, p. 28) VII GESTAÇÃO</p>	<p>No enredo do romance, o diálogo se dá entre julho de 1869 e abril de 1870. Portanto, o "ministro da Justiça" só pode ser do gabinete conservador do visconde de Itaboraí, que subiu ao poder em 17/07/1868 e caiu em 29/09/1870. Ocuparam o cargo, sucessivamente, José Martiniano de Alencar, Joaquim Otávio Nébias e Manuel Vieira Tosta. A "graça" de Santos é uma alusão ao caráter</p>




		possivelmente clandestino e ilegal da atividade desempenhada pela adivinha conhecida como cabocla do Castelo.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/6/69/Viscount_of_Itaboraí.jpg/245px-Viscount_of_Itaboraí.jpg		
<p style="text-align: center;">IMPERADOR/ D. PEDRO II/ SUA MAJESTADE</p> 	<p>O pai, quando pôde falar, disse-lhes:</p> <p>- Venham beijar a mão da senhora baronesa de Santos. Não entenderam logo. Natividade não sabia que fizesse; dava a mão aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que no despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão de Santos. Compreendeu tudo. O presente do dia era aquele; o ourives desta vez foi o imperador. (ASSIS, 2010, p. 50) XX A JOIA</p>	<p>Filho de D. Pedro I e de sua primeira mulher, a imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro II (1825-1891) subiu ao trono em 23 de julho de 1840, antes de completar quinze anos. Reinou até 1889, quando foi proclamada a República. Era culto, interessado por assuntos diversos, como a fotografia e as invenções do seu tempo (como o telefone, por exemplo). Era também um monarca afável, embora a primeira década de seu reinado tenha sido marcada por revoluções de Norte a Sul do país. Também durante o seu reinado foi travada a sangrenta Guerra do Paraguai.</p>
	<p>As vacas gordas eram o pessoal do regímen, explicou Paulo. Não atacava o imperador, por atenção à mãe, mas com o princípio e o pessoal era violento e áspero. (ASSIS, 2010, p. 84) XLIV O SALMÃO</p>	<p>O gêmeo Pedro, futuro monarquista, liga o dia do aniversário à data em que D. Pedro de Alcântara (mais tarde, D. Pedro II) passa a ser o monarca do Brasil, embora apenas virtualmente, até ser declarada a sua maioridade, em 1840. D. Pedro II (1825-1891) reinou de 1840 a 1889, quando foi proclamada a República.</p>
	<p>E Pedro:</p> <p>- Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono. (ASSIS, 2010, p. 52) XXIII QUANDO TIVEREM BARBAS</p>	<p>Filho de D. Pedro I e de sua primeira mulher, a imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro II (1825-1891) subiu ao trono em 23 de julho de 1840, antes de completar quinze anos. Reinou até 1889, quando foi proclamada a República. Era culto, interessado por assuntos diversos, como a</p>
	<p>Pedro repetiu vagarosamente:</p> <p>- Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono. (ASSIS, 2010, p. 52) XXIII QUANDO TIVEREM BARBAS</p>	
	<p>Santos receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas de sociedade? (ASSIS, 2010, p. 124) LXIV PAZ!</p>	
	<p>O imperador fora ao teatro de São Pedro de Alcântara. No fim do espetáculo, o amigo, então moço, ouviu grande rumor do lado da igreja de São Francisco, e correu a saber o que era.</p>	



	<p>Falou a um homem, que bradava indignado, e soube dele que o cocheiro do imperador não tirara o chapéu no momento em que este chegara à porta para entrar no coche (ASSIS, 2010, p. 124) LXIV PAZI!</p>	<p>fotografia e as invenções do seu tempo (como o telefone, por exemplo). Era também um monarca afável, embora a primeira década de seu reinado tenha sido marcada por revoluções de Norte a Sul do país. Também durante o seu reinado foi travada a sangrenta Guerra do Paraguai.</p>
<p>Custa pouco, dizia ele baixinho à mãe, ao deixarem a mesa; é só o imperador falar ao Deodoro. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS</p>		
<p>o imperador devia ter pegado os principais cabeças e mandá-los executar. (ASSIS, 2010, p. 130) LXVII A NOITE INTEIRA</p>		
<p>Durante o sono cessou a revolução e a contra-revolução, não houve monarquia nem república, D. Pedro II nem marechal Deodoro, nada que cheirasse a política. (ASSIS, 2010, p. 130) LXVII A NOITE INTEIRA</p>		
<p>Também ele ficou menino e governou. (ASSIS, 2010, p. 130) LXVII A NOITE INTEIRA</p>	<p>Trata-se de uma referência à maioria de D. Pedro II, ocorrida em 1840, quando ele ainda não completara 15 anos, episódio que ficou conhecido como o "Golpe da Maioridade".</p>	
<p>https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d8/Delfim da C% C3%A2mara - D. Pedro II. 1875.jpg/251px-Delfim da C% C3%A2mara - D. Pedro II. 1875.jpg</p>		
<p style="text-align: center;">PEDRO I</p> 	<p>Paulo respondeu: - Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono. (ASSIS, 2010, p. 52) XXIII QUANDO TIVEREM BARBAS</p>	<p>O gêmeo Paulo, futuro republicano, liga o dia do aniversário à "queda de D. Pedro I", isto é, à abdicação em favor de seu filho menor, D. Pedro de Alcântara. A abdicação se deu em 7 de abril de 1831. D. Pedro I (1798-1834) reinou de 1822 (tendo sido o regente, em nome de seu pai, D. João VI, desde o ano anterior), quando proclamou a Independência do Brasil, até 1831, ano em que abdicou.</p>
<p>E Paulo, em seguida: - Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono. (ASSIS, 2010, p. 52) XXIII QUANDO TIVEREM BARBAS</p>	<p>D. Pedro I (1798-1834) foi príncipe regente e primeiro imperador do Brasil. Seu reinado durou de 7 de setembro de 1822, quando proclamou a Independência do Brasil, a 7 de abril de</p>	

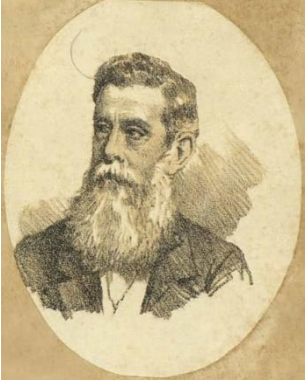

	<p>Quis ainda ver se colhia algum dinheiro, vendendo-lhes um retrato de Pedro I, encaixilhado, que pendia da parede; mas, Pedro recusou por não ter dinheiro disponível, e Paulo disse que não daria um vintém pela "cara de traidores" (ASSIS, 2010, p. 55) XXIV ROBESPIERRE E LUÍS XVI</p>	<p>1831, quando abdicou em favor do filho menor, D. Pedro de Alcântara. Retornando a Portugal, lutou contra o irmão, D. Miguel de Bragança, que usurpara o trono, que Pedro I (Pedro IV de Portugal) legara à sua filha, D. Maria da Glória. Travaram-se as chamadas Guerras Liberais, em que os partidários de D. Pedro (também chamados de "malhados") venceram os absolutistas, partidários de D. Miguel.</p> <p>O Primeiro Reinado é o de D. Pedro I, que durou desde a Proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, até 7 de abril de 1831, quando o imperador abdicou em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, ainda menor de idade.</p>
https://s4.static.brasilecola.uol.com.br/img/2019/10/dom-pedro.jpg		
<p>LUÍS XVI</p> 	<p>Logo depois, Pedro viu pendurado um retrato de Luís XVI, entrou e comprou-o por oitocentos réis; era uma simples gravura atada ao mostrador por um barbante. (ASSIS, 2010, p. 55) XXIV ROBESPIERRE E LUÍS XVI</p> <p>Quase que não é preciso dizer o destino dos retratos do rei e do convencional. Cada um dos pequenos pregou o seu à cabeceira da cama. (ASSIS, 2010, p. 57) XXVI A LUTA DOS RETRATOS</p> <p>Era ainda aquele vasto quarto em que os dois gêmeos brigaram por causa de duas velhas gravuras, Robespierre e Luís XVI. (ASSIS, 2010, p. 129) LXVII A NOITE INTEIRA</p> <p>Tapetinhos de suas mãos, laços dados por ela nos cortinados, finalmente o retrato dela e o do marido pendurados à parede, entre as duas camas, naquele mesmo lugar em que estiveram</p>	<p>Luís XVI (1754-1793), neto de Luís XV, a quem sucedeu, foi o rei deposto e decapitado pela Revolução Francesa e o último representante do Antigo Regime, o regime monárquico francês anterior à Revolução.</p> <p>O rei é Luís XVI da França.</p>

	os de Luís XVI e Robespierre, comprados na rua da Carioca. (ASSIS, 2010, p. 164) XC O AJUSTE	
https://aulazen.com/wp-content/uploads/2018/05/1-2.jpg		
ROBESPIERRE 	Paulo quis ter igual fortuna, adequada às suas opiniões, e descobriu um Robespierre . (ASSIS, 2010, p. 55) XXIV ROBESPIERRE E LUÍS XVI	Maximilien Robespierre (1758-1794) é um dos mais conhecidos líderes da Revolução Francesa, o qual dirigiu por certo tempo a política do governo, no período conhecido como "Terror". Morreu guilhotinado.
	Quase que não é preciso dizer o destino dos retratos do rei e do convencional . Cada um dos pequenos pregou o seu à cabeceira da cama. (ASSIS, 2010, p. 57) XXVI A LUTA DOS RETRATOS	O convencional (porque líder da chamada Convenção, regime político que vigorou durante parte da Revolução Francesa) é Robespierre.
	Era ainda aquele vasto quarto em que os dous gêmeos brigaram por causa de duas velhas gravuras, Robespierre e Luís XVI. (ASSIS, 2010, p. 129) LXVII A NOITE INTEIRA	
	Tapetinhos de suas mãos, laços dados por ela nos cortinados, finalmente o retrato dela e o do marido pendurados à parede, entre as duas camas, naquele mesmo lugar em que estiveram os de Luís XVI e Robespierre , comprados na rua da Carioca (ASSIS, 2010, p. 164) XC O AJUSTE	
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/12/Robespierre.jpg/640px-Robespierre.jpg		
D. MIGUEL DE BRAGANÇA 	Este moço falou há pouco em rei mártir - continuou mostrando-lhes um retrato de D. Miguel de Bragança , meio perfil, sobrecasaca, mão ao peito -, este é que foi um verdadeiro mártir daquele, que lhe roubou o trono, que não era seu, para dá-lo a quem não pertencia; e foi morrer à míngua o meu pobre rei e senhor, dizem que na Alemanha, ou não sei onde. (ASSIS, 2010, p. 56) XXIV ROBESPIERRE E LUÍS XVI	D. Miguel de Bragança, irmão mais novo de D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), foi rei de Portugal durante o período das Guerras Liberais (1828-1834). Ficou para a história como o Rei-Absoluto, o Absolutista ou o Tradicionalista. Os liberais chamaram-lhe também o Usurpador, por haver, na visão desses, arrebatado o trono que, legitimamente,

	<p>D. Miguel voltou para ele os olhos turvos de tristeza e reproche; assim lhe pareceu ao vidraceiro, mas podia ter sido ilusão. (ASSIS, 2010, p. 57) XXV D. MIGUEL</p>	<p>pertencia à sobrinha, D. Maria da Glória. Foi derrotado pelo irmão, Pedro, que voltou para Portugal expressamente para lutar contra ele e defender os direitos da filha.</p>
<p>https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e7/D. Miguel de Bragan%C3%A7a%2C_c._1824-1828_-_Pal%C3%A1cio_Nacional_de_Queluz.png</p>		
<p>REGENTE/ PRINCESA ISABEL/ IMPERATRIZ</p> 	<p>Também se tirou uma edição em folheto, e o pai mandou encadernar ricamente sete exemplares, que levou aos ministros, e um ainda mais rico para a Regente. (ASSIS, 2010, p. 84) XLIII O DISCURSO</p>	<p>A "regente" em questão é a princesa Isabel (1846-1921), filha do imperador Dom Pedro II, a qual foi três vezes regente do Império na ausência do pai.</p>
	<p>Pelas férias é que Paulo soube da interpretação que o pai dera à Regente daquele trecho do discurso. (ASSIS, 2010, p. 84) XLIV O SALMÃO</p>	<p>A "regente" em questão é a princesa Isabel (1846-1921), filha do imperador Dom Pedro II, a qual foi três vezes regente do Império na ausência do pai.</p>
	<p>Ouvia a princesa: - Como vai, D. Cláudia? (ASSIS, 2010, p. 93) XLVIII TERPSÍCORE</p>	<p>A princesa em questão é a princesa Isabel (1846-1921), filha do imperador Dom Pedro II, a qual foi três vezes regente do Império na ausência do pai.</p>
	<p>[Flora] Também invejava a princesa imperial, que viria a ser imperatriz um dia, com o absoluto poder de despedir ministros e damas, visitas e requerentes, e ficar só, no mais recôndito do paço, fartando-se de contemplação ou de música. (ASSIS, 2010, p. 95) XLVIII TERPSÍCORE</p>	
	<p>Hão de ver que o imperador não sai daqui, e, ainda que não queira, há de governar; ou governará a filha, e, na falta dela, o neto. (ASSIS, 2010, p. 130) LXVII A NOITE INTEIRA</p>	
<p>https://www.todoestudo.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Isabel-Princesa-do-Brasil-1846-1921.2.jpg</p>		
<p>VISCONDE DE ALBUQUERQUE</p>	<p>E lembrava-se do visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa. (ASSIS, 2010, p. 91) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10</p>	<p>Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque (1797-1863) pertencia ao Partido Liberal e ocupou vários ministérios durante o Primeiro Reinado, a Regência e o Segundo Reinado.</p>

		
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d5/Ant%C3%B4nio_Francisco_de_Paula_Holanda_Cavalcanti_de_Albuquerque.png		
FAMÍLIA IMPERIAL	Via-se já com a família imperial . (ASSIS, 2010, p. 93) XLVIII TERPSÍCORE	A "família imperial" eram os Bragança.
	Certamente, o moço Pedro quis dizer alguma frase de piedade relativamente ao regímen imperial e às pessoas de Bragança , mas a mãe quase que não tirava os olhos dele, como impondo ou pedindo silêncio. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS	Os Braganças são a família real portuguesa a partir de 1640, quando o duque de Bragança venceu os espanhóis, que haviam dominado Portugal desde 1580. O Brasil teve como monarcas Braganças D. Maria I, D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/53/COA_Prince_of_Orl%C3%A9ans_and_Braganza.png/440px-COA_Prince_of_Orl%C3%A9ans_and_Braganza.png		
BARÃO DE MAUÁ 	Natividade teimou que não, que a posição dele era comercial e bancária. Acrescentou que política era uma cousa e indústria, outra. Santos replicou, citando o barão de Mauá , que as fundiu ambas. Então a mulher declarou por um modo seco e duro que aos sessenta anos ninguém começa a ser deputado. (ASSIS, 2010, p. 93) XLVIII TERPSÍCORE	O barão (depois visconde) de Mauá, Irineu Evangelista de Sousa (1831-1889), foi figura atuante no Segundo Reinado, destacando-se como grande empreendedor. A construção da primeira estrada de ferro do Brasil, por exemplo, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis (inaugurada em 1854), foi uma iniciativa sua.
https://www.sunoo.com.br/wp-content/uploads/2018/08/barao-de-maua-1.jpg		
CONDE DE OEIRAS 	Era uma carta do conde de Oeiras , escrita ao ministro de Portugal na Holanda. (ASSIS, 2010, p. 105) LIII DE CONFIDÊNCIAS	O marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, às vezes também chamado de conde de Oeiras, 1699-1782) foi, por longos anos, o todo-poderoso primeiro-ministro do reino de Portugal.


https://static.preparaenem.com/2021/10/1-marques-de-pombal.jpg		
<p>MINISTÉRIO/ VISCONDE DE OURO PRETO</p> 	<p>Propriamente, a lembrança não foi do ministério; ao contrário, o ministério não se resolveu antes de saber se efetivamente fiz uma eleição contra os liberais, há anos; mas logo que soube que por não os perseguir é que fui demitido, aceitou a indicação de chefes políticos, e recebi pouco depois este bilhete. (ASSIS, 2010, p. 107) LIII DE CONFIDÊNCIAS</p>	<p>O ministério era o chefiado pelo liberal visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), que subira ao poder em 7 de junho de 1889.</p>
	<p>Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no Campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS</p>	<p>Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), o visconde de Ouro Preto, liberal, chefiou o último gabinete do Império.</p>
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7f/Afonso_Celso_de_Assis_Figueiredo_%28Visconde_de_Ouro_Preto%29_c_1889.jpg/640px-Afonso_Celso_de_Assis_Figueiredo_%28Visconde_de_Ouro_Preto%29_c_1889.jpg		
<p>DEODORO/ GENERALÍSSIMO</p> 	<p>Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, Campo, ministério, etc. (ASSIS, 2010, p. 117) LX MANHÃ DE 15</p>	<p>A Proclamação da República, por Deodoro da Fonseca, se deu em 15 de novembro de 1889, no antigo campo da Aclamação (depois, campo de Santana e, atualmente, praça da República). O marechal Deodoro (1827-1892) chefiou o Governo Provisório (1889-1891) e, depois, foi o primeiro presidente eleito do Brasil.</p>
	<p>Custa pouco, dizia ele baixinho à mãe, ao deixarem a mesa; é só o imperador falar ao Deodoro. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS</p>	
	<p>Deodoro é uma bela figura. (ASSIS, 2010, p. 130) LXVII A NOITE INTEIRA</p>	
	<p>Durante o sono cessou a revolução e a contra-revolução, não houve monarquia nem república, D. Pedro II nem marechal Deodoro, nada que cheirasse a política. (ASSIS, 2010, p. 130) LXVII A NOITE INTEIRA</p>	
	<p>Sabe-se que ele não desprezou a escolha, quando um amigo íntimo correu a chamá-lo ao palácio do generalíssimo. (ASSIS, 2010, p. 135) LXXI A COMISSÃO</p>	
<p>A palavra do generalíssimo, como a sua espada, bastava a</p>	<p>Deodoro da Fonseca foi aclamado pelas tropas "Generalíssimo de Terra e Mar", em 15 de janeiro de 1890, dois meses após a Proclamação da República. Tornou-se, assim, o único</p>	

	defender e consumir a obra principiada. (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO	oficial-general de seis estrelas no Brasil.
	Quando o marechal Deodoro dissolveu o congresso nacional, em 3 de novembro (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO	O decreto nº 641, de 3 de novembro de 1891, dissolve o Congresso Nacional, convoca a nação para escolher novos representantes e toma outras providências. É decretado o estado de sítio na capital e em Niterói e, conseqüentemente, são suspensas as garantias constitucionais.
https://static.mundoeducacao.uol.com.br/mundoeducacao/2020/09/marechal-deodoro-da-fonseca.jpg		
<p>BARÃO DE LADÁRIO</p> 	<p>Pouco depois passava pela rua do Catete a padiola que levava um ministro, ferido. (ASSIS, 2010, p. 118) LXI LENDO XENOFONTE</p>	<p>José da Costa Azevedo, primeiro e único barão de Ladário (1823-1904), foi deputado e ministro da Marinha no último gabinete do Império e senador da República. Quando da Proclamação da República, foi baleado por um atirador desconhecido, por ter resistido a uma ordem de prisão. Sobreviveu porque um estudante, Carlos Vieira Ferreira, o socorreu.</p>
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b2/Bar%C3%A3o_de_Lad%C3%A1rio.jpg		
<p>MARECHAL BEAUREPAIRE ROHAN</p>  <p><i>Beaupaire-Rohan</i></p>	<p>Haveria lances de generosidade. Para provar o que dizia referiu um caso que lhe contara um velho amigo, o marechal Beaupaire Rohan. (ASSIS, 2010, p. 124) LXIV PAZ!</p>	<p>Henrique Pedro Carlos de Beaupaire-Rohan, primeiro e único visconde de Beaupaire-Rohan (1812-1894), foi um nobre, militar e político brasileiro. Pertenceu ao Partido Liberal. Seu pai foi marechal-de-campo do exército francês perseguido por Napoleão Bonaparte e se refugiou em Portugal, acompanhando a família real portuguesa quando esta veio para o Brasil em 1808. Beaupaire-Rohan preparou o Dicionário de vocábulos brasileiros, cuja primeira edição é de 1889.</p>
https://promemoriasg.files.wordpress.com/2018/07/2767c-henriquepedrocarlosdebaupairerohan-04.jpg		

**MARECHAL
FLORIANO/
PRESIDENTE DA
REPÚBLICA**





	<p>Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no Campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República. (ASSIS, 2010, p. 127) LXV ENTRE OS FILHOS</p>	<p>O marechal Floriano Peixoto (1839-1895) era o ajudante-general do Exército no governo imperial, mas se juntou aos republicanos. Foi vice-presidente e, com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca, tornou-se presidente do Brasil em 1891 e governou com mão de ferro até 1894.</p>
	<p>Conservou-se calado, operando, fiel às instruções recebidas. Vinte dias depois, o marechal Deodoro passava o governo às mãos do marechal Floriano, o congresso era restabelecido e todos os decretos do dia 3, anulados. (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO</p>	<p>Tendo eclodido a 1ª Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, em 23 de novembro de 1891, Deodoro renuncia, e o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assume o governo, apoiando-se nas Disposições Transitórias da Constituição de 1891. Mas a legitimidade do exercício definitivo do poder por Floriano vai ser logo posta em dúvida por seus adversários.</p>
	<p>Eu, se fosse papai, apenas desembarcasse, ia logo ao marechal explicar tudo, mostrar as instruções e dizer o que tinha feito (ASSIS, 2010, p. 137) LXXII O REGRESSO</p>	
	<p>D. Cláudia, quando ele acabou, perguntou-lhe com simplicidade: - Você vai hoje ao marechal? Batista, caindo em si: - Naturalmente. Tinham ajustado que ele iria ter com o presidente da República explicar-lhe a comissão que exercera, toda reservada, e, sem embargo, imparcial. (...)Naquele mesmo dia, Batista foi ao marechal Floriano. (ASSIS, 2010, p. 146) LXXVIII VISITA AO MARECHAL</p>	<p>O marechal Floriano Peixoto (1839-1895) era o Ajudante-General do Exército no governo imperial, mas se juntou aos republicanos.</p>
	<p>Batista contou que a recepção foi melhor do que esperava, conquanto o marechal não lhe dissesse nada, mas escutou-o com interesse. (...) - Mas o marechal que disse? (...)</p>	

	- E o aperto de mão do marechal? (ASSIS, 2010, p. 147) LXXVIII VISITA AO MARECHAL	
https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/uploads/r/arquivo-historico-do-itamaraty/6/6/a/66ad0f8585d8ebc4c9a24df8f83184d10af61e5314842d23ee63c1ac2f410076/Oscar_Pereira_da_Silva_-_Retrato_de_Marechal_Floriano_Peixoto_141.jpg		
MADAME ROLAND		
	<p>Citava a bela Roland caminhando para a guilhotina: "Ó liberdade, quantos crimes em teu nome!" (ASSIS, 2010, p. 137) LXXII O REGRESSO</p>	<p>A frase de Manon Roland (também conhecida como Madame Roland), dita quando ela foi conduzida à guilhotina, é citada frequentemente quando se trata de situações em que o arbítrio sucede de perto um evento libertário.</p>
https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/images/hfe/momentos/mroland/images/image3.gif		

LUGARES IMPORTANTES POLITICAMENTE MENCIONADOS NA OBRA

LOCAL	TRECHO	EXPLICAÇÃO
CÂMARA DOS DEPUTADOS	<p>E seguiram lépidas para o coupé, que as esperava no espaço que fica entre a igreja de São José e a Câmara dos Deputados (ASSIS, 2010, p. 18) II MELHOR DE DESCER QUE DE SUBIR</p>	<p>A Câmara dos Deputados funcionava no mesmo local onde se ergue hoje o Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Ficava no centro da cidade, ao pé do morro do Castelo, entre a igreja de São José e o Paço Imperial. O prédio antigo se chamava Cadeia Velha.</p>
	<p>Falava, dominava o tumulto e as opiniões, arrancava um voto à Câmara dos Deputados ou então expedia um decreto de dissolução. (ASSIS, 2010, p. 73) XXXVI A DISCÓRDIA NÃO É TÃO FEIA COMO SE PINTA</p>	<p>No Brasil atual, a Câmara dos Deputados é uma instituição do Poder Legislativo, que, junto com o Senado Federal, forma o Congresso Nacional. Durante o Império, a Câmara, que ficava onde hoje é o Palácio Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro, era composta por membros eleitos, e o Senado era vitalício. Ambas as casas parlamentares franqueavam as sessões ao público e à imprensa, que lhe ocupavam as galerias. Os partidos existentes, liberal e Conservador, revezavam-se no poder,</p>

		embora o imperador, que detinha o Poder Moderador, tivesse a prerrogativa de dissolver a legislatura a qualquer momento.
		
	http://multirio.rio.rj.gov.br/images/img_2015_03/tiradentes.jpg	
CAIXA ECONÔMICA	Também lhe ensinava a enriquecer depressa; e ajudá-lo ia começando por uma caderneta na Caixa Econômica , desde o dia em que nascesse até os vinte e um anos. (ASSIS, 2010, p. 27) VII GESTAÇÃO	A Caixa Econômica Brasileira (hoje Caixa Econômica Federal) foi criada em 1861, por D. Pedro II, com o propósito de incentivar a poupança e conceder empréstimos sob penhor. A instituição veio combater outras que agiam no mercado, mas que não ofereciam garantias sérias aos depositantes, ou que cobravam juros excessivos dos devedores.
		
	https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTSZG6Nlr4kgJdBOX_AUC_oaalMlunowKExKqlajHPDtJOMrkLn1sVZK3aXIYx1ELhVZ6s&usqp=CAU	
PALÁCIO NOVA FRIBURGO	Ao passar pelo palácio Nova Friburgo , levantou os olhos	O palácio do barão de Nova Friburgo, cuja construção se

	<p>para ele com o desejo do costume, uma cobiça de possuí-lo, sem prever os altos destinos que o palácio viria a ter na República; mas quem então previa nada? Quem prevê cousa nenhuma? (ASSIS, 2010, p. 31) IX VISTA DE PALÁCIO</p>	<p>concluiu em 1867, foi um dos edifícios mais luxuosos da cidade do Rio de Janeiro no Segundo Reinado. Poucos anos depois da Proclamação da República, o edifício passou a denominar-se Palácio do Catete e foi a sede da Presidência da República do Brasil até a mudança da capital para Brasília, em 1960. Hoje o edifício abriga o Museu da República.</p>
		
https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/5.jpg		
<p>FACULDADE DE MEDICINA, RIO DE JANEIRO</p>	<p>Foi um recurso hábil separá-los; um ficava no Rio, estudando Medicina, outro ia para São Paulo, estudar Direito. (ASSIS, 2010, p. 59) XXVI A LUTA DOS RETRATOS</p>	<p>A Escola de Medicina do Rio de Janeiro foi criada pelo príncipe regente D. João, em 1808, com o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia e instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo. Em 1813, foi fundada a Academia Médico-Cirúrgica no Rio de Janeiro. Mesmo após criada a Academia, apenas em 1826, por decreto-lei de Dom Pedro I, foi autorizada a emissão de diplomas e certificados para os médicos que faziam o curso no Brasil. Em 1832, foi sancionada a lei que transformava as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e Salvador em Escolas ou Faculdades de Medicina.</p>
<p>Já então os dous gêmeos cursavam, um a Faculdade de Direito, em São Paulo; outro, a Escola de Medicina, no Rio. Não tardaria muito que saíssem formados e prontos, um para defender o direito e o torto da gente, outro para ajudá-la a viver e a morrer. Todos os contrastes estão no homem. (ASSIS, 2010, p. 71) XXXV EM VOLTA DA MOÇA</p>		



<https://www.annaramalho.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Campus-Praia-Vermelha.jpg>

FACULDADE DE DIREITO, SÃO PAULO

Foi um recurso hábil separá-los; um ficava no Rio, estudando Medicina, outro ia para São Paulo, estudar **Direito**. (ASSIS, 2010, p. 59) XXVI A LUTA DOS RETRATOS

Já então os dous gêmeos cursavam, um a **Faculdade de Direito, em São Paulo**; outro, a Escola de Medicina, no Rio. Não tardaria muito que saíssem formados e prontos, um para defender o direito e o torto da gente, outro para ajudá-la a viver e a morrer. Todos os contrastes estão no homem. (ASSIS, 2010, p. 71) XXXV EM VOLTA DA MOÇA

A Faculdade de Direito de São Paulo, muitas vezes referida como "a academia de São Paulo", existe até hoje no mesmo local, o largo de São Francisco, na capital paulista. Foi criada em 1827, mesmo ano de criação da Faculdade de Direito do Recife.




https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQjM058Ao0XNj7Xr5aymPJPCGLxDCAUxeGH-3DsrM4XkiavfKssWhpjKf3DkenjZsB_nA&usqp=CAU

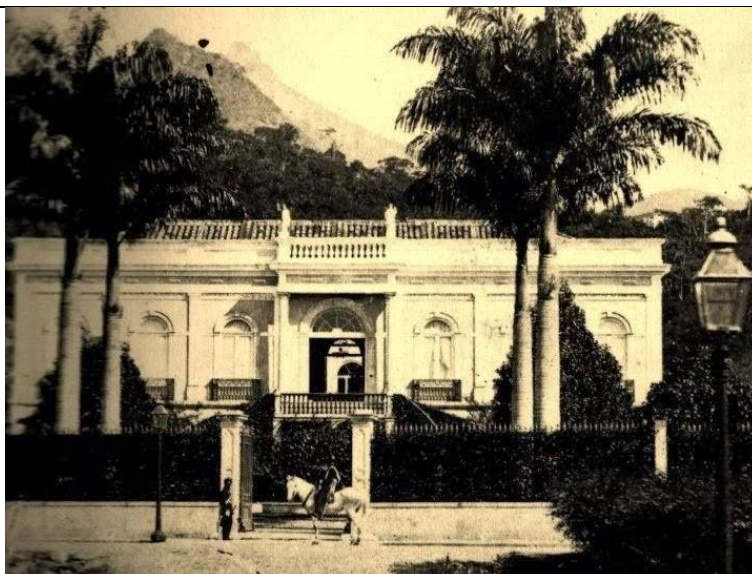
SÃO CRISTÓVÃO/ PALÁCIO IMPERIAL

Batista é muito acanhado; vai de longe em longe a **São Cristóvão**, para não parecer

"São Cristóvão" quer aqui dizer "palácio imperial" e, por extensão, designa o governo. A

	que se faz lembrado, como se isto fosse crime; ao contrário, não ir nunca é que pode parecer arrufo. (ASSIS, 2010, p. 64) XXX A GENTE BATISTA	residência do imperador ficava nesse bairro, mais precisamente na quinta da Boa Vista.
		
	https://image.disparada.com.br/wp-content/uploads/2021/03/11113626/img-museu-nacional-770x336.jpg	
SECRETARIA DO IMPÉRIO	A vozeria morreu pouco a pouco, e Aires entrou na Secretaria do Império . Não achou o ministro, parece, ou a conferência foi curta. (ASSIS, 2010, p. 79) XXXIX UM GATUNO	Como, no enredo do romance, o ano é o de 1888, o secretário dos Negócios do Império era José Fernandes da Costa Pereira Júnior, membro do gabinete conservador chefiado por João Alfredo Correia de Oliveira.
		
	https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQQ2-aB7XaP5LF3m3xKh_TKjh4hvtBKHBGsnkOtlWymrp-1f6hzOCqXhrY01JfQZIUhwMw&usqp=CAU	
CORTE	- Ah! Isso não! O discurso é magnífico, e não há de morrer em São Paulo; é preciso que a Corte o leia, e as províncias também, e até não se me daria fazê-lo traduzir em francês. (ASSIS, 2010, p. 83) XLIII O DISCURSO Natividade sorriu e emendou:	"Corte" designa a cidade do Rio de Janeiro, onde a família real portuguesa se instalara em 1808 e que continuou, até a Proclamação da República, a ser a sede da monarquia brasileira.

	<p>- Nos estados. Vai desculpendo os descuidos de tua mãe. Bem sei que são estados; não são como as províncias antigas, não esperam que o presidente lhes vá aqui da Corte...</p> <p>- Que Corte, baronesa? Agora os dous riram, mãe e filho. Passado o riso, Natividade continuou:</p> <p>- Petrópolis é a cidade da paz.... (ASSIS, 2010, p. 166) XCI NEM SÓ A VERDADE SE DEVE ÀS MÃES</p>	
		<p><small>www.archive.org/</small></p>
<p>https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/26/ocupacao-de-petropolis-nao-respeitou-plano-original-da-cidade/imagem301713</p>		
<p>PALÁCIO ISABEL/ PAÇO ISABEL</p>	<p>A entrega se fez naturalmente, e, no palácio Isabel, a definição do "liberal de 1848" saiu mais viva que as outras palavras, ou para diminuir o cheiro revolucionário da frase condenada pela mulher, ou porque trazia valor histórico. (ASSIS, 2010, p. 84) XLIII O DISCURSO</p>	<p>"Palácio Isabel", ou "Paço Isabel", foi a denominação que recebeu uma bela residência do bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a antiga chácara do Roço, quando lá passou a residir a princesa Isabel, depois de casada com o conde d'Eu. O palácio fora construído na década de 1850 e foi especialmente reformado para abrigar a filha do imperador e seu marido. No período republicano, seu nome foi mudado para "Palácio Guanabara", hoje a sede do governo do estado do Rio de Janeiro.</p>




<https://i.pinimg.com/originals/71/7e/96/717e96e17b2c209a49110fd5fe2d46d0.jpg>

PASSEIO PÚBLICO

Quando lhe acontecia o que ficou contado, era costume de Aires sair cedo, a espairecer. Nem sempre acertava. Desta vez foi ao **Passeio Público**. Chegou às sete horas e meia, entrou, subiu ao terraço e olhou para o mar. (ASSIS, 2010, p. 116) LX MANHÃ DE 15

O Passeio Público foi o primeiro parque público do Rio de Janeiro, localizado no centro da cidade. Foi construído no século XVIII, a mando do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (visconde de Figueiró), que encarregou do projeto o arquiteto, construtor e escultor Valentim da Fonseca e Silva (mestre Valentim). Do fim do século XVIII até o início do XX, foi um elegante ponto de encontro da população carioca. Os quiosques, marca da Belle Époque do Rio de Janeiro, que se encontravam dentro do Passeio Público, eram ponto de venda de diversos produtos de consumo.



https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/bitstream/handle/20.500.12156.1/2268/007A5P3FG2-53a55.jpg.jpg?sequence=2&isAllowed=y		
<p>LARGO DA CARIOCA</p>	<p>Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. (ASSIS, 2010, p. 117) LX MANHÃ DE 15</p>	<p>O largo da Carioca é uma praça localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sua história está ligada à do Convento de Santo Antônio. Em 1723 foi inaugurado no local o primeiro chafariz da cidade, o chafariz da Carioca, substituído por outro, em 1750, ambos abastecidos pelo aqueduto que vinha do morro de Santa Teresa, trazendo água do rio Carioca. O chafariz deu o nome ao largo. No século XX, foi demolida parte do morro de Santo Antônio (para que fosse feito o Aterro do Flamengo), mas preservou-se a parte onde estavam localizados o convento e a igreja.</p>
		
http://www.multirio.rj.gov.br/images/Ruas_do_Rio/Largo_da_Carioca/LCarioca-postal-Malta-350.jpg		
<p>RUA DA ASSEMBLEIA</p>	<p>Na véspera, tendo de ir abaixo, Custódio foi à rua da Assembleia, onde se pintava a tabuleta. (ASSIS, 2010, p. 119) LXII "PARE NO D."</p>	<p>A rua da Assembleia é a antiga rua da Cadeia, situada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Começa na praça Quinze de Novembro e termina no largo da Carioca. Teve o nome mudado em 1823, depois que na Cadeia Velha se instalou a Câmara dos Deputados do Império. No local funciona hoje a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro.</p>



<https://i.pinimg.com/originals/c0/af/d4/c0afd447754faad1b3138b5ed2cc714f.jpg>

TEATRO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

O imperador fora ao **teatro de São Pedro de Alcântara**. ASSIS, 2010, p. 124) LXIV PAZ!

O Teatro de São Pedro de Alcântara ficava na praça da Constituição, atual praça Tiradentes. Foi inaugurado em 1826, no mesmo lugar onde antes havia o Teatro de São João, incendiado em 1824. O próprio teatro de São Pedro sofreu vários incêndios, sendo sempre reerguido, duas das vezes graças ao empenho do ator e empresário João Caetano, que atualmente dá nome ao teatro que se construiu no mesmo lugar.



http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_img/saopedroantiga.jpg

CAMPO

Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a

O campo da Aclamação, na primeira metade do século XIX, era um descampado, situado sobre terreno alagadiço, fora

	<p>reunião dos batalhões no Campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República. (ASSIS, 2010, p. 126) LXV ENTRE OS FILHOS</p>	<p>dos muros da cidade do Rio de Janeiro, pertencente ao conde de Resende, vice-rei do Brasil. Com a aclamação de D. Pedro, primeiro imperador do Brasil, ganhou a denominação de campo da Aclamação. Em 1873 sofreu uma ampla reforma urbanística, de autoria do paisagista francês Glaziou, tornando-se um lugar elegante e bem frequentado. Como a República ali foi proclamada, ganhou o atual nome, praça da República. O lugar também é conhecido como campo de Santana, devido à proximidade da igreja devotada a essa santa.</p>
	<p>Foram aos jornais, ao quartel do Campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro. (ASSIS, 2010, p. 128) LXVII A NOITE INTEIRA</p>	<p>O "quartel do Campo" surgiu com as reformas promovidas por ocasião da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. Foi o primeiro quartel militar da cidade, e o campo da Aclamação (hoje praça da República), onde se situava, passou a ser uma área de manobras e exercícios militares.</p>
		
<p>http://www.multirio.rj.gov.br/images/Ruas_do_Rio/Praca-da-Republica/PR_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica-350.jpg</p>		
<p>CASA DE DEODORO</p>	<p>Foram aos jornais, ao quartel do Campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro. (ASSIS, 2010, p. 128) LXVII A NOITE INTEIRA</p>	<p>Na época da Proclamação da República, o marechal Deodoro da Fonseca morava numa casa próxima ao edifício onde, durante muito tempo, funcionou a Casa da Moeda, na atual praça da República. O sobrado, de onde o marechal saiu para proclamar a República, foi</p>

		preservado e hoje abriga a sede do Museu do Exército.
		
https://dynamic-media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-o/0a/34/16/62/casa-onde-residiu-marechal.jpg?w=1200&h=1200&s=1		
<p>LARGO DE SÃO FRANCISCO</p>	<p>O que parece ser verdade é que as nossas carruagens brotavam do chão. Às tardes, quando uma centena delas se ia enfileirar no largo de São Francisco de Paula, à espera das pessoas, era um gosto subir a rua do Ouvidor, parar e contemplá-las (ASSIS, 2010, p. 139) LXXIII UM ELDORADO</p>	<p>O largo de São Francisco é um dos mais antigos logradouros do Rio de Janeiro. Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ali foi iniciada a construção da Escola Central, depois Academia Real Militar, em seguida, Escola Politécnica e hoje Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No largo situa-se a igreja de São Francisco de Paula. Ao longo de sua história, o largo de São Francisco tem sido cenário de manifestações populares, como aquelas em favor da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República.</p>



<https://diariodorio.com/wp-content/uploads/2017/03/Largo-no-in%C3%ADcio-do-s%C3%A9culo-XX.jpg>

BIBLIOTECA NACIONAL

Paulo explicou-se. Não ia praticar a advocacia, mas precisava de consultar certos documentos do século XVIII na **Biblioteca Nacional**; ia escrever uma história das terras possuídas. (ASSIS, 2010, p.167) XCI NEM SÓ A VERDADE SE DEVE ÀS MÃES

Fundada com o nome de Real Biblioteca e trazida para o Brasil em 1808 com a família real portuguesa, a Biblioteca Nacional (assim denominada a partir de 1876), antes de situar-se no seu atual endereço, na avenida Rio Branco, em frente à Cinelândia, no centro da cidade do Rio de Janeiro, localizou-se no hospital do convento da Ordem Terceira do Carmo, na rua Direita, hoje rua Primeiro de Março. Posteriormente, foi transferida para junto ao Passeio Público, no prédio onde hoje está a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É a maior biblioteca da América Latina.



<https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/icon1231184.jpg>

<p>PALÁCIO DO ITAMARATI</p>	<p>Natividade pediu aos filhos que se não metessem em barulhos; ambos prometeram e cumpriram. Ao ver o aspecto de algumas ruas, grupos, patrulhas, armas, duas metralhadoras, Itamarati iluminado, tiveram a curiosidade de saber o que houve e havia; vaga sugestão, que não durou dous minutos. (ASSIS, 2010, p.188) CVI AMBOS QUAIS?</p>	<p>O Palácio Itamaraty, ou Itamarati, situa-se na rua Marechal Floriano, antiga rua Larga de São Joaquim, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O edifício foi construído entre 1851 e 1855 por iniciativa de Francisco José da Rocha, o conde de Itamarati. O prédio foi sede do governo republicano de 1889 a 1898 e sede do Ministério das Relações Exteriores de 1899 a 1970. Atualmente funciona como dependência do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.</p>
		
<p>https://vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/6b0d2a6556a1_brandao_doispalacios01.jpg</p>		

PARTIDOS POLÍTICOS MENCIONADOS NA OBRA

PARTIDO	TRECHO	EXPLICAÇÃO
<p>LIBERAIS</p>	<p>Ah! Malhados! Ah! Filhos do Diabo! Os senhores não podem imaginar o que era aquela canalha de liberais. Liberais! Liberais do alheio! (ASSIS, 2010, p. 56) XXIV ROBESPIERRE E LUÍS XVI</p>	<p>Os "malhados" eram os "liberais", partidários de D. Pedro IV (Pedro I do Brasil), durante a guerra civil portuguesa. O conflito também é conhecido como Guerras Liberais e foi vencido por D. Pedro IV, que, vindo a morrer pouco depois da vitória, em 1834, deixou no trono a filha, a rainha D. Maria da Glória.</p>
	<p>A folha da administração retorquiou que, se águas havia, não eram bastantes para lavar o sujo do</p>	<p>O Partido Conservador e o Partido Liberal eram os dois</p>

	<p>carvão deixado pela última presidência liberal, um fornecimento de palácio. (ASSIS, 2010, p. 63) XXX A GENTE BATISTA</p>	<p>principais grupos políticos do Segundo Reinado.</p>
	<p>Pedro, que assistia desde alguns instantes ao debate, interveio docemente para dizer que os receios da mãe não tinham base; era bom pôr a frase toda, e, a rigor, não diferia muito do que os liberais diziam em 1848. (ASSIS, 2010, p. 84) XLIII O DISCURSO</p>	<p>A alusão de Pedro, cujo alcance escapa ao pai e é intuído pela mãe, é à última insurreição armada do Segundo Reinado, a Revolução ou Revolta Praieira.</p>
	<p>Os liberais foram chamados ao poder, que os conservadores tiveram de deixar. (ASSIS, 2010, p. 89) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sim, mas a gente não dança com ideias, dança com pernas. - Dance com que for, a verdade é que todas as suas ideias iam para os liberais; lembre-se que os dissidentes na província acusavam a você de apoiar os liberais... - Era falso; o governo é que me recomendava moderação. Posso mostrar cartas. - Qual moderação! Você é liberal. - Eu liberal? - Um liberalão, nunca foi outra cousa. (ASSIS, 2010, p. 90) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10 	<p>A alusão, em tom jocoso, é ao primeiro dia da criação, tal como se lê em Gênesis 1: 3-5. A referência histórica é à queda do Partido Conservador, cujo conselho de ministros, chefiado por João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919), foi substituído, em 7 de junho de 1889, por novo conselho, chefiado pelo liberal visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo, 1836-1912).</p>
	<p>Viu-se conservador em política, porque o pai o era, o tio, os amigos da casa, o vigário da paróquia, e ele começou na escola a execrar os liberais. E depois não era propriamente conservador, mas saquarema como os liberais eram luzias. (ASSIS, 2010, p. 91) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10</p>	<p>Durante o primeiro e segundo reinados brasileiros, dois partidos se alternavam no poder: os conservadores e os liberais. "Luzias" era o nome pelo qual eram conhecidos os adeptos do Partido Liberal, por causa do confronto com tropas chefiadas pelo barão de Caxias, em 1842, em Santa Luzia do Rio das Velhas (Minas Gerais).</p>
	<p>lembrava-se do visconde de Albuquerque ou de outro senador que dizia em discurso não haver nada mais parecido com um conservador que um liberal, e vice-versa. (ASSIS, 2010, p. 91) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10</p>	
	<p>Batista agarrava-se agora a estas designações obsoletas e deprimentes que mudavam o estilo aos partidos; donde vinha que hoje não havia entre eles o grande</p>	<p>Em 1842 houve o episódio conhecido como a "Revolta dos Liberais", que eclodiu em São Paulo e Minas Gerais, à qual pôs fim o</p>

	<p>abismo de 1842 e 1848. (ASSIS, 2010, p. 91) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10</p>	<p>então barão de Caxias, no encontro de Santa Luzia do Rio das Velhas (Minas Gerais). Última insurreição armada do Segundo Reinado, a Revolução ou Revolta Praieira ocorreu em 1848, em Pernambuco, liderada pelos liberais, inconformados com a subida ao poder do Partido Conservador.</p>
<p>Por exemplo, D. Cláudia. Também ela pensava no baile da ilha Fiscal, sem a menor ideia de dançar, nem a razão estética da outra. Para ela, o baile da ilha era um fato político, era o baile do ministério, uma festa liberal, que podia abrir ao marido as portas de alguma presidência. (ASSIS, 2010, p. 93) XLVIII TERPSÍCORE</p>	<p>Não é que só fossem liberais ao baile, também iriam conservadores, e aqui cabia bem o aforismo de D. Cláudia que não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha. (ASSIS, 2010, p. 93) XLVIII TERPSÍCORE</p>	
<p>As minhas ideias, se as cotejarmos com os programas políticos do mundo, são antes liberais e algumas, libérrimas. O sufrágio universal, por exemplo, é para mim a pedra angular de um bom regimen representativo. Ao contrário, os liberais pediram e fizeram o voto censitário. (ASSIS, 2010, p. 106) LIII DE CONFIDÊNCIAS</p>	<p>Desde a sua queda em 1868 até o retorno ao poder em 1878, os liberais fizeram campanha pela reforma eleitoral, alegando que só ela poderia estabelecer a "vontade da opinião pública" e acabar com o poder pessoal do imperador de resolver quando e como os partidos deveriam se revezar no poder. Numa época em que não havia sufrágio universal nem democracia, a eleição era sempre censitária. O censo era literário (alfabetizados), de gênero (homens), e pecuniário (renda).</p>	
<p>Propriamente, a lembrança não foi do ministério; ao contrário, o ministério não se resolveu antes de saber se efetivamente fiz uma eleição contra os liberais, há anos; mas logo que soube que por não os perseguir é que fui demitido, aceitou a indicação de chefes políticos, e recebi pouco depois este bilhete. (ASSIS, 2010, p. 107) LIII DE CONFIDÊNCIAS</p>	<p>Durante o primeiro e segundo reinados brasileiros, dois partidos se alternavam no poder: os conservadores e os liberais. "Luzias" era o nome pelo qual eram conhecidos os adeptos do Partido Liberal, por causa do confronto com tropas chefiadas pelo barão de Caxias, em 1842, em Santa Luzia do Rio das Velhas (Minas Gerais).</p>	
<p>- Estamos à porta do terceiro reinado - ponderou D. Cláudia -, e certamente o Partido Liberal não</p>		

	<p>deixa tão cedo o poder. Os seus homens são válidos, a inclinação dos tempos é para o liberalismo, e você mesmo... (ASSIS, 2010, p. 109) LV "A MULHER É A DESOLAÇÃO DO HOMEM"</p>	
	<p>Quando o marechal Deodoro dissolveu o congresso nacional, em 3 de novembro, Batista recordou o tempo dos manifestos liberais, e quis fazer um. (ASSIS, 2010, p. 136) LXXII O REGRESSO</p>	<p>De início, os manifestos liberais propunham alterações na organização política institucional do país, mas não tinham conotação claramente republicana. Diante da inflexibilidade da Monarquia nas discussões sobre a revisão da Constituição de 1824, os liberais se uniram aos membros do Partido Republicano.</p>
	<p>Sabes que o dono da casa riu às bandeiras despregadas, já por quererem pagar-lhe com pedras do calçamento, já porque ali ninguém pagava o que comia; era o governo que pagava tudo. Foi essa hilaridade do hospedeiro, com a liberalidade atribuída ao Estado, que fez crer iguais fenômenos entre nós, mas é tudo mentira. (ASSIS, 2010, p. 139) LXXIII UM ELDORADO</p>	
<p>CONSERVADORES</p>	<p>Batista, o pai da donzela, era homem de quarenta e tantos anos, advogado do cível, ex-presidente de província e membro do Partido Conservador. (ASSIS, 2010, p. 62) XXX A GENTE BATISTA</p>	
	<p>Os liberais foram chamados ao poder, que os conservadores tiveram de deixar. (ASSIS, 2010, p. 89) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10.</p>	<p>Na verdade, os conservadores não voltaram ao poder, pois o último gabinete do Império, chefiado pelo liberal visconde de Ouro Preto, subiu ao poder em 7 de junho de 1889 e durou até a Proclamação da República, em 15 de novembro do mesmo ano.</p>
	<p>Batista passeava, as mãos nas costas, os olhos no chão, suspirando, sem prever o tempo em que os conservadores tornariam ao poder. Os liberais estavam fortes e resolutos (ASSIS, 2010, p. 90) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10.</p>	
	<p>- Batista, você nunca foi conservador! O marido empalideceu e recuou, como se ouvira a própria ingratidão de um partido. Nunca fora conservador? Mas que era ele então, que podia ser neste mundo? Que é que lhe dava a estima dos seus chefes? Não lhe faltava mais nada... (ASSIS, 2010, p. 89) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10.</p>	

	<p>Que é que havia nele propriamente conservador, a não ser esse instinto de toda criatura, que a ajuda a levar este mundo? Viu-se conservador em política, porque o pai o era, o tio, os amigos da casa, o vigário da paróquia, e ele começou na escola a execrar os liberais. E depois não era propriamente conservador, mas saquarema como os liberais eram luzias. (ASSIS, 2010, p. 91) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10</p>	<p>Durante o primeiro e segundo reinados brasileiros, dois partidos se alternavam no poder: os conservadores e os liberais. "Saquaremas" era o nome pelo qual eram conhecidos os adeptos do Partido Conservador, por alusão à vila de Saquarema, onde o visconde de Itaboraí possuía a fazenda de Monte Alegre, ponto de encontro dos chefes conservadores.</p>
<p>Não é que só fossem liberais ao baile, também iriam conservadores, e aqui cabia bem o aforismo de D. Cláudia que não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha. (ASSIS, 2010, p. 93) XLVIII TERPSÍCORE</p>		
<p>Verdade é que ele se arrependia de as escutar, e forcejava por traduzi-las no velho idioma conservador, mas já lhe iam faltando dicionários. (ASSIS, 2010, p. 95) XLVIII TERPSÍCORE</p>		
<p>- Titia disse lá em casa que D. Cláudia lhe contara em segredo (não diga nada) que seu pai vai ser nomeado presidente de província. - Não sei nada disso, mas não creio, porque papai é conservador. - D. Cláudia disse a titia que ele é liberal, quase radical. Parece que a presidência é certa; ela pediu segredo, e titia, quando nos contou, também pediu segredo. Eu também lhe peço que não diga nada, mas é verdade. - Verdade como? Papai não vai com liberais; o senhor não sabe como papai é conservador. Se ele defende os liberais é porque é tolerante. (ASSIS, 2010, p. 102) LII UM SEGREDO</p>		
<p>Batista não perdeu um instante, correu imediato ao assunto, com medo de o ver pegar em outro livro. - Confesso-lhe que tenho o temperamento conservador. (ASSIS, 2010, p. 106) LII DE CONFIDÊNCIAS</p>		

PROGRESSISTAS	E evocava exemplos, o Partido Progressista , Olinda, Nabuco, Zacarias, que foram eles senão conservadores que compreenderam os tempos novos e tiraram às ideias liberais aquele sangue das revoluções, para lhes pôr uma cor viva, sim, mas serena. (ASSIS, 2010, p. 91) XLVII SÃO MATEUS, IV, 1-10	Não houve, propriamente, no Império brasileiro, um "partido" progressista, mas uma Liga Progressista, agrupamento organizado pelo marquês de Caxias, composto de elementos liberais e conservadores.
----------------------	--	--